

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PROHIS)

**HISTÓRIA DE LUTAS POLÍTICAS E ANTICOMUNISMOS: REPRESENTAÇÕES
E DISPUTAS DISCURSIVAS NA IMPRENSA ALAGOANA (1954-1964)**

PEDRO SAMYR DE SOUZA BARROS

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2021

PEDRO SAMYR DE SOUZA BARROS

**HISTÓRIA DE LUTAS POLÍTICAS E ANTICOMUNISMOS: REPRESENTAÇÕES
E DISPUTAS DISCURSIVAS NA IMPRENSA ALAGOANA. (1954-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em História, na Área de concentração Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Relações Sociais de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

B277h Barros, Pedro Samyr de Souza
História de lutas políticas e anticomunismos : representações e disputas discursivas na imprensa Alagoana (1954-1964) / Pedro Samyr de Souza Barros ; orientador Antônio Fernando de Araújo Sá. – São Cristóvão, SE, 2021.
137 f.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. História. 2. Ideologia. 3. Imprensa - Alagoas. I. Sá, Antônio Fernando de Araújo, orient. II. Título.

CDU 930(813.5)

PEDRO SAMYR DE SOUZA BARROS

**HISTÓRIA DE LUTAS POLÍTICAS E ANTICOMUNISMOS: REPRESENTAÇÕES
E DISPUTAS DISCURSIVAS NA IMPRENSA ALAGOANA. (1954-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em História, na Área de concentração Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Relações Sociais de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

Aprovada em 30 de julho de 2021

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá
Programa de Pós-Graduação em História/UFS

Prof. Dr. Claudfranklin Monteiro Santos
Programa de Pós-Graduação em História/UFS

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares
Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL

Uma das maiores burlas dos nossos tempos terá sido o prestígio da imprensa. Atrás do jornal, não vemos os escritores, compondo a sós o seu artigo. Vemos as massas que o vão ler e que, por compartilhar dessa ilusão, o repetirão como se fosse o seu próprio oráculo.

(Joaquim Nabuco)

Dedico este trabalho a Argemiro Alves (*in memoriam*) por ter sido um grande amigo, conselheiro e guerreiro em vida. Eu gostaria que você estivesse aqui...

AGRADECIMENTOS

Nunca fui alguém importante nesse mundo que Deus construiu para todos os seus filhos, mas me senti formidável quando alguns seres cruzaram minha vida e me ajudaram a construir esse trabalho com grande empenho.

Então, terei gratidão eterna a:

Deus, por ser um ser de luz que desde sempre está presente em todos os momentos de minha vida.

Maria Leocádia, minha mãe e fortaleza em forma de pessoa. Nunca me deixou desamparado, mesmo nos tempos mais difíceis. Eu te amo!

Aroldo José, meu pai. Sempre desejou que eu continuasse a estudar e que eu me tornasse um homem.

Thamara, minha irmã. Dedicou muito tempo em me ajudar em todas as atividades. Minha gratidão eterna.

Carlos, meu cunhado. Sempre que possível está presente. Me ajudou durante as pesquisas, ato de grande importância para meu trabalho.

Marlene, minha avó. Sempre preocupada com minha passagem por Aracaju. Tem parcela de ajuda na minha trajetória.

A Argemiro Alves, por ter sido um grande amigo e o parceiro para tudo. Para sempre estará em minha mente e coração.

A José Ronaldo, por sempre abrir sua casa para conversarmos sobre o passado e o presente. Sua entrevista foi de grande importância para mim. Sua amizade é grandiosa.

Marcelo Góes, responsável pelo início da minha vida como pesquisador. Sempre esforçado em ajuda nas melhorias dos meus trabalhos. Além de professor, é amigo, e sempre honesto e cirúrgico nas suas recomendações.

Fernando Sá, pelo seu excelente trabalho como orientador. Sei que dei um pouco de trabalho, mas agradeço a paciência e recomendações para a melhoria do meu trabalho. Ao longo dos anos, também se tornou um bom amigo.

Claudefranklin, pelas excelentes aulas ministradas na disciplina “Tópicos Especiais em Memória e Identidade”. Nas aulas, sempre exaltou a importância de escrever com o coração. Agradeço por ter aceitado a missão de participar da minha banca e por ser uma boa pessoa.

A Álvaro Tavares, por ser um grande amigo e parceiro nos momentos de descontração.

A Lucas Emanuel, Edilson Ribeiro, Regineide Carvalho, Miriam Lima, Adauto Rocha, Aline Freitas, Isaque Pereira, Gisele Alves, Gilson Moreira, aos professores Francisca Maria e Cristiano César, Gean Alexandre, Caio Amorim, Cleiton Pereira, Silvio Júnior, Denise Gomes, Taís Danielle, Allana Miranda e a toda equipe do Arquivo Público de Alagoas e Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Todos vocês são importantes para mim. Terão sempre meu respeito e gratidão eterna.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AI5 – Ato Institucional N° 5

AD – Análise do Discurso

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APA – Arquivo Público de Alagoas.

AP – Ação Popular.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

BNB – Banco do Nordeste.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

CIA – Central Intelligence Agency.

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

DCO – Diário da Causa Operária.

DOPSE-AL – Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica de Alagoas.

EUA – Estados Unidos da América.

FAB – Força Aérea Brasileira.

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

JAC – Juventude Agrária Católica.

JEC – Juventude Estudantil Católica.

JOC – Juventude Operária Católica.

JUC – Juventude Universitária Católica.

MAC – Movimento Anticomunista.

MEB – Movimento de Educação de Base.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OAM – Organizações Arnon de Melo.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

PDC – Partido Democrata Cristão.

PNC – Patrulha Nacional Cristã.

POLOP – Política Operária.

PROHIS – Programa de Pós-Graduação em História.

POSGRAP – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PAPA – Pedro Apostolo Príncipe dos Apóstolos.

SORAL – Serviço de Orientação Rural.

STF – Supremo Tribunal Federal.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

UDN – União Democrática Nacional.

UEEA – União Estadual dos Estudantes de Alagoas.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do discurso anticomunista de parte da imprensa alagoana entre os anos de 1954 e 1964. O anticomunismo esteve em evidência no Brasil desde a revolução russa de 1917, porém, foram nas décadas de 1930 e 1960 que se desenvolveu com mais força no discurso político por parte das classes proprietárias, resultando em ações autoritárias ao longo do período. Do ponto de vista metodológico, pesquisamos acervos de instituições históricas, nas seções de periódicos, a partir da Análise do Discurso, para dialogarmos, de forma mais profunda, com os textos jornalísticos e a revisão bibliográfica, no contexto de produção dos jornais analisados (*O Semeador*, *Gazeta de Alagoas* e *A Voz do Povo*). Esses jornais, pertencentes respectivamente à Igreja Católica, ao grupo empresarial comandado por Arnon de Melo e ao Partido Comunista do Brasil do diretório alagoano, foram fundamentais para entendermos como os diversos círculos da sociedade alagoana realizaram suas ações de acordo com seus interesses, ideologias e tempo histórico. A escolha foi motivada por ser expressão política dos seus idealizadores, sendo fundamentais na construção de novas abordagens e problematizações. Outrossim, ao carregarem consigo parte da história, tornam-se verdadeiros sujeitos da história que permite-nos lançar novos olhares sobre o passado. Ao pensarmos nosso objeto, nossas metodologias e nossas fontes de forma conjunta, concluímos que Alagoas e seus atores sociais estiveram inseridos no contexto do anticomunismo e da Guerra Fria, tornando-se um capítulo importante da história brasileira neste contexto.

Palavras-Chave: Anticomunismo; Ideologia; Imprensa.

ABSTRACT

This work aims to analyze the anti-communist discourse of the Alagoas press between the years 1954 and 1964. Anti-communism has been in evidence in Brazil since the Russian revolution of 1917, however, it was developed in the 1930s and 1960s with more force in the political discourse by the propertied classes, resulting in authoritarian actions throughout the period. From a methodological point of view, we researched collections of historical institutions, in the journal sections, based on Discourse Analysis, in order to dialogue, in a more profound way, with journalistic texts and bibliographic review, in the context of the production of the analyzed newspapers (O Semeador, Gazeta de Alagoas and A Voz do Povo). These newspapers, respectively belonging to the Catholic Church, the business group led by Arnon de Melo and the Communist Party of Brazil of the Alagoas directory, were fundamental to understanding how the various circles of society in Alagoas carried out their actions according to their interests, ideologies and time historic. The choice was motivated by being a political expression of its creators, being fundamental in the construction of new approaches and problematizations. Also, by carrying part of history with them, they become true subjects of history that allows us to cast new eyes on the past. When thinking about our object, our methodologies and our sources together, we conclude that Alagoas and its social actors were inserted in the context of anti-communism and the Cold War, becoming an important chapter of Brazilian history in this context.

Keywords: Anticommunism; Ideology; Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. Condições sociais e econômicas do Brasil entre as décadas de 1950 e 1960.	30
Sociedade, economia e lutas sociais.	35
II. O anticomunismo católico em Alagoas nas décadas de 1950 e 1960	43
O Discurso anticomunista religioso no jornal <i>O Semeador</i>	53
O anticomunismo católico durante o governo de João Goulart	66
III. As vozes anticomunistas no jornal <i>Gazeta de Alagoas</i>	76
O discurso anticomunista militar nas páginas do jornal <i>Gazeta de Alagoas</i>	83
A UNE e terrorismo nas páginas do jornal	94
IV. O discurso comunista no jornal <i>A Voz do Povo</i>	102
O jornal <i>A Voz do Povo</i> e seu discurso voltado aos trabalhadores	110
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

O discurso está presente nas mais variadas estruturas da sociedade: na imprensa, nos templos religiosos, no trabalho etc. Todos esses lugares possuem suas formas de poder que estão diretamente ligadas as formas pelas quais os discursos são por eles produzidos com o intuito de lançar verdades e produzir controle social. Os jornais, que pesquisamos, estavam diretamente ligados a setores de destaque na sociedade alagoana, sobretudo durante a década de 1950 e 1960. O *Semeador* esteve ligado à alta cúpula eclesiástica da diocese de Maceió, sendo sua produção de responsabilidade de religiosos conservadores da capital alagoana. Já o *Gazeta de Alagoas* possuía ligações com as Organizações Arnon de Melo, importante círculo empresarial alagoano, sendo seu dono próximo a partidos políticos da direita. Por outro lado, o jornal *A Voz do Povo*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), trilhava caninhos contrários aos outros dois jornais, já que sempre tratava das questões relativas às camadas mais humildes da sociedade alagoana.

Todos eles produziam seus discursos de forma a expor suas ideias sobre determinados acontecimentos, sejam eles locais, regionais, nacionais e internacionais. A partir das análises das opiniões dos redatores dos jornais, podemos traçar a linha que liga as informações e as posições sociais e políticas que cada grupo possuía. Para realizarmos isso, além da pesquisa em acervos e revisão bibliográfica, também empregaremos a análise do discurso como ferramenta metodológica para construir nossas narrativas.

Escrever sobre política e catolicismo é uma tarefa complexa para um pesquisador, no entanto, cabe a nós tecermos narrativas que contribuam para os entendimentos sobre a ligação entre ambos os campos. Essas narrativas, por vezes, são construídas depois de trilhar algumas estradas difíceis, porém necessárias para alcançar nossos objetivos.

Nosso caminho até a construção da narrativa historiográfica iniciou-se durante o processo de leituras, vivências sociais e pesquisas nos acervos históricos, em especial, no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), onde tivemos contato com inúmeros recortes do jornal. Antes de irmos aos arquivos realizar nossas pesquisas, sentimos a necessidade de, previamente, nos aprofundarmos na bibliografia para sabermos o que e como selecionar os recortes que desejamos, assim, ficou mais simples de fazer as contextualizações necessárias. Fizemos duas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Nas ocasiões, fomos recebidos e prontamente direcionados a uma sala onde uma funcionária nos questionou sobre quais arquivos desejamos acessar, para que nosso pedido fosse atendido.

Conseguimos coletar dezenas de exemplares do jornal *O Semeador* e *Gazeta de Alagoas* para, posteriormente, analisar os discursos neles materializados.

Já em relação ao Arquivo Público de Alagoas (APA), tivemos um pouco mais de dificuldade, já que a pandemia causada pela COVID-19 impossibilitou que fossemos, presencialmente, as dependências da instituição realizar as pesquisas. Então, resolvi solicitar os arquivos do jornal *A Voz do Povo* por e-mail, que foram rapidamente respondidos pela equipe técnica do APA que, após alguns procedimentos, enviaram-nos os exemplares disponíveis para que pudéssemos estudá-lo.

Os jornais e os discursos neles presentes agiam de forma a produzir informações específicas para cada grupo social os quais desejam atingir com suas notícias. O papel deles foi o de oferecer referências para seus públicos, através de noticiários atrativos, que concordavam com seus pensamentos e iam de contrário aos setores que lhes eram diferentes. Por outro lado, os textos jornalísticos também agiam como mercadoria, cuja intenção ia além do pagamento de certa quantia por uma edição, já que as notas chamativas prendiam o leitor, fazendo-o desenvolver interesses cada vez maiores em conhecer a sequência que as demais edições iriam preparar. Os fins políticos também foram objetos de desejo dos jornalistas.

No caso do *O Semeador*, as notícias foram pensadas para atingir as camadas religiosas de Maceió. Na tentativa de se aproximar e buscar identificação com aqueles setores, os textos eram expressos de forma mais rebuscada, com palavras difíceis de entender caso o leitor não tenha tanto conhecimento, porém, com temas de interesse dos católicos que, em boa parte, possuía uma formação escolar mais avançada.

O *Gazeta de Alagoas* também buscou construir suas narrativas com base em assuntos específicos. Representante das elites do empresariado locais, o periódico apresentava linguagem sofisticada, e trazia temas de interesse dos setores que desejavam atingir. Já o jornal *A Voz do Povo*, apresentava uma linguagem mais simples, de fácil compreensão, já que era pensado para que os segmentos sociais subalternos da sociedade maceioense, como os trabalhadores e os moradores das comunidades mais carentes, que geralmente não possuíam escolarização necessária para entender palavras mais complexas. Os noticiários sempre estavam direcionados para as condições de vida daquela população e para assuntos que interagiam com ela, como a precariedade dos bairros, trabalhos e salários.

A opção pela temática de pesquisa dessa dissertação surgiu ainda na graduação, ocasião em que escrevi sobre o anticomunismo no governo de João Goulart. De lá para cá, novas fontes,

autores e métodos me foram apresentados para auxiliar na construção das novas narrativas, que me ajudariam a continuar o trabalho de monografia dessa vez na pós-graduação. Porém, as complicações causadas pela pandemia da COVID-19 não permitiram que o governo de Jango fosse trabalhado mais profundamente na dissertação, pois, os arquivos fecharam por longos períodos e apenas uma parte dos jornais estavam digitalizados e prontos para serem enviados. Tivemos então que trabalhar com os materiais que estava a nossa disposição, sejam aqueles já salvos em HDs ou disponíveis para envio a partir dos arquivos que funcionavam de forma remota.

Dessa forma, tivemos que adaptar o título, métodos, forma de escrita e base historiográfica para que pudessem atender, de forma satisfatória, as exigências de uma dissertação de mestrado. Resolvemos então, escrever sobre o anticomunismo, em outros períodos, além do governo de Jango, opção esta que nos trouxe bons frutos, como novas formas de escrever, novas leituras e experiências novas.

Os caminhos trilhados durante a pesquisa dos jornais *O Semeador* e *Gazeta de Alagoas* foram relativamente fáceis em vários sentidos. Primeiro, o fato de possuir família em Maceió contribuiu para que não houvesse pressa em pesquisar tudo rapidamente, afastando nesse caso a possibilidade de a pesquisa ser mal produzida. As investigações no acervo do IHGAL ocorreram, em sua maioria, durante o período de férias do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS), quando passei metade do tempo na capital alagoana em busca das fontes. Segundo, nas dependências do IHGAL, as atendentes me receberam bem, e procederam com boa vontade o encaminhamento das pastas contendo os recortes dos jornais.

Claro que isso é uma obrigação das funcionárias, porém, os bons modos por elas mostrados contribuíram para que me sentisse mais à vontade. E por último, tive a sorte de não enfrentar alguns dos principais obstáculos que a cidade de Maceió nos impõe: o trânsito e o calor. Lembro que durante as locomoções, seja de carro ou motocicleta, entre os bairros do Feitosa, onde mora meu cunhado, e a Rua do Sol, onde fica o IHGAL, peguei trânsitos relativamente leves, se comparado com os demais dias que saí de casa com destino a outros lugares da cidade. Já o clima era nublado, e lembro-me que em certa vez até chuvei um pouco, o que contribuiu para que a temperatura baixasse. Contudo, apesar das deficiências estruturais e de trato com os materiais históricos, o IHGAL me ofereceu condições razoáveis de pesquisa, de conforto e de atendimento.

Vejo as condições de pesquisa do jornal *A Voz do Povo* como a mais cansativa e difícil. Em tempos de pandemia, os acervos históricos, de todo o Brasil, fecharam suas portas, inclusive os de Alagoas. A partir daí, simultaneamente as preocupações com os familiares, amigos e colegas causadas pela COVID-19, também surgiram as inquietações relacionadas à pesquisa, que, no primeiro momento, estavam inviáveis devido aos problemas sanitários trazidos pelos vírus. Porém, logo me veio em mente a possibilidade de tentar atendimento digital através das redes sociais do APA, que logo me rendeu bons frutos. Entrei em contato com a administradora da página do *Instagram* do Arquivo, que rapidamente me enviou o endereço de e-mail e as fichas para solicitação das fontes. Dentre outros itens a serem preenchidos, estavam os números de telefone, que foi utilizado por Allana para entrar em contato comigo e solicitar mais informações.

Alguns problemas foram surgindo, como o fato de ser impossível enviar os arquivos devido ao tamanho, o drive da instituição está cheio, impossibilitando o envio compacto do material e o scanner da instituição está com defeito. Felizmente, Allana conseguiu digitalizar os jornais através de um aplicativo de *smartphone* e me enviar via *e-mail* e *WhatsApp*. No entanto, a angústia em esperar os arquivos foi grande, pois, não era certeza que eles seriam enviados, devido os problemas técnicos. Assim, com o envio e as análises das fontes, pude concluir o terceiro e último capítulo desse trabalho.

Os três jornais produziram informações de interesses dos grupos sociais que eram seus alvos. Porém, existiam outras notícias que eram produzidas sob forma de indicação. As colunas sobre produtos e serviços, além de ser uma fonte de lucro para os diretores, redatores e donos, também se configuravam numa forma de fazer os leitores desenvolverem interesses no que está sendo anunciado. Dessa maneira, os jornais agiam como uma empresa, de fabricação de notícias e anúncios específicos que agiam diretamente nas pessoas que as consumiam.

O encontro com os periódicos possibilitou conhecer os discursos jornalísticos de cada grupo social, suas ideologias e desejos. Todo discurso possui traços ideológicos dos escritores ou simplesmente, dos sujeitos da linguagem (BRANDÃO, 2005, p. 3), que são compartilhados com os leitores que se situam na mesma sociedade e no mesmo tempo histórico. Podemos afirmar que, os noticiários presentes nos jornais, são trocas de comunicações entre os redatores e os receptores da informação. As notícias lançadas ao público são escritas, de forma objetiva, para noticiar certos acontecimentos específicos que os elaboradores querem passar aos leitores, mas sempre com intenções que passam pelo campo dos interesses e das ideologias.

Trabalharemos o discurso anticomunista materializado nos jornais *O Semeador* e *Gazeta de Alagoas* de forma a expor os sentidos que os noticiários pretendem oferecer a seu público e entendermos quem produzia as notícias e para quem eram direcionadas. Helena Brandão teceu considerações sobre os posicionamentos e intenções dos jornais. Sua teoria de que nenhum discurso é neutro, contribuiu para entendermos os motivos pelos quais os grupos sociais criaram seus noticiários, tendo como base questões que estavam em evidência entre 1954 e 1964, como a reforma agrária e o comunismo, que foram temas utilizados nos jornais e que nos fizeram pensar sobre as esferas sociais as quais os personagens controladores dos periódicos pertenciam. Ainda segundo a autora, a linguagem, contida nos textos ou nas falas, deve ser analisada através dos aspectos ideológicos e sociais que se manifestam através de um saber socioideológico.

O discurso jornalístico é o relato dos acontecimentos que é produzido como informativos colhidos de forma recente e que são espalhados pela sociedade de várias maneiras. É produzido, narrativamente, de forma a estabelecer relações entre quem o faz e quem vai consumi-lo, configurando-se como uma forma de acordo entre o jornal e seus leitores. O jornalista pretende alcançar, dentro das suas narrativas, uma verdade absoluta definitiva, de uma enunciação legítima, de uma narrativa fundada na veracidade, que por si só possa estabelecer o contrato de leitura entre o jornal e o leitor (MARQUES, s/d, p.3), mesmo que essa verdade seja fabricada para satisfazer os interesses certas pessoas e grupos. Nos jornais pesquisados, percebemos que as “verdades” trazidas em formas de notícias pelos redatores podem variar, visto que os acontecimentos reproduzidos nos periódicos são passíveis de várias interpretações já que foram construídos com determinadas características para produzirem vários efeitos em quem lê.

Entendo a análise do discurso como um método utilizado para a compreensão das posições sociais, políticas e econômicas como fatores de produção e materialização de pensamentos por parte dos sujeitos, principalmente, aqueles que possuem meios de divulgar suas posições para a sociedade. Resumindo, a análise do discurso é uma forma de entendermos a construção ideológica de um texto produzido em determinado momento.

Os sujeitos, que produzem os discursos jornalísticos, defendem seus argumentos em uma edição ou até mesmo em várias, tudo isso para defender suas teses como autênticas frente aos consumidores da informação, que, ao encarar os discursos como verídicos, legitima ainda mais os jornalistas. O discurso não é função da produção dos jornais. Ele é resultado do seu

funcionamento (MARQUES, s/d, p. 6). Nesse sentido, os indivíduos buscam as informações nos jornais do mundo contemporâneo, que é permeado de acontecimentos e contextos que podem ser traduzidos em palavras que façam sentido para quem produz e lê.

Pretendemos, também, realizar uma análise comparativa entre os discursos presentes nos jornais. Cada notícia, palavras e argumentos materializados pelos grupos controladores dos jornais, foram produzidos para alcançar determinados públicos. As notícias jornalísticas não estão finalizadas se levarmos em consideração os discursos, que sempre podem ser questionados aos olhos de quem se debruça sobre eles. A mídia, como sabemos, é detentora do poder de fazer as pessoas tomarem conhecimentos de certos acontecimentos através das suas ações. No caso da imprensa alagoana, foi capaz de produzir sua notícia-mercadoria para reforçar suas ideologias, visando desqualificar aqueles que não fazem parte dos seus pensamentos.

Por falar em ideologia, entendemos que seja necessário que mostremos nosso entendimento sobre a categoria. Podemos definir ideologia como as convicções de determinados indivíduos, instituições ou grupos, que os fazem ser concordantes com determinados casos e contrários a outros. São ideias que regem as ações culturais, políticas, sociais e econômicas e que produzem regras e modo de viver e pensar.

Os periódicos são ferramentas que contribuem para a divulgação de informativos que serão úteis para os que leem suas páginas. Pressupõe-se que as notícias neles publicadas, são escritas de forma a não expor as posições políticas e sociais daqueles os produzem. No entanto, não é o que conseguimos notar nos recortes jornalísticos que colhemos. Todos eles apresentam alinhamentos com os discursos dos seus controladores, tirando, dessa forma, o elemento imparcialidade das suas edições.

E é aí que a Análise do Discurso entra como método para estudarmos os jornais. A AD nos permitiu compreender o mundo dos jornais alagoanos através das comunicações que eles proporcionavam e definir como o trabalho será realizado. Esse trabalho exigiu que fossemos em busca das especificidades do discurso jornalístico. As notícias que selecionamos vão além de um simples texto, chegando a uma elaborada rede de padrões que são integrados por interesses, como o de comercializar as páginas e integrar a visão de mundo e a ideologia dos jornalistas responsáveis por suas produções, fato estes que nos ajudaram a entender suas intenções.

Para Brandão (2005, p. 2) o discurso pode ser definido como toda atividade comunicativa entre interlocutores; atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes. Ou seja, para compreendermos os discursos contidos nos jornais, devemos antes de tudo compreender como e por quem eles são produzidos, para quem eles escrevem e contra quem eles escrevem.

É nessa direção que trabalhamos nossa escrita. Traremos as formas pelas quais os grupos possuidores dos jornais traçavam suas estratégias de produção de informações e as direcionavam para as mais variadas camadas da sociedade, visando, assim, atraí-las para o seu lado seja ele conservador ou progressista, ou seja, integrantes de correntes políticas. Dessa forma, traremos para nosso texto os lugares sociais em que os elaboradores das informações teciam seus discursos: a quais grupos pertenciam? Quais os seus posicionamentos políticos? Ao fazermos isso, estaremos nos aprofundando ainda mais nos significados e intenções da produção discursiva dentro dos periódicos. Além disso, o contexto histórico, onde esses grupos estão inseridos, foi analisado no decorrer dos capítulos, pois, são necessários para analisar os sentidos contidos na produção dos noticiários dos jornais.

Nosso recorte temporal foi escolhido por dois motivos: primeiro, foi entre 1954 e 1964 que notamos maior avanço e desenvolvimento dos discursos anticomunistas nos jornais, acima de tudo voltados para as questões do campo e do governo de João Goulart (1961-1964). Não entraremos profundamente no período do regime militar, pois nossa intenção é entendermos as ações dos anticomunistas até o fim da gestão de Jango. Segundo, a historiografia alagoana sobre o anticomunismo, embora tenha avançado, ainda é escassa e deve ter suas lacunas preenchidas e seus potenciais em termos de fontes melhor explorados.

Para as análises dos discursos, utilizaremos autores como Caregnato e Mutti. Ambas desenvolveram um artigo intitulado *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*, que nos informou sobre como a ideologia e o contexto histórico os quais os sujeitos vivem, são fatores que contribuem para a formação do discurso e os sentidos que seus formuladores pretendem dar. Para as autoras, a Análise do Discurso (AD) tem a pretensão de analisar as mais variadas formas de produção, sejam elas verbais ou não verbais. Necessariamente, a AD pretende analisar os sentidos que são materializados nas formas orais ou escritas (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680).

Para Caregnato e Mutti, a AD não trabalha com o conteúdo, mas sim com os sentidos fornecidos pelos seus produtores. Nesse caso, o cenário carregado de conflitos políticos e

ideológicos no Brasil, juntamente com a participação das elites locais sedentas pelo controle social e as lutas sociais dos setores populares, foi alguns dos combustíveis para a criação do discurso anticomunista em Alagoas.

Foucault, através da sua aula inaugural no *Collège de France* em 1972, nos forneceu informações sobre como os discursos são utilizados para atingir certas esferas sociais, ou seja, determinados discursos são construídos justamente para seus receptores que, muitas vezes, são já selecionados pelo produtor que, por sua vez, visa propagar suas ideias, valores e crenças como objetivo de conquistar aquilo que quer se apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Todos esses autores foram utilizados para a construção das nossas linhas textuais sobre a relação entre ideologias e discursos materializados nos jornais. Os teóricos foram essenciais para que conseguíssemos entender os motivos que levaram os setores possuidores dos jornais a construírem suas falas. Dessa forma, interessa-nos utilizar os periódicos como instrumentos para compreender e trazer de forma escrita os principais pensamentos dos grupos sociais em Alagoas.

A respeito do anticomunismo, também trouxemos autores que se debruçaram sobre o tema. Motta nos apresentou uma obra mais voltada para o contexto nacional. *Em guarda contra o perigo vermelho* nos levou a conhecer as estratégias e intenções dos produtores do anticomunismo no Brasil entre 1917 e 1964, narrativas que nos deram noções de como a contrariedade ao comunismo estava em alta no país desde muito antes da década de 1960.

Também sentimos a necessidade de trazer autores que dialogam com os cenários da política e da sociedade alagoana. Medeiros (2007), com sua obra sobre a Igreja Católica e o anticomunismo em Alagoas, contribuiu para nos revelar alguns planos e personagens da instituição religiosa que produziram discursos e os espalharam pela capital alagoana.

Rodrigo José da Costa mostrou-nos como os processos políticos em Alagoas sempre estiveram voltados para o atendimento dos interesses da elite regional, essencialmente, àquelas ligadas ao agronegócio. Sua dissertação, intitulada *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)*, foi fundamental para compreendermos os combates aos grupos nacionalistas e reformistas daquela época (COSTA, 2013, p. 15).

Anderson Moura, com sua dissertação *Comunistas e trabalhadores urbanos em alagoas (1951-1961)*, explorou as condições sociopolíticas em que o diretório alagoano do PCB esteve inserido. Sua narrativa foi responsável por nos mostrar como o Partido Comunista Brasileiro,

em Alagoas, resistiu às duras investidas da elite local, traçando, dessa forma, a importância dos comunistas e do jornal *A Voz do Povo* no cenário político alagoano (MOURA, 2012, p. 18)

Marcelo Góes Tavares, com sua tese intitulada *Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)*, contribuiu com informações sobre as atividades dos partidos e políticos conservadores, como Arnon de Mello, que integrava a UDN em Alagoas (TAVARES, 2016, 193-194).

Utilizaremos outros autores especializados em análise de jornais, análise do discurso e anticomunismo. Todos eles, de formas bastante complexas e importantes, nos ajudaram a compreender como os periódicos construíram informações intencionais para atingir certos e círculos sociais, através das narrativas contidas em suas páginas.

Por falar em jornais, é interessante tecermos considerações sobre seus usos e sobre sua importância como objeto da história. No Brasil, nas últimas décadas, os historiadores passaram a utilizar os jornais para integrar suas pesquisas sobre a história da imprensa e a história através da imprensa, acontecimento este que se deu em diversos campos da educação. As reflexões a partir dos periódicos constituem-se numa ferramenta metodológica e numa fonte abundante de materiais com conteúdo ideológico diverso, que pode ser utilizado de várias maneiras pelo pesquisador.

Enquanto objeto de pesquisa, os jornais têm fornecido informações valiosas quanto ao contexto histórico das sociedades, bem como do lugar sociohistórico dos personagens que estão por trás dos controles dos periódicos, oferecendo, dessa maneira, várias interpretações, representações e posicionamentos para os historiadores. As páginas jornalísticas podem ser analisadas a partir das várias divisões que existem nelas: cotidiano, economia, moda, beleza, charges são alguns dos elementos que possibilita analisar as situações dos campos da política, cultura, sociedade, entre outros, a depender dos interesses do pesquisador.

Martins e Luca, com o livro *História da Imprensa no Brasil*, nos revelaram que os impressos brasileiros caminham juntos com a história do Brasil. Isto é, são os jornais que veiculam as informações de acordo com cada época da história brasileira, com os atores que se modificam com o passar dos anos, com a situação socioeconômica de cada tempo histórico. Os jornais surfam pelas águas da História e cada onda passada está repleta de contextos e personagens que molham suas páginas e as deixam banhadas até que suas condições físicas se percam com o tempo.

Luca, através da sua obra *A história dos, nos e por meio dos periódicos*, nos explicou que há 50 anos, os impressos não eram tão utilizados como fonte de conhecimento da História do Brasil (LUCA, 2008, p. 111). Para a autora, na década de 1970, os caminhos para escrever a História da imprensa começaram a ser trilhados no país, porém, havia resistências quanto a escrita da História por meio da imprensa. Alguns fatores contribuíram com o distanciamento quanto a aquele tipo de escrita por parte dos historiadores dos séculos XIX e XX. A busca pela verdade e pelas fontes que zelavam pela neutralidade era um tanto quanto antiquada se pensarmos que os jornais são constituídos e controlados por grupos que possuem interesses e ideologias que se materializam em forma de textos nas páginas dos periódicos. Nesse sentido, estaríamos mais estudando e escrevendo sobre as verdades dos círculos sociais dominadores da imprensa do que realizando a crítica das suas visões refletidas nos jornais.

Por exemplo, se pegarmos os três jornais que integram este trabalho e apenas descrevermos as notícias das suas folhas, estaríamos apenas repetindo uma variedade de informações que refletiam as atitudes dos seus formuladores, sem levar em consideração as intencionalidades e posições sociais que possuíam, configurando-se dessa forma, numa descrição dos jornais sem os cruzar com seu tempo, contexto e possuidores.

Bloch, ao questionar a veracidade da documentação dos primeiros eruditos, percebeu que seria necessário extorquir as informações que elas não tencionavam fornecer (BLOCH, 2011, p. 95) para que a partir delas fossem realizadas críticas mais profundas sobre os documentos históricos. Indo nessa direção, percebemos que as ações de grupos populares da zona rural e urbana de Alagoas despertaram a ira de partes das camadas mais conservadoras, que, por sua vez, possuíam aproximações com os setores que controlava os periódicos, setores estes que também eram abastados e sentiram a necessidade de combater os movimentos sociais considerados comunistas e subversivos, cujas atividades representavam uma ameaça a seus interesses econômicos. Dessa forma, a necessidade de combater os movimentos populares gerou uma onda de discursos que foram materializados nos jornais.

Daí a importância do jornal *A Voz do Povo* para traçarmos um paralelo entre as ideias conservadoras e as comunistas. Através delas, conheceremos as visões do PCB alagoano sobre política, sociedade e economia e compararemos com as ideias dos religiosos e das OAM. Os estudos sobre a Cultura Política também nos ajudaram a entender o embate entre as ideias dos grupos sociais. Entendemos Cultura Política como um conjunto de regras e sentidos que orientam os comportamentos das pessoas em seus tempos. Até mesmo as crenças, como

analisaram Kuschmir e Carneiro (1999, p. 227), contribuem para aos comportamentos dos atores sociais. Acreditamos que esta seja uma das melhores definições de Cultura Política que se encaixam no exemplo alagoano. Dizemos isso pelo fato de não ser possível dar uma definição global (BERSTEIN, 1998, p. 350).

A grande estratégia desses círculos da elite local foi a de desenvolver e reproduzir seus discursos anticomunistas nos grandes veículos de informação alagoanos e os utilizar para combater os chamados subversivos em Alagoas. Por outro lado, resistindo do jeito que foi possível, os comunistas também produziram seus discursos a partir da sua ideologia e ligações com os setores populares do estado e as reportaram em seus meios de comunicação, mesmo sob forte pressão dos grupos conservadores.

Rodrigo José da Costa, ao narrar sobre as articulações militares durante o governo de Luiz Cavalcante, nos mostrou que, durante um bom tempo, a política alagoana esteve dependente dos grupos dominantes do estado, precipuamente, àqueles ligados ao grande setor da agroindústria que buscavam a todo custo o domínio político do Estado, que ficou evidente com o início do governo citado, em 1961. Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, os setores conservadores e agrários de Alagoas intensificaram relações com o poder estatal, impondo intensa repressão aos movimentos do campo e das cidades. Essa força repressiva foi montada em cima da base política formada por Cavalcante, articulador do golpe em Alagoas e um dos representantes dos segmentos mais ricos (COSTA, 2013, p. 23).

Dentre os principais perseguidos pelas forças elitistas antes do golpe, esteve João Goulart, conhecido por ser um dos principais defensores dos direitos trabalhistas brasileiros. Seu governo foi marcado por instabilidades de ordem política e econômica, além da diversidade de manifestações populares ligadas ao reformismo, como as ligas camponesas, movimentos estudantis e sindicais, os quais apoiavam o presidente e suas políticas sociais. Goulart agiu de forma aparentemente firme, quanto à manutenção de democracia brasileira, embora grupos radicais à direita agissem contra sua pessoa. Podemos mencionar as atividades de setores da Igreja Católica, dos militares, empresários, grandes ruralistas, além das ações da União Democrática Nacional (UDN), em Alagoas, que contribuíram para desestabilizar o governo e abrir caminho para o golpe civil e militar em 1964.

As ideias reformistas e trabalhistas de Jango, de certa forma, podem ter sido confundidas, por leviandade ou propositalmente, com a ideias comunistas, daí as ações dos grupos radicais para desenvolver seus discursos anticomunistas e combater o governo. Ao longo

das décadas, o trabalhismo foi representado por diversas figuras marcantes, como Getúlio Vargas, Brizola e o próprio Goulart, cujas atividades estavam voltadas para a defesa dos direitos dos trabalhadores, e de um Estado nacionalista que buscasse se modernizar à medida que novos anseios populares surgissem, como é o caso das reformas de base, que ganhou popularidade no governo de Jango. O trabalhismo idealizado por Vargas, sem dúvida, foi o maior legado deixado para os trabalhadores entre a década de 1940 até o início da década de 1960, quando ainda a democracia pairava pelo Brasil.

As relações de Jango com os trabalhadores foram vistas com maus olhos pelos membros conservadores da sociedade, que viam nos movimentos das camadas populares, uma forma contrária aos seus interesses econômicos. Uma das principais marcas do governo de Jango foi sua luta em busca da aprovação das suas reformas de base, que englobava as melhorias dos sistemas: bancário, universitário, administrativo, agrário, entre outros. A reforma agrária talvez tenha sido seu principal foco de interesses, sendo que parte de seus planos estavam voltados para o desenvolvimento do trabalhador do campo, já que permitia ao camponês um melhor acesso às terras e a assistência da União ou dos Estados. Esse fato ficou evidenciado durante seu discurso na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. As propostas narradas pelo presidente naquele dia certamente foram frutos da ampla visão que ele tinha das mazelas sociais e econômicas que o país enfrentava, e do desejo em promover reformas que visassem melhorar as condições de vida das pessoas.

A proposta de reforma agrária visava, dentre outras coisas, uma melhor distribuição das terras improdutivas brasileiras para os pequenos trabalhadores do campo. Eram considerados improdutivos os latifúndios onde em mais de 50% das suas áreas nada fosse produzido, e, sendo assim, estavam passíveis de desapropriação caso a reforma fosse adiante. Jango propunha que os operários rurais e urbanos se unissem em busca de melhores condições de vida e trabalho, e exaltava que a paz social não se constrói em cima da miséria do povo.

Através das análises documentais, foi possível identificar que Goulart foi o principal personagem político a ser citado nos periódicos mencionados e que, segundo os jornais, as relações dele com países e partidos comunistas poderiam trazer o caos político e social ao Brasil. Nesse sentido, poderemos notar como foi à relação de oposição de partes da imprensa alagoana para com o então presidente.

Em meio aos avanços do radicalismo político e social que emergem no atual cenário brasileiro, faz-se de grande importância lembrar que partes dos pensamentos autoritários dos

dias atuais foram usados em uma época em que um presidente legítimo fora deposto num cenário de incertezas políticas e conservadorismo exagerado. Em meio tudo isso um golpe fora desferido por militares reacionários com o apoio das elites sociais nacionais e o capital internacional.

Frente a isso, é de grande valor relembrar o que outrora se passou e analisar que situações atuais lembram aquele cenário de caos político e social se encontram nos dias de hoje. Relembrar não é apenas um ato de contar uma história de uma época sombria, mas também é um modo relembrar e de lutar para que certas coisas não voltem a acontecer.

No ramo da História, cabe refletir sobre os processos sociais e lutas pelo poder e direitos sociais e políticos, que muitas vezes são marcados por radicalismos de acordo com os cenários do momento. Analisar a contribuição da produção anticomunista em Alagoas nos inseriu na dimensão do comportamento social daquele momento histórico, que nos permitirá compreender como a situação alagoana reforçou a ideia de que o comunismo era uma ameaça para o Brasil.

No primeiro capítulo, faremos uma rápida contextualização do nosso recorte temporal. Apesar de ser um momento conturbado política, social e economicamente, tentamos trazer alguns dos principais momentos para que possamos pensar com um pouco mais de profundidade sobre os conflitos sociais em Alagoas.

No segundo capítulo, analisamos como setores da Diocese de Maceió desenvolveram seus discursos anticomunistas, a partir de acontecimentos que estava se desenrolando no Brasil e no exterior. Para tanto, trabalhamos com o jornal *O Semeador*, principal meio de divulgação de informações dos religiosos durante a década de 1960. Suas páginas continham notícias variadas, tais como eventos realizados pela Igreja Católica, anúncios de lojas, de profissionais de várias áreas etc. Os noticiários principais, relacionados à política local ou nacional, estão localizados nas primeiras páginas, sendo que as continuações das notícias ficavam expostas, em geral, nas terceiras páginas de cada edição.

Buscamos trabalhar com a visão que os religiosos possuíam do contexto social dos anos 1950 e 1960 de forma a buscar entender quais foram os argumentos utilizados para combater os comunistas. Alguns noticiários retratavam a situação da zona rural, urbana, as tramas na política nacional, as ações dos comunistas no Brasil e no exterior. Todos esses temas foram desenvolvidos no jornal *O Semeador* e serão reproduzidos e contextualizados no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, avaliamos discursos produzidos por setores do empresariado alagoano materializado no jornal *Gazeta de Alagoas*, e as formas que foram utilizadas para atingir certos círculos sociais. O periódico pertencia ao político e empresário das comunicações Arnon de Melo e foi bastante usado como arma política durante as campanhas eleitorais para o Senado, em 1962. Este jornal, antes de pertencer a Arnon, possuía posicionamento liberal e teceu críticas ao governo alagoano. Já quando foi adquirido pelo empresário assumiu posicionamento conservador, tornando-se um dos principais veículos de propaganda política dos setores dominantes no estado, expressando os interesses políticos do seu proprietário (TAVARES, 2016, p. 309). Suas páginas são repletas de propagandas sobre esportes, beleza, festas etc., sendo seus noticiários espalhados por oito páginas.

Trabalharemos o jornal de forma a trazer os envolvimento do grupo empresarial com alguns setores conservadores do Brasil, como os militares e a UDN. Através das notícias sobre greves, terrorismo e o perigo do comunismo, traremos a forma pelas quais os redatores do jornal e partes da Forças Armadas Brasileiras perceberam o avanço do comunismo dentro dos anos 1950 e 1960.

Já no quarto capítulo, trouxemos o jornal *A Voz Povo*, órgão oficial do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da seção alagoana, de formas a trazermos as insatisfações e lutas sociais daquele setor. O periódico traz narrativas favoráveis aos trabalhadores de Alagoas, e seus discursos foram voltados também para satisfazer os interesses do grupo que o controlava. Ao longo dos 18 anos de atividade, foi vítima de diversas agressões dos setores conservadores da sociedade alagoana, sendo que foi fechado e seus equipamentos destruídos no dia primeiro de abril de 1964, em decorrência do golpe civil e militar que foi comandado pelo governador alagoano Luiz Cavalcante. Suas edições continham uma média de quatro páginas com notícias sobre cotidiano de Maceió, a vida operária e a situação de pobreza de alguns bairros da capital alagoana.

Nesse caso, iremos operar no texto os envolvimento dos comunistas alagoanos com a classe trabalhadora do estado, ou seja, analisaremos a relação do PCB com suas bases de apoiadores, de forma a percebemos as demandas sociais, as condições de vida, os perigos e as violências que os grupos de operários rurais e urbanos estavam vivenciando.

Contudo, a intenção de construir um trabalho como este, se deve ao fato de ainda não termos encontrado uma obra alagoana que trate dos setores anticomunistas e comunistas na perspectiva da Análise do discurso e da comparação entre ambas as ideologias. Temos, sim,

grandes obras que abrangem os temas de forma separada como é o caso da obra “*O homo inimicus*”, escrita por Fernando Medeiros. Porém, não se tem notícias de trabalhos que tratem simultaneamente de ambos os temas que foram importantíssimos para a História do Brasil e de Alagoas. Por outro lado, essa falta de trabalhos, que mesclam os temas citados, juntamente com a quantidade de fontes jornalísticas disponíveis em Alagoas, aguçaram ainda mais a necessidade de produzir esse trabalho.

I. Condições sociais e econômicas do Brasil entre as décadas de 1950 e 1960.

A história brasileira nas décadas de 1950 e 1960 foi marcada por instabilidades dentro das instituições políticas do Brasil, com ameaças de golpes que constituíam um perigo à democracia do país. Por outro lado, os momentos, que antecederam as épocas mais críticas da política nacional, foram marcados por esperanças de que a situação melhorasse. Por exemplo, de certa forma, o chamado Cinquenta Anos em Cinco, ou, simplesmente, Planos de Metas, política de desenvolvimento econômico e social de Juscelino Kubitschek constituíam-se em uma esperança para a modernização brasileira.

Posteriormente, a esse período de otimismo proporcionado pelo governo Kubitschek, vieram momentos de fragilidades dos setores políticos e sociais em decorrência dos embates entre os setores sociais que estiveram presentes em boa parte dos anos 1950 e que tiveram um rumo sombrio em março de 1964. Para Lucília de Almeida Neves Delgado, as lembranças que ficaram da época de entusiasmo desenvolvimentista, foram substituídas por lembranças de outro tempo caracterizado por conflitos sociais e políticos (DELGADO, 1986, p. 55). Esses conflitos foram marcados por setores civis, militares, religiosos e políticos, que ao invés de vislumbrar momentos de esperanças, enxergavam um futuro conflituoso, particularmente, a partir da década de 1960, quando os embates entre aqueles grupos se aguçaram.

Geralmente, os conflitos eram iniciados dentro do campo das demandas sociais, ou seja, alguns setores progressistas do Brasil demandavam ações que poderiam trazer uma qualidade de vida e de trabalho melhores para as pessoas enquanto alguns setores conservadores viam essas atitudes como forma de implantar o comunismo no país. Esse exemplo se tornou mais evidente durante o governo de Goulart, que se iniciou após Jânio Quadros renunciar ao cargo de presidente da República, com intenções não democráticas e sob desprezo de partes das Forças Armadas e da sociedade civil, principalmente no que toca àquelas ligadas ao setor empresarial, católico e dos meios de informações, que posteriormente foram responsáveis pela sua deposição e pelo início de uma longa ditadura. Assim, pode-se dizer que o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado (TOLEDO, 1983, p. 7).

Ainda na década de 1950, houve grandes movimentos no campo. Os trabalhadores rurais demandavam modificações relativas às terras. Para José Murilo de Carvalho, a principal novidade da política brasileira, naquele momento, foi justamente a ascensão dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários que entraram na política nacional com voz própria (CARVALHO, 2012, p.138). Os anos anteriores ao golpe de 1964 foram marcados por

conspirações, turbulência na política e tentativas de golpes. A sociedade estava dividida, uma parte era adepta das propostas da esquerda, enquanto a outra estava voltada a direita, marcando momentos de polarização do cenário político da época.

Entre 1951 e 1954, ocasião do segundo mandato de Getúlio Vargas, resultado da aliança entre PTB e PSD e da derrota da UDN, existiram pressões externas para maior abertura da economia brasileira, e fortes pressões internas devido ao agravamento dos problemas sociais (SOUZA, 2013, p. 190), gerando, dessa forma, a impossibilidade de conciliar os interesses das classes populares e dominantes. Os anos 1950 foram de intensas crises, sobretudo nas áreas trabalhistas e da economia. A União Democrática Nacional, partido historicamente golpista e conspirador, percebendo esse cenário, fez ferrenha oposição ao governo de Vargas, e passou a alimentar seus ataques com os

(...) maus resultados da política de desenvolvimento, da alta dos impostos sobre a importação, da espiral inflacionária e da carestia. Outrossim, a insatisfação dos trabalhadores aumentava e o movimento operário se fortalecia, sobretudo por causa da renovação advinda com a formação de comissões de fábrica e o subsequente – porém gradativo – desalojamento de dirigentes sindicais ministerialistas. (NEGRO; SILVA, 2003, p. 63).

Apesar do descontentamento dos operários, Vargas recebeu expressiva quantidade de votos daquele setor nas eleições de 1950. Os trabalhadores, ainda que apoiasse Getúlio mantiveram sua insatisfação com o caminho econômico que o Brasil estava tomando. Várias foram as estratégias do presidente para tentar frear a crise em seu governo. Negociações com os movimentos sindicais, cessar perseguições aos comunistas, duplicação do salário mínimo, entre outras ações, foram planejadas por Getúlio Vargas e João Goulart, ministro do trabalho do presidente. Vários historiadores brasileiros, como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira destacaram a atuação de Jango frente ao Ministério do Trabalho e nos esforços em construir uma nova identidade para o Partido Trabalhista Brasileiro. O trabalhismo e suas vantagens sociais foi direcionado para o mundo do trabalho brasileiro, gerando dessa forma um “verdadeiro pacto social com as classes trabalhadoras” (GOMES, 2005, p.265).

Goulart, de cara, enfrentou uma greve no setor dos marítimos que até então se encaminhava para a repressão. A entrada de Jango no Ministério do Trabalho também representou uma quebra com alguns modelos adotados pelo antigo ministro Segadas Viana, que planejava atos violentos contra os grevistas do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Ao invés de agredir os marítimos, decidiu se reunir com os sindicatos e negociar o fim das paralisações que

aconteceu alguns dias após tomar posse no cargo de ministro do trabalho. Além das lideranças sindicais, Jango falava diretamente com os trabalhadores, para entender suas demandas e diminuir ao máximo as suas necessidades, fato este que mostrou o estilo político do ministro e o direcionou para ações futuras no ministério e posteriormente como presidente da República. Esse estilo de aproximação com os trabalhadores logo surtiu efeito nos setores conservadores, que acusaram Jango de tentar levar o Brasil a comunização (NEGRO; SILVA, 2003, p. 66).

Diante desse cenário de oposição conservadora, começaram movimentos conspiracionistas, sobretudo os ligados a ala militar, que após a morte de um major da aeronáutica de nome Rubem Vaz, ocorrida após a tentativa de assassinato do udenista e líder da oposição Carlos Lacerda, exigiram a renúncia do presidente (CARVALHO, 2012, p. 131). Perante essas pressões, Vargas preferiu tirar sua própria vida a ceder aos conspiradores. Deu um tiro no coração no dia 24 de agosto de 1954 (CARVALHO, 2012, p. 131) gerando reação popular que mostrou que mesmo morto seu prestígio permanecia vivo.

Em 1955, a demanda da população por mais empregos e condições de renda melhores continuaram em alta, sendo que novamente a aliança entre PTB e PSD resultou na eleição de um candidato para a presidência da República. Juscelino Kubitschek conseguiu se eleger, prometendo mudanças sociais e econômicas profundas que, embora promovesse ajuda as populações mais carentes, também contribuiu para a estruturação de forças produtivas e políticas (...) contemplados por essa dinamização da economia brasileira (SOUZA, 2013, p.190).

Ao se eleger presidente, JK iniciou relações com círculos importantes da sociedade, como os militares. Além disso, angariou

apoio popular às trinta e uma metas do Plano, que incluíam a aceleração do processo de acumulação, mas também a elevação do nível de vida da população, juntamente com a construção de Brasília, que embutia um ideal de construção de um “Novo Brasil”. A ideologia construída nesse momento explica a tolerância das classes trabalhadoras com o projeto de “grandeza nacional”, que ampliou a massa de empregos e diminuiu os efeitos negativos, mas semeou contradições e reforçou a concentração de renda. (SOUZA, 2013, p. 191)

O projeto de Juscelino, também, visava atacar alguns “pontos de estrangulamento da economia” (MOREIRA, 2003, p. 158) para sanar os problemas que impediam o progresso do processo de industrialização. Vários setores da indústria foram contemplados nos Planos de Meta que eram fundamentais para a dinamização do desenvolvimento industrial brasileiro.

O programa de governo de JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento”. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial, mas rapidamente se transformou em uma das prioridades de Juscelino. Ele situava Brasília, aliás, em lugar de destaque, considerando-a “a grande meta de integração nacional” ou, ainda, a “meta síntese” de sua administração”. (MOREIRA, 2003, p. 159).

Com a aplicação do Plano de Metas, houve diminuição da desigualdade social e o fortalecimento da economia brasileira. Os trabalhadores também foram contemplados com o desenvolvimento econômico, tanto é que houve a multiplicação de empregos “para os trabalhadores urbanos” (MOREIRA, 2003, p. 160) ao passo que houve o incremento das indústrias de bens de consumo duráveis e não duráveis que possibilitaram a produção nacional de certos itens, como os automóveis, cujo valor se tornou mais acessível para as camadas médias. A presença de investimentos estrangeiros no país foi fundamental para a ampliação do parque industrial referente ao setor automobilístico. Porém, posteriormente a esse desenvolvimento ligado ao capital internacional, iniciou um período de endividamento externo do país, ou seja, se por um lado as Metas do governo JK deram bons frutos, por outro lado ocorreu a ampliação do capitalismo dependente internacionalmente.

O governo Juscelino também visou construir uma nova capital federal. Brasília, através do Plano de Metas, foi construída de forma arrojada e pensada para ser “o melhor exemplo de projeto moderno desenvolvimentista do país que parte da ideia de um progresso técnico funcionalista” (JACQUES; JÚNIOR, 2017, p. 471). Esse movimento de desenvolvimento também se estendeu a zona rural. Vânia Maria Moreira argumentou que um dos pontos que impediam o avanço do desenvolvimento econômico do país estavam no campo, pois existia uma “falta de comunicação entre as regiões industrializadas do Sudeste e as zonas agropecuárias do interior” (MOREIRA, 2003, p. 176). Dessa forma, o modelo econômico brasileiro buscou a integração entre zona urbana e zona rural, de onde vinham matérias primas importantes para as indústrias das grandes cidades. Por outro lado, se os trabalhadores suprimiram suas expectativas de melhorias de vida e da economia, também vivenciaram momentos de frustrações, causadas, por exemplo, pela migração e o êxodo rural descontrolados, que aumentaram a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais do sudeste do país. (RAMOS, 2021).

Nas eleições seguintes de 1960, a UDN conseguiu lançar Jânio Quadros para a presidência. Vitorioso, Jânio enfrentou diversas dificuldades para governar, principalmente ao que se refere à área da economia e da política.

Desvalorizou o cruzeiro em 100% em relação ao dólar, estabelecendo o que chamou de verdade cambial. Também cortou os subsídios ao trigo e à gasolina, o que refletiu no cotidiano da população. (...) Jânio não tinha maioria parlamentar no Congresso Nacional. A oposição formada pelo PSD, pelo PTB e pelo PSP, representava quase dois terços das cadeiras do Congresso, Cerca de duzentas. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 24-25).

Por outro lado, havia João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas. Era apoiado por setores populares, como os operários e os trabalhadores do campo. Esse não era o vice ideal para a UDN, que via na figura Milton Campos um parceiro para Jânio. Milton não conseguiu se eleger, ficando para Goulart a missão de assumir a vice-presidência. Isso ocorreu, pelo fato de que naquela época podia-se votar em presidente e vice de forma separada, havendo a possibilidade de eleger candidatos de duas chapas.

Pouco tempo depois de ser eleito, Jânio renunciou, e Jango logo teve que enfrentar dificuldades para assumir o cargo de presidente. Com vários planos para modificar as estruturas sociais e econômicas do Brasil, logo foi vítima de conspirações e ataques de setores não democráticos, como parte dos setores da Igreja e dos militares que logo o taxaram de comunista e inimigo da democracia.

Porém, não podemos tornar Jango uma vítima das circunstâncias. Esses ataques foram motivados pelo campo das disputas políticas da época, onde, em certos momentos, como no caso do Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, Jango provocou as massas populares para que se voltassem contra os grupos conservadores brasileiros e também quando o então presidente cogitou decretar estado de sítio em terras brasileiras.

João Goulart foi mais um presidente a assumir o comando do Brasil. Havia contas públicas descontroladas, grave crise no setor radical dos militares que não o desejavam na presidência. Por outro lado, seu governo foi marcado pela maior participação política dos setores populares nas lutas sociais, a exemplo das Ligas Camponesas, União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos operários urbanos. As demandas desses círculos sociais por mudanças que refletiriam nas vidas dos trabalhadores e na economia nacional, como as reformas de base, contribuíram para que o governo de Jango fosse um dos que mais tiveram movimentos sociais iniciados no campo e nas cidades.

O trabalhismo, ideologia política surgida ainda no governo de Vargas, se fortaleceu com Jango, fazendo com que os trabalhadores se tornassem ainda mais protagonistas e reivindicassem mais igualdade social. Dessa forma, o projeto trabalhista de Goulart mesclou inclusão dos trabalhadores na cena política nacional, desenvolvimento econômico e nacionalismo, que uniu as massas operárias que se reconheciam em Jango e em seus projetos viam seus interesses próximos de serem realizados.

Paralelo a isso, havia a UDN. Era o partido que se proclamava herdeiro dos movimentos liberais de classe média na história brasileira. Mas, em termos de interesses econômicos, a UDN expressava também os interesses dos proprietários de terras e da indústria aliada ao capital estrangeiro (BENEVIDES, s/d). O anticomunismo udenista foi uma das principais armas utilizadas para combater o governo de Jango, sendo que o partido esteve diretamente relacionado ao golpe de 1964, que destruiu o estado de direito, a democracia limitada e a versão trabalhista do nacional-estatismo (REIS, 2014, p. 17).

Sociedade, economia e lutas sociais.

Em linhas gerais, durante a década de 1950 o Brasil vivenciou os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que proporcionaram o desenvolvimento de partes da infraestrutura brasileira, como os portos, rodovias, hidrelétricas etc., além da modernização das indústrias. O segundo governo de Vargas

propunha avançar na montagem de infraestrutura para o desenvolvimento econômico, possibilitando a integração da indústria pesada de bens de capital e de insumos e aplicando capitais públicos nos empreendimentos estratégicos, tais como petróleo, eletricidade e siderurgia. Vargas tinha como objetivo promover uma integração vertical da industrialização e, para isso, buscou uma aliança com os Estados Unidos, através de empréstimos públicos e colaboração técnica. (CAPUTO; MELO, 2009, p. 3)

Juscelino manteve uma pegada desenvolvimentista parecida com a de Getúlio, promovendo intenso desenvolvimento econômico, notoriamente, através do seu Plano de Metas, importante programa de melhoramento dos setores da energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará a necessidade de

uma absorção mais rápida de mão-de-obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis. (Campos, 1953, p. 62-63 apud Bielschowsky p. 109).

Esse processo de modernização econômica atingiu Alagoas que procurou se adaptar aos novos rumos que o Brasil estava passando. Assim como em todo o país, o Estado realizou movimentos para proteger a classe fundamental para o processo de desenvolvimento brasileiro, nesse caso, os trabalhadores. Muniz Falcão, governador de Alagoas entre 1956 e 1961, embora ligado ao grupo conservador de Silvestre Péricles, promoveu uma série de ações, visando introduzir o trabalhador alagoano no cenário desenvolvimentista.

Porém, há de se exaltar que essas propostas, que deveriam ser utilizadas para melhorar a vida da população, foram claramente direcionadas para a ampliação das condições dos setores já desenvolvidos da sociedade alagoana, com a modernização do parque sucroalcooleiro, gerando graves problemas sociais, como greves, baixo salário, entre outros (MEDEIROS, 2007, p. 92).

Havia sérias carências em áreas fundamentais, como nos setores energéticos, marítimo e rodoviário, cujos desenvolvimentos foram atendidos pelo Governo Federal para suprir a necessidade das elites. Em outras palavras, observamos nitidamente como a classe dominante recorreu ao Estado para resolver questões estruturais necessárias ao seu próprio desenvolvimento e, deste modo, lucrar ainda mais (MOURA, 2017, p. 79).

Alagoas, assim como em todo o Brasil, estava passando por intenso processo de migração da zona rural para a zona urbana, decorrente, justamente, do processo de urbanização e industrialização no sul e sudeste do país. Esse evento atraiu os olhares da população rural, particularmente na região Nordeste que viam a oportunidade de viver em melhores condições em São Paulo, se espalhou pelo Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste e mesmo no Nordeste (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011, p. 81-82). A economia alagoana era basicamente dividida entre o setor de açúcar e, em segundo plano, na indústria dos tecidos (FALCÃO, 1959, p. 4-6). Além disso, alguns setores do comércio de Maceió, não viam com entusiasmo as mudanças sociais que começaram no governo JK. Para Anderson Moura, os comerciantes maceioenses mostravam um “moderado otimismo” – ainda que, paradoxalmente, considerassem “sombrias as perspectivas”. (MOURA, 2017, p. 80).

Essa falta de otimismo também atingiu a classe trabalhadora, cujas preocupações giravam em torno das mudanças na economia no pós-governo de Juscelino, que causou desconforto nos bolsos dos operários urbanos.

O “moderado otimismo” dos comerciantes não se refletiu entre a classe trabalhadora. Após o aumento do salário mínimo decretado por Kubitschek em 1956, os trabalhadores agora lutavam para não ver o aumento minado pela onda inflacionária citada pelos comerciantes de Maceió. (MOURA, 2017, p. 81)

O aumento do custo de vida, passagens de ônibus e dos itens básicos de alimentação foram alguns dos principais problemas debatidos pelo Partido Comunista Brasileiro, em Alagoas, no jornal *A Voz do Povo*, e que não estavam pautados nos periódicos dos setores mais conservadores do estado, como o *Gazeta de Alagoas* e *O Semeador*. Foi, a partir desses jornais e da historiografia alagoana e brasileira, que pensamos os cenários das lutas sociais entre comunistas e conservadores em Alagoas. Embora seja uma pequena parte da história alagoana e brasileira, esses jornais nos fizeram pensar também na nossa atualidade. Ainda existem conflitos ideológicos dentro da sociedade atual que, muitas vezes, prejudicam pessoas que, em sua maioria, estão distantes da política, porém, são as mais afetadas pelas decisões ou falta delas.

Ao analisar os jornais, percebemos as visões de mundo e os movimentos de alguns setores da sociedade alagoana, principalmente, a elite eclesial, econômica e de alguns círculos mais populares e progressistas. Para narrar os acontecimentos envolvendo essas esferas sociais, será interessante mostrarmos quais são nossos entendimentos sobre luta social e classe social. Lutas sociais são movimentos realizados por determinados grupos que julgam merecer melhorias dentro de uma sociedade que estão inseridos. Nesse caso, é preciso que existam necessidades sejam elas salariais, de segurança etc., que em algum momento serão transformadas em movimentos de massas. Essas ações são pensadas e postas em prática de forma a atingir o objetivo político de buscar os direitos fundamentais e democráticos dos mais variados setores da sociedade, em especial, aquelas mais humildes. No caso dos comunistas alagoanos, percebemos a partir dos seus pensamentos materializados nos jornais, que eles estavam contestando os modelos sociais, políticos e econômicos em funcionamento na sociedade alagoana na década de 1960, que eram voltados para as elites locais.

Percebemos que o jornal *A Voz do Povo* foi o que mais trouxe em suas páginas as demandas dos setores trabalhistas em Alagoas, a exemplo dos portuários, dos trabalhadores em petróleo e da indústria têxtil. Essas categorias converteram suas exigências em comícios, greves

e outras ações visando melhorias nos salários e nas condições de trabalho. Entre 1950 e 1960, havia grupos conservadores ligados ao setor religioso, grupos empresariais, e partidos conservadores, tais como a UDN, que agiam em interesse próprios e também em função do capital internacional. Por outro lado, existiam os grupos comunistas e trabalhistas que lutavam em prol das melhorias de vida. Esses diferentes grupos proporcionaram confrontos sociais, muitos deles com extrema violência.

Entendemos classe social, como uma divisão hierárquica entre os grupos, seu poder econômico dentro de uma determinada sociedade. Existem divisões de ocupações e as classes possuem diferentes importâncias em determinados ambientes, como o de trabalho. Nesse sentido, em um mesmo ambiente pode existir a classe que é economicamente superior e outra que não gozam do mesmo privilégio econômico. Podemos citar o exemplo dos operários urbanos e dos trabalhadores do campo, que são divisões que compartilham de interesses e condições socioeconômicas semelhantes.

Os anos 1950 foram marcantes para Alagoas. As massas populares ganharam força política que, de certa forma, foram ampliadas pelo processo de modernização e seus desdobramentos. As principais ações populares foram os movimentos em buscas de direitos sociais. Greves eclodiram por todo o estado, principalmente na capital, durante o governo de Arnon de Melo, um dos representantes da mídia e do empresariado alagoano. Marcelo Góis Tavares narrou alguns dos acontecimentos envolvendo disputas sociais em Alagoas.

No transcorrer dos anos 1950, as disputas políticas em Alagoas expressavam os embates em torno das propostas de desenvolvimento econômico, ampliação da cidadania mediante a institucionalização de direitos sociais, constantes mobilizações de trabalhadores exercendo papéis protagonistas, a atuação de comunistas nos sindicatos e movimentos de trabalhadores, a força política do trabalhismo e tentativas de impedimento da sucessão de governos alinhados a essa cultura política, e projetos de desenvolvimento econômico (TAVARES, 2016, p. 190)

Essas massas não atuavam sem orientação, tampouco sem apoio. Algumas figuras chave do PCB, a exemplo de Jaime Miranda, Reinaldo Siqueira dos Santos, Osvaldo Nogueira de Oliveira e Carlindo Marques dos Santos (TAVARES, 2016, p.180), orientavam os operários de algumas fábricas têxteis, em Maceió, a fim de evitar confrontos mais pesados com as forças de segurança. A militância comunista em Alagoas foi fundamental na instrução dos trabalhadores em meio às lutas por direitos. Telma de Barros Correia analisou, ao longo da sua obra *Pedra: Plano e Cotidiano Operário no Sertão*, que os operários alagoanos, em particular os do sertão

do estado eram pouco instruídos intelectualmente. As escolas atuavam como forma de promover o desenvolvimento do industrial e não do trabalhador, e investia

na formação de futuras gerações de operários (...). Nos núcleos fabris, o ensino tendia a enfatizar a pontualidade, a regularidade, o respeito à autoridade, enfim, comportamentos coerentes com a construção de um operário que produz mais a respeito a liderança e a propriedade do patrão (CORREIA, 1998, p. 147).

Os comunistas alagoanos procuravam, justamente, munir os operários de mais conhecimentos políticos que os ajudassem tanto a superar suas deficiências intelectuais quanto as correntes que os limitavam dentro das fábricas e os prendiam a seus patrões. Tavares descreveu que, no bairro operário de Fernão Velho, em Maceió, onde funcionava a Fábrica Carmem de produtos têxteis, os comunistas realizavam ações de propaganda de suas ideologias sempre às escondidas, para que, nem os patrões, nem a polícia fossem alertados.

Os comunistas atuavam promovendo formação política por meio de suas propagandas. Organizavam pequenas reuniões na casa de um operário, mesmo em ruelas e becos da vila operária. Eram espaços por vezes escondidos, possibilitando driblar a constante vigia e fiscalização da fábrica contra as conversas e os conchavos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho para o operariado. (TAVARES, 2017, p. 182).

Em tempos de guerra fria, e de seus desdobramentos por todo o mundo como a Guerra da Coréia, os comunistas eram vistos como uma ameaça em países aliados dos Estados Unidos da América. Boa parte das suas atividades eram vigiadas e alvos de críticas negativas dos setores da direita brasileira, como será analisado nos capítulos seguintes. Além das fábricas urbanas, alguns setores progressistas também estiveram inseridos na zona rural de Alagoas assim como em todo o Brasil. Entre as décadas de 1950 e 1960, o PCB alagoano esteve fortemente ligado ao movimento sindical operário, obtendo hegemonia entre os trabalhadores urbanos, assumindo papel decisivo na formação dos organismos sindicais rurais a partir de 1963 (COSTA, 2019, p.1)

Contudo, as ações do PCB em todo o Brasil despertaram a ira das elites econômicas, religiosas e militares. Durante o governo de Jango, a questão dos trabalhadores e suas demandas de ordem social e econômica e a atenção que o presidente dava aos operários, foram alvos de questionamentos dos religiosos em Alagoas que se manifestaram, em peso através do jornal *O Semeador*. Quando, em 1964, os militares deram um golpe para derrubar João Goulart, a experiência sindical formada pelo PCB foi dilacerada pelas perseguições e prisões. Alguns temas relevantes para a sociedade surgiram durante o governo de Jango. Roberto Schwarz nos explicou que

[...] o debate público estivera centrado em reforma agrária, imperialismo, salário mínimo ou voto do analfabeto, e mal ou bem, resumira, não a experiência média do cidadão, mas a experiência organizada dos sindicatos, operários rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada etc. (SCHWARZ, 1978, p. 71).

Na década de 1960, o sindicalismo rural em Alagoas estava em alta. A Igreja Católica percebeu, ainda na década de 1950, a falta de apoio dos trabalhadores do campo, a partir da expansão significativa do cultivo da cana-de-açúcar (COSTA, 2013, p. 26) passou a intervir na zona rural com a ideia de organizar e educar melhor os trabalhadores para realizarem seu papel social de forma mais efetiva. Partes progressistas da Igreja alagoana consideravam o campo o local onde se concentrava o mais grave problema social do momento (MEDEIROS, 2007, p. 92), enquanto grupos mais conservadores agiram de forma a conter o avanço do PCB na zona rural. Ao citarmos o campo, estamos nos referindo principalmente a Zona da Mata, partes do Litoral e no Sertão e Agreste, onde os índices de pobreza e migração do homem do campo em Alagoas eram maiores (MEDEIROS, 2007, p. 93).

Partes da Igreja Católica, através dos seus grupos religiosos com o Serviço de Orientação Rural (SORAL). O SORAL, entre outros grupos ligados aos católicos

Fundaram até 1963, 48 sindicatos em vários estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Alagoas. Tinham por objetivo auxiliar os trabalhadores rurais na consolidação de sindicatos e treinamentos de líderes para sua reprodução. (...) passou a atuar com o apoio dos Círculos Operários, o Serviço de Orientação Rural, estabelecendo ação sindical no Estado. (COSTA, 2013, p. 25)

O SORAL, rapidamente, se espalhou por todo o Estado de Alagoas, realizando serviços de suporte aos trabalhadores, sendo o seu principal objetivo, a educação do trabalhador rural alagoano, a liderança sindical, que deveria aprender ideias corporativistas, bem como entender a dinâmica das concepções políticas do PCB e das Ligas Camponesas (COSTA, 2013, p. 25). O SORAL atuou em municípios como Palmeira dos Índios, Penedo, Feliz Deserto, Piaçabuçu, Santana do Mundaú, Joaquim Gomes, Colônia Leopoldina e Matriz de Camaragibe (MELLO, 1990, p. 117). Outros grupos progressistas também agiram dentro da Igreja Católica, a exemplo da Juventude Universitária Católica e Juventude Operária Católica, mostrando que a Igreja não era puramente conservadora.

Alguns setores conservadores da Igreja reagiram a essa aproximação do PCB e das partes progressistas da Igreja na zona rural alagoana. Por exemplo, houve a Ação Católica, em Alagoas, cuja vertente conservadora iniciou contatos com os trabalhadores do campo entre as

décadas de 1950 e 1960, a exemplo da formação educacional, com a intencionalidade principal de ser uma alternativa às ações do PCB.

Dessa forma, as lutas sociais em Alagoas se mostravam algo que ia além das lutas por direitos, mas, também, lutas por dominação de territórios, sejam nos campos os nas cidades. Nos eventos decorrentes do golpe de 1964, a igreja continuou a atuar na zona rural, ampliando seu alcance.

Após o golpe militar em março de 1964, 90% dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) do Brasil sofreram intervenção militar, os novos líderes seguiram a linha sindical arquitetada pelo Governo. A Igreja Católica, através da ação mediadora de alguns padres, investiu no funcionamento dos sindicatos em todo país, exercendo influências. Divergia, contudo, o tipo de segmento católico posto nos municípios brasileiros. (COSTA, 2013, p. 34).

Porém, com o endurecimento da ditadura, que iniciou um longo período de torturas, perseguições e outras arbitrariedades aos setores mais populares, a Igreja Católica logo mudou de posição e passou a tomar atitudes contrárias ao regime militar. Setores como a AP, JUC e JAC foram fundamentais nas lutas democráticas nos períodos anteriores e durante a ditadura militar. Algumas das ações desses grupos serão trabalhadas no capítulo seguinte.

Assim como o Partido Comunista Brasileiro, a Igreja também realizava ações de doutrinação na sociedade. Michelle Reis de Macedo explicou que alguns grupos sociais agiram com interesses próprios ao apoiar o golpe de 1964, não somente em interesses materiais, mas também em crenças, visões de mundo, valores morais e religiosos tiveram papel preponderante nas escolhas políticas (MACEDO, 2015, p.1). Além da Ação Católica, outro círculo que atuava no combate ao comunismo foi a Patrulha Nacional Cristã (PNC) que foi uma organização conservadora de combate ao comunismo em Alagoas, propondo uma transformação social em bases espiritualistas (MACEDO, 2015, p. 2). Atuou em vários momentos da história alagoana entre as décadas de 1940 e 1960, sempre se posicionado ao lado dos conservadores.

Juntamente com esses grupos conservadores e progressistas, vieram os processos de radicalização em Alagoas e no Brasil, foram reproduzidos em vários jornais da época. Em 1957, por exemplo, houve um tiroteio da Assembleia Legislativa, durante o processo de impeachment do governador Muniz Falcão, que envolveu apoiadores e opositores ligados a UDN. Apesar disso, Muniz saiu vitorioso e angariando prestígio popular.

Mas foi no ano de 1960 que os embates tomaram seus rumos. O choque social entre conservadores e progressistas culminou na eleição de Luiz Cavalcante, contundente opositor de

João Goulart e do comunismo e principal articulador do golpe de 1964 em Alagoas. Seu discurso anticomunista e seu autoritarismo atingiram em cheio os movimentos urbanos e rurais articulados pelo PCB.

Greves de operários, manifestações de camponeses, atuações de comunistas e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) sofreram intensa represália por parte dos usineiros e de autoridades políticas alagoanas. A onda de prisões já acontecia em Alagoas até mesmo antes do golpe. (MACEDO, 2015, p. 7).

Em todo Brasil, houve movimentos de setores anticomunistas, visando a desestabilização do governo, contenção de greves, paralisação das reformas de base entre outros projetos da esquerda nacional que não eram bem-vistos pela direita brasileira, cada vez mais ansiosa pelo golpe. Fernando Medeiros narrou um acontecimento em Maceió, às vésperas do golpe, onde estudantes e militantes dos movimentos femininos faziam um comício pelas reformas de base (MEDEIROS, 2007, p. 140). O governo de Luiz Cavalcante deu suporte aos conspiradores de Jango, e não deu chances aos movimentos sociais, e decretou a prisão de muitos sindicalistas, estudantes e comunistas (MACEDO, 2015, p. 8).

Houve também articulações do empresariado em Alagoas para apoiar alguns setores golpistas no Estado, como é o caso de Arnon de Melo, dono de parte dos setores midiáticos alagoanos, que deu espaço ao PNC para lançar notícias anticomunistas no jornal *Gazeta de Alagoas*. Além disso, o PNC também se envolveu com a Rádio Educadora Palmares, mantida pela Igreja Católica, com o programa “Sentinelas da Pátria” (MACEDO, 2015, p. 8).

Portanto, analisar a atuação dos grupos sociais e seus envolvimento políticos na história alagoana e brasileira nos faz perceber as crenças, valores, demandas e intenções que nos faz pensar sobre os envolvimento e importância de cada setor no decorrer da história. Foi justamente visando esses grupos, que decidimos colocar cada um em seus lugares, e dentro das suas demandas, pensar seus posicionamentos e atitudes.

II. O anticomunismo católico em Alagoas nas décadas de 1950 e 1960

Trataremos, neste segundo capítulo, sobre o envolvimento da Igreja Católica com as elites alagoanas nas campanhas anticomunistas, analisando os discursos da Igreja materializados no seu principal meio de comunicação, o jornal *O Semeador*. O periódico mencionava as ações de figuras políticas do cenário nacional, e seus supostos planos de implantação do comunismo no Brasil, através de revoluções, na zona rural, em especificamente, e das reformas sociais propostas.

Ao mencionamos as reformas, podemos destacar a agrária, assim, voltamos nossa atenção para as mudanças estruturais pelas quais o Brasil, naquele momento, necessitava atravessar tanto para desenvolver o capitalismo nacional de forma mais justa, quanto para oferecer melhores condições para os trabalhadores que necessitavam de terras para trabalhar e gerar seus sustentos. Mas como uma instituição religiosa pôde, em vários momentos, se opor a uma transformação profunda que poderia melhorar a vida de milhões de brasileiros? A resposta pode ser encontrada na ideologia de grupo e dentro dos vínculos políticos que a Igreja formou ao longo da década de 1950 e 1960, que misturavam traços de conservadorismo e elitismo que regiam boa parte dos pensamentos eclesiásticos. No entanto, a interação da Igreja com os movimentos operários e estudantis, por exemplo, modificaram algumas ideias conservadoras da instituição, embora as leituras anticomunistas permanecessem.

Podemos narrar várias condições históricas que foram essenciais para o surgimento e desenvolvimento do anticomunismo no Brasil. A Revolução Russa, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, foi a responsável pelo surgimento do anticomunismo no Brasil.

O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística. (MOTTA, 2000, p. 16).

A guerra fria também foi um fator histórico que contribuiu para a consolidação do anticomunismo em Alagoas e no resto do Brasil. Nota-se a importação do anticomunismo por parte dos brasileiros, fato este que não nos faz esquecer do Levante de 1935, que contribuiu para que as elites militares solidificassem as trincheiras das lutas anticomunistas. Todos esses fatores serão melhor apresentados no decorrer dos capítulos. A ofensiva ideológica de alguns

grupos sociais contribuiu para a intensificação do discurso anticomunista em Alagoas, sendo a Igreja Católica, o principal deles.

A Igreja, em Alagoas e no resto do Brasil, atuou maciçamente na manutenção da ordem política, daquela praticada pelas grandes elites, principalmente. A pregação nos jornais, em eventos realizados pela Igreja, deixou claro que religião e política eram parceiros na luta anticomunista, pois, juntos, foram capazes de instaurar uma ditadura que foi causadora de grandes destruições sociais, econômicas, familiares. Em Alagoas, destaca-se a atuação da Diocese de Maceió com sua luta anticomunista, com alusão à situação política e econômica do Brasil.

Outrossim, as ações anticomunistas como as perseguições aos trabalhadores urbanos e rurais e aos membros de partidos progressistas, bem como outras ações locais e nacionais que culminaram com o golpe civil e militar de 1964 partiram dos membros do alto poder da política e da Igreja Católica, que acreditava – ou queria fazer acreditar – que estava de alguma maneira salvando as pessoas do comunismo. Os católicos alagoanos se valeram das ideias trazidas de fora para fortalecer suas práticas contrárias aos comunistas em Alagoas, a exemplo do caso citado por Freitas, quando a Igreja utilizou uma “mensagem que vinha do Vaticano em nome de Pedro Apostolo Príncipe dos Apóstolos (PAPA), João Paulo VI, que fez um apelo aos trabalhadores para não aderirem a nenhuma filosofia social, que tenha como base valores Marxistas” (FREITAS, 2019, p.30).

Wellington da Silva Medeiros, por sua vez, nos relatou que o processo de transformação da Igreja Católica, em Alagoas, foi resultante de uma série de fatores nacionais, internacionais e, principalmente, locais. Esses fatores contribuíram para a formação de quadros religiosos e politizados que congregava membros dos setores leigos da sociedade, como a Juventude Operária Católica e o Serviço de Orientação Religiosa em Alagoas (SORAL), movimentos que surgiram como reação ao conservadorismo da Igreja. Dessa forma, a relação entre Igreja e política se dá em dois lados: o conservador e o mais progressista, que nos mostra as intenções das várias alas religiosas em formar massas politizadas.

Em Maceió, durante a década de 1960, parte da Igreja Católica passou a agir de forma a contrapor os direcionamentos voltados às classes dominantes da sociedade. Lutando em defesa dos menos favorecidos, o Concílio do Vaticano II (1962-1965) inspirou a ideia de que a Igreja Católica era o “Povo de Deus”, valorizando o leigo como membro ativo da Igreja, bem como sua inserção no mundo moderno (MEDEIROS, 2016, p. 3).

O Movimento de Educação de Base (MEB) também contribuiu para que houvesse divisões dentro da Igreja Católica. Para Marcio Moreira Alves,

Em vez de praticarem um anticomunismo maniqueísta, as equipes do MEB dedicaram-se à “conscientização” do meio rural, quer dizer, à criação dos estimulantes intelectuais necessários à descoberta, pelos oprimidos, da realidade da sua opressão, das causas econômicas e políticas desta opressão e dos meios de a combater. (ALVES, 1978, p. 138)

Ainda sobre Concílio do Vaticano II, é possível notar que alguns de seus documentos estão voltados para o desenvolvimento e importância da educação religiosa e da vida política dos mais jovens, é isso que nos mostra o próêmio da Declaração *Gravissimum Educationis* (Sobre a Educação Cristã)

O sagrado Concílio Ecuménico considerou atentamente a gravíssima importância da educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo. Na verdade, a educação dos jovens, e até uma certa formação continuada dos adultos torna-se, nas circunstâncias actuais, não só mais fácil mas também mais urgente. Com efeito, os homens, mais plenamente conscientes da própria dignidade e do próprio dever, anseiam por tomar parte cada vez mais activamente na vida social, sobretudo, na vida económica e política. (CONCÍLIO DO VATICANO II, 1965).

Um dos elementos que podemos perceber ao analisar os documentos, é tentativa de ajudar a compreender e espalhar a Palavra de Deus, como nos revelou o próêmio da Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina. Foram diversos os documentos emitidos pelo Concílio que variam entre Constituições, Declarações e Decretos escritos por várias autoridades religiosas diferentes, que buscaram, em seus escritos, atualizar a Igreja Católica para lidar com os desafios do mundo atual. Nesse sentido, as ações da Igreja sairiam do campo da religiosidade e adentraria no entrar no campo das causas sociais, que, de certa forma, seria estratégico para a Igreja atrair mais fiéis e desenvolver os sentidos da comunidade religiosa.

(...) rompeu com o modelo da Igreja da neocristandade, e desenvolveu uma concepção de Igreja mais em sintonia com o mundo secular moderno. Esse Concílio, com uma perspectiva pastoral e não dogmática, enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato e promoveu maior corresponsabilidade entre o Papa e os bispos, ou entre os padres e os leigos dentro da Igreja, aproximando assim, os fiéis do clero e desenvolvendo maior sentido de comunidade em uma instituição marcadamente hierárquica. (MEDEIROS, 2018, p. 26)

Foi nesse sentido que operaram alguns dos padres participantes do Concílio do Vaticano II, entendo que a política como elemento fundamental para a transformação do mundo na direção dos valores do Reino de Deus (SIGNORELLI, 2016, p. 11-12), além de contribuir para

o desenvolvimento de vários movimentos católicos, a partir das ideias surgidas durante o Concílio.

O Concílio do Vaticano II fortaleceu as atividades dos grupos da esquerda católica, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP), que possuíam quadros leigos atuantes e estiveram durante a década de 1960 em luta contra os conservadores, elites nacionais e se posicionaram de forma contrária a hierarquia e ao controle da Igreja.

A Igreja iniciou movimentos que visavam entrar no meio rural para se aproximar dos trabalhadores. Segundo Medeiros, a Ação Social Católica, iniciada por Dom Adelmo Cavalcante Machado, a partir de 1956, foi um dos principais meios utilizados pela Igreja para gerir a problemática no campo, mostrando, dessa forma, a forte presença de partes do clero nos conflitos rurais. Posteriormente, surgiram outras estruturas que tinham como um dos propósitos oferecer melhor suporte às investidas dos religiosos no campo.

É nítido o direcionamento da ação social arquidiocesana para a questão *social rural*, no final dos anos 1950. A opção pelo ruralismo, em tese, deveu-se a estar no campo o grande problema social do momento. Esta nova modalidade de ação social colocava novas exigências para as quais nem o clero, nem a militância tradicional da Ação Social estavam preparados; novos elementos sobre os quais a intelectualidade católica não estava apta, ou não estava disposta, a refletir. A Escola de Serviço Social vem em socorro desta situação – dando um tratamento profissional a questão social –, salvando a Arquidiocese do descompasso na recuperação do tempo perdido (MEDEIROS, 2007, p. 29).

Essas ações se convertem em formas de dominação de partes dos territórios rurais. Nesse caso, a entrada da Igreja como propagadora das suas ideias no campo e, particularmente, nas populações que nele residem, se configuram numa forma de inserir seus pensamentos e modelos nos lugares e mentes.

Os esforços da Igreja, em adentrar no campo, estavam ligados, dentre outras coisas, à concorrência pelo controle dos trabalhadores rurais que eram disputados por representarem uma forte força política dentro da sociedade. Martins narrou algumas considerações acerca dos interesses que o campesinato representou ao longo das décadas de 1950 e 1960, a partir do lançamento do “Manifesto de Agosto” pelo Partido Comunista do Brasil, documento este que foi respondido em curto intervalo de tempo pela Igreja Católica de Minas Gerais. (MARTINS, 1981, p. 81). A narrativa de Martins, dentre outras coisas, está voltada para o avanço político dos trabalhadores frente aos problemas referentes às terras. A voz e a presença política deles contribuíram para a inserção dos movimentos sociais do campo na luta contra a exploração econômica, por melhores condições de trabalho e de salário.

Os problemas da zona rural, bem como o avanço da politização dos camponeses no Brasil, evoluíram nos períodos acima mencionados, sendo que, aquelas ocasiões coincidiram com o progresso político de alguns setores que, em outros momentos, não chamavam tanto a atenção do setor religioso.

Não é por coincidência que as práticas pastorais mais progressistas da Igreja, durante os anos 50, tenham envolvido camponeses e estudantes, pois ambos os grupos eram altamente politizados. Nem é sem motivo que a Igreja no Nordeste, marcado por uma pobreza gritante, tenha sido a primeira a tratar com seriedade os problemas sociais. Os camponeses viviam em condições funestas há décadas, e a Igreja permanecia em silêncio, mas quando os camponeses se organizaram, isso mudou. Não foi a existência da pobreza, mas sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político. (MAINWARING, 2004, p. 56).

É necessário mencionar que a produção jornalística da Igreja referente às questões da zona rural cresceu consideravelmente durante aquelas décadas, mostrando o direcionamento de parte dos religiosos para os problemas sociais do cenário, fato este que não eram mencionados com tanto volume nas edições em relação às décadas anteriores.

A Ação Social visava muitas coisas, como por exemplo, as ações de ampliação da educação por parte dos religiosos em Alagoas, quando o clero tinha a intenção de se aproximar ainda mais das elites do Estado e de formar uma intelectualidade jovem e católica, baseada no ensino das escolas religiosas. Porém, os esforços para a construção desses contingentes intelectuais católicos surgiram, em 1902, com a fundação, por parte de Dom Antônio Brandão, do Seminário Diocesano, sendo o primeiro Bispo da Jurisdição Alagoana. De formação religiosa profunda, é natural do município de Mata Grande - AL

E nasceu no dia 14 de agosto de 1849, filho de Antônio Manoel de Castilho Brandão, um militar, e da senhora Maria Bárbara de Castilho Brandão, uma dona de casa. Pertencia a uma família aparentemente humilde. Seus pais tiveram dificuldade para criar Antônio e seus outros sete irmãos. (GOMES, 2019, p. 46)

Ainda segundo César Leandro dos Santos Gomes, a indicação de Antônio Brandão para a condição de primeiro bispo de Alagoas, estava ligada “ao seu conhecimento prévio sobre as forças políticas oligárquicas, por causa do longo período em que atuou como Vigário Geral na cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro), ou ainda por ser um nativo, e certamente por causa da sua proximidade com o projeto da Cúria Romana.” (GOMES, 2019, p. 56).

O surgimento do Seminário Diocesano mostrou que as raízes das preocupações da igreja já há muito tempo estavam adentrando em Alagoas (MEDEIROS, 2007, p. 45). É interessante

exaltarmos a aproximação de Antônio Brandão com os setores mais abastados de Alagoas. Esse acontecimento nos ajudou a entender o direcionamento de partes da Igreja nas suas ações.

Dom Antônio possuía as especificações necessárias para assumir a sua posição como membro do episcopado brasileiro: teve sua formação sacerdotal no seminário de Olinda, à época um dos epicentros da difusão do pensamento ultramontano no território brasileiro (...). Além disso, como membro do episcopado brasileiro, procurava manter relações cordiais com as elites políticas regionais. (GOMES, 2019, p. 53).

A narrativa sugere que, basicamente, todo membro do alto clero do Brasil deve ou deveria possuir ligações aprofundadas com os setores mais ricos da sociedade. Os motivos dessas afinidades podem ser vários, como a intenção de utilizar o poder da Igreja para controlar determinadas camadas sociais, patrocínios para a instituição religiosa realizar eventos e obras, entre outros tipos de auxílio em troca de favores.

Em Alagoas, a força política da Igreja e de seus seguidores resultou em alguns conflitos com os comunistas em quase todos os ambientes, em específico, na capital. Em depoimento, José Ronaldo Melo¹ nos revelou que

O relacionamento nunca foi dos melhores. Os comunistas eram combatidos e denunciados em todos os setores da Igreja católica, principalmente nas missas, nos colégios católicos e nos programas radiofônicos da Igreja católica. Inclusive a Igreja tinha uma rádio em Maceió. A Rádio Palmares. E o Semeador era de direita mesmo. Contanto que desde o início apoiou as forças contra as reformas de base. (MELO, 2017).

Embora breve, o relato de Ronaldo nos revelou que a Igreja possuía uma estrutura bastante articulada quanto ao combate aos comunistas na capital. Nesse caso, o viés ideológico do periódico direcionava os religiosos para o conservadorismo e elitismo no Estado de Alagoas.

José Ronaldo Batista Melo nasceu no ano de 1949 no município de Palmeira dos Índios – AL. Na sua juventude, foi militante do Partido Comunista Brasileiro e participava de campanhas panfletárias durante as eleições para prefeito, governador e presidente da república. Desde muito jovem se interessou pelos estudos que tiveram apoio dos familiares. Na adolescência decidiu se mudar para Brasília, visando ingressar no nível superior. Na Universidade de Brasília foi, juntamente com alguns amigos, vítima de um atentado arquitetado por agentes do DOPS, quando eles entraram na biblioteca da instituição, lançando bombas de gás lacrimogêneo. O atentado, segundo seus relatos, resultou no desaparecimento de alguns dos seus amigos, sendo que Ronaldo conseguiu escapar por uma abertura – descrita por ele como “uma brecha” – na parede da biblioteca. Mesmo sendo de família abastada, sempre se interessou pelas questões envolvendo os grupos de estudantes e trabalhadores com os quais se identifica entende. Ao regressar a Alagoas, foi professor titular da Fundação Universidade Estadual de Alagoas – FUNESA atual Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL e na Escola Técnica Federal de Alagoas – ETFAL atual Instituto Federal de Alagoas – IFAL, ambas as instituições localizadas em Palmeira dos Índios. Atualmente, está aposentado. É reconhecido pelo seu alto valor como personagem política e intelectual em Alagoas, sendo convidado pelas instituições de ensino superior do município para ministrar palestras e sempre recebe visitas de estudantes de graduação que partem em busca de informações sobre a época em que esteve mais ativo na vida política. (MELO, 2017)

O estudo da educação religiosa no Estado nos revelou a união da Igreja local com as classes sociais dominantes, constituída, principalmente, por canavieiros, cuja renda resultava, obviamente, da zonal rural alagoana e que intensas lutas por direitos estavam ocorrendo, não somente em Alagoas, mas em boa parte do Brasil.

Constatamos através da bibliografia, que havia, sim, o interesse das elites econômicas no ensino religioso em Maceió muito antes das décadas de 1950 e 1960 – sendo que nesses momentos o interesse aumentou –, revelando que o projeto de aprofundamento da Igreja Católica dentro da sociedade alagoana vinha sendo montado há muito tempo.

Tais interesses giravam em torno do desenvolvimento da indústria açucareira no estado que estava fixada em municípios localizados dentro dos limites pertencentes à Diocese de Maceió, a mesma que detém a produção do jornal *O Semeador*.

Nestas zonas concentravam-se então as atividades da agroindústria do açúcar em Alagoas, ocorrendo, portanto, uma identificação geográfica entre a Arquidiocese de Maceió e esta área da agroindústria do açúcar. Tal identificação era ainda maior antes da criação da diocese de Palmeira dos Índios, pois a arquidiocese integrava também municípios da microrregião de São Miguel dos Campos, onde, a partir da década de 1950, ocorreu um grande expansionismo na monocultura canavieira, expansionismo que atingiu também alguns municípios da microrregião de Maceió (MEDEIROS, 2007, p.53).

O direcionamento da Igreja para o campo foi produto da preocupação de alguns setores religiosos e da agroindústria com as manifestações que os trabalhadores poderiam realizar, seguindo as manifestações dos Estados vizinhos, como Pernambuco e Paraíba, com a liderança das Ligas Camponesas. É importante nortear nossos pensamentos para a zona rural, pois, uma possível reforma referente às terras em Alagoas, assim como foram propostas em vários momentos da história brasileira, teria enorme impacto nas elites canavieiras, que eram amparadas pela Igreja Católica naquele momento.

Embora pareça que estejamos analisando as atitudes da Igreja apenas levando em consideração a realidade alagoana, os estilos adotados por partes do clero tomaram dimensões nacionais, visando, dentre outras metas, competir politicamente com os partidos políticos, como é o caso do próprio PCB, que estava se aproximando dos camponeses, visando, dentre outras coisas, ampliar sua base de apoio.

Também é fundamental narrar algumas contradições envolvendo a Igreja Católica e alguns movimentos ligados a instituição. Embora fosse desejo da Igreja e das elites barrar quaisquer movimentos em apoio às reformas de base, alguns setores da juventude católica tais como a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude

Agrária Católica (JAC) apoiavam a reforma agrária, pois viam nela uma forma de contribuir para o bem-estar dos trabalhadores rurais. No arcebispado de Maceió,

Registrava-se também a forte presença dos movimentos da Ação Católica (...). Todos esses movimentos, apesar de lutarem pelas reformas de base, defendiam posições anticomunistas, o que foi modificado depois do Golpe Militar, pela realização de ações conjuntas com partidos e organizações comunistas. (NOLASCO *et al.*, 2008, p. 84).

Dessa forma, existiam fissuras dentro da própria Igreja Católica que nos mostram os conflitos ideológicos internos da instituição. A esquerda católica agiu contrariamente aos pensamentos conservadores da Igreja como é o caso Ação Popular (AP), que, entre 1962 e 1963, foi integrada por militantes da esquerda católica. As ações da AP surgiram como alternativas aos religiosos que já estava a algum tempo desenvolvendo atividades na zona rural. Mesmo que fundada nos princípios da Igreja Católica, a JUC também se afastou das ideias conservadoras e se aproximou das camadas mais progressistas da sociedade.

A guinada ocorreu no final da década de 1950, quando a JUC participava mais intensamente da movimentação e da política estudantil e se envolvia nos debates sobre os problemas estruturais da sociedade brasileira. Os jovens jucistas não ficaram alheios à influência desses movimentos. Progressivamente, a JUC ultrapassou suas preocupações estritamente religiosas e doutrinárias e engajou-se nas lutas pela reforma universitária e pela mudança das estruturas da sociedade brasileira. (DIAS, 2007, p. 168)

Essa virada da Ação Popular para esquerda se deu devido aos contatos tidos com os comunistas e com as ligas camponesas na zona rural. Outros acontecimentos também contribuíram para que a AP virasse à esquerda, como a revolução cultural chinesa, que contribuiu para o avanço dos trabalhadores rurais através do desenvolvimento da militância de origem pequeno-burguesa (DIAS, 2007, p. 175). A Revolução Cubana também refletiu na AP e nos movimentos progressistas da Igreja Católica como a JUC, e começaram a se debruçar sobre

“... as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional (...) e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959”. (RIDENTI, 2002, p.216).

Logo, a proposta da Igreja de aproximação com os trabalhadores do campo, transformou-se numa luta pela aprovação da Reforma Agrária e até mesmo para radicalismo da luta no campo que marcará o ano de 1964 (SÁ, 2015, p. 107). Os movimentos ligados a Ação Social Católica não se limitaram apenas ao campo, mas também chegaram a atuar nos centros

urbanos, junto à classe operária. Dessa forma, as posições católicas alagoanas quanto à reforma agrária variavam – embora as posições anticomunistas fossem consenso – pois, enquanto os setores mais conservadores da instituição se posicionavam de forma contrária, os setores da juventude eram favoráveis às reformas. Esse pensamento é reforçado por Souza ao debater sobre a militância católica leiga no Brasil

No início da década de 1960, a Igreja estava ideologicamente dividida, tendo à esquerda Dom Hélder e à direita Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vicente Scherer. A Ação Católica tinha três organismos para condução de suas atividades: Juventude Estudantil Católica (JEC) – no meio secundarista, Juventude Operária Católica (JOC) – no meio operário, e Juventude Universitária Católica (JUC) – formado por estudantes de nível superior. (SOUZA, 2006, p. 51).

Uma grande personalidade da história nacional que marcou os rachas existentes na Igreja Católica foi Aldo Arantes. Foi líder estudantil, um dos membros fundadores da AP e depois se integrou o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Teve uma vida marcada perseguições e resistências durante o regime civil e militar de 1964. Durante o tempo em que João Goulart lutava para assumir a presidência da República, Arantes desempenhou importante papel na luta pela democracia, assim como Leonel Brizola que criou a chamada Rede da Legalidade para que as leis fossem obedecidas e Jango aceito para a presidência. Aldo, logo que passou a desempenhar seu mandato como presidente da UNE, apoiado pela JUC e por setores da esquerda brasileira, decreta greve nacional de repúdio à tentativa do “golpe”, desembarcando em seguida em Porto Alegre, para onde transfere momentaneamente a sua sede. O movimento estudantil seria orientado pelas rádios da Rede; e chegariam a ser formados núcleos para uma possível resistência armada (SÁ, 2015, p. 69).

Por outro lado, existiram membros da Igreja Católica que foram acusados de serem comunistas. Em Sergipe, por exemplo, durante o regime civil e militar, Dom José Brandão primeiro Bispo da Diocese de Propriá (SE) foi denunciado diversas vezes pelos conservadores durante seu episcopado, com denúncias que o apontavam como comunista e subversivo, enfrentando, por consequência, sérios atritos com o Estado e órgãos de espionagem (SILVA, 2018, p.31).

José Brandão não era necessariamente um comunista, embora se aproximasse de algumas pautas consideradas mais adequadas aos comunistas, como as questões sociais e os assuntos envolvendo a grilagem de terras no Nordeste do Brasil, que logo chamaram a atenção das autoridades religiosas e de alguns órgãos do Estado. Rosana Oliveira Silva também nos fez perceber o quão difícil foi para Dom Brandão expor suas ideias progressistas. Suas ações

geraram desconfianças de alguns setores da Diocese de Propriá e das forças de segurança sergipanas, fato este que contribuiu para torná-lo alvo da constante vigilância do Estado de da Igreja que fazia parte. (SILVA, 2018, p. 5).

Outro fato que representou dois posicionamentos diferentes da Igreja Católica foi à formação dos sindicatos rurais com a participação direta de militantes da esquerda religiosa. Os operários urbanos ligados aos Círculos Operários Católicos participaram de forma ativa na formação dos sindicatos devido a sua boa instrução política e suas experiências frente às lutas sociais.

Uma das principais organizações católicas que atuou na formação de sindicatos rurais em todo Brasil foram os Círculos Operários. Desde a década de 1930 e, ligado inicialmente ao trabalhador urbano, cuja proposta era a oposição aos líderes sindicais contrários ao governo; objetivava a instrução do trabalhador, assistencialismo, melhorias profissionais, formação de líderes e divulgação das ideias através de impressos (COSTA, 2013, p. 23).

Os sindicatos, apesar de nascerem com orientação religiosa e conservadora, não possuíam unanimidade quanto aos posicionamentos políticos, resultando em algumas divergências quanto aos caminhos que a questão rural tomaria.

O movimento sindicalista rural, organizado pela Igreja, apesar de ter sido iniciado pelo SAR/RN, em 1960, logo espalhou-se por todo o Nordeste: em 1961, surgiu o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba - ambos com vinculações com os Círculos Operários - e a Equipe de Sindicalização do Secretariado de Planificação de Teresina; em 1962, o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL), também com vinculação com os Círculos Operários; e as equipes de Sergipe (1961), Maranhão e Bahia, em 1962, criadas e mantidas pelo MEB, sendo que esse Movimento colaborou em quase todos os Estados no processo de formação e treinamento de líderes. Apesar da orientação cristã única, os grupos católicos, que assessoravam os sindicatos rurais, apresentavam divergências entre si, gerando três diferentes tipos de orientação e organização sindical: a) os sindicatos ligados aos Círculos Operários, que atuavam numa ótica conservadora, numa linha de "promoção humana"; b) os sindicatos que recebiam assessoramento das Equipes dos Secretariados de Ação Social das Dioceses, mais ligados ao bispo e aos princípios da Doutrina Social da Igreja, transmitindo fortes traços confessionais em seus trabalhos; e c) os sindicatos assessorados pelo MEB, que, apesar de se pautarem pela Doutrina Social da Igreja, trabalhavam conteúdos com possibilidades revolucionárias, uma vez que o processo de tomada de consciência, desenvolvido pela politização, poderia levá-los a posicionamentos mais radicais, principalmente depois da "crise da JUC" e da influência recebida da AP. (PAIVA, 1992, p. 164).

Tecemos essas breves considerações sobre a divisão ideológica da Igreja Católica para termos a consciência de que nem todos os setores eram contrários ao comunismo, as ligas camponesas ou as reformas de base. Partes dos adeptos da fé cristã viam o campo como um local que necessitava de justiça social e outras melhorias das condições de vida dos trabalhadores.

Por outro lado, existiu a forte inserção dos católicos conservadores no campo que se alastraram rapidamente pelo nordeste brasileiro, e se tornou uma das principais estratégias da Igreja para tomarem conhecimento dos acontecimentos do campo, visando aumentar ainda mais sua presença entre os trabalhadores. Outra grande estratégia católica em Alagoas foi a de usar seus meios de comunicação para combater as supostas ações dos comunistas no Estado.

O Discurso anticomunista religioso no jornal *O Semeador*

Bobbio descreveu o anticomunismo da seguinte maneira:

Se se quisesse oferecer uma definição vocabular, o Anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais etc., também as há anticomunistas. (...). Se o Anticomunismo é, pois, difícil de definir no plano ideológico, no plano mais especificamente político é entendido como convicção de que não é possível a aliança estratégica, para além de possíveis momentos táticos, com os partidos e os Estados comunistas. (BOBBIO, 1998, p. 34)

Entendemos o discurso anticomunista religioso como uma rede de comunicações que se dá entre os que produzem informações dentro de uma instituição dotada de regras, ideologias, comportamentos e posições sociais e aqueles que recebem as informações e estão fora dos limites da instituição produtora. Tais discursos, em especial no caso alagoano, são permeados de exageros e polêmicas que, de certa forma, descreviam os cenários desejados pelos religiosos, causando *frisson* e medo em partes da população.

Desde sua criação em 1913, o jornal *O Semeador*, órgão da Diocese de Maceió, se manifestou politicamente contra certos partidos do cenário nacional. Não focamos nos períodos anteriores às décadas de 1950 e 1960 – embora na década de 1930, o jornal já possuísse notícias anticomunistas em suas páginas – pois, notamos que as produções anticomunistas no periódico referentes em ambas as décadas aumentaram consideravelmente. Sávio Almeida avaliou que

Os conservadores teriam na Igreja um grande aliado; a Igreja mais do que coonestar, assume o patronato, tornando-o como aliado fundamental, chegando mesmo, posteriormente, a dar guarda a fórmulas exóticas de doutrinação de direita, como o patronovismo; (...) Igreja e intelectuais formavam o corpus ideológico básico do anticomunismo (ALMEIDA, 1992, p.8).

O jornal agiu como uma arma de publicidade religiosa, onde as notícias foram pensadas e produzidas para levar informações sobre temas de interesse da comunidade religiosa, em essência àquela mais conservadora. Sempre tentava convencer os católicos de que o comunismo

era um mal que estava avançando em Alagoas e no resto do Brasil, e o dever de combater os comunistas.

Além dos acontecimentos presentes nas edições, tivemos também que nos concentrarmos nas personagens que produziram o periódico: quem eram? A qual grupo pertenciam? E quais seus posicionamentos políticos? Maria Helena Capelato, em sua obra intitulada *Imprensa e História do Brasil*, pontuou que o valor do jornal se torna mais compreensível quando trazemos à tona a figura dos seus produtores (CAPELATO, 1988, p. 21). Nesse caso, conseguimos trazer, para nossa narrativa, algumas das pessoas envolvidas com *O Semeador* que estiveram intimamente ligadas com a construção das suas notícias.

Capelato propôs um exercício interessante que nos ajudou a adentrar de forma mais profunda na história dos periódicos como objetos ativos da História.

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe como meta, captar as transformações dos homens no tempo (CAPELATO, 1988, p. 20).

Os textos jornalísticos de *O Semeador* estão repletos de uma certa objetividade, ou seja, possui casos que são diferentes se compararmos com outros estilos de textos, sejam eles escritos ou falados. A objetividade no jornalismo não é vista como uma concepção que causa concordância entre os pesquisadores.

Não há dúvida que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como agregado de ‘fatos’ prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Indo nessa direção, as análises dos jornais contribuem para que certos aspectos que não são mencionados nos periódicos, como os responsáveis pelas suas produções, bem como as ideologias que eles compactuam sejam reveladas.

O jornal foi dirigido por algumas das figuras mais importantes da diocese de Maceió, dentre eles Franklin Valente de Lima, Antônio José da Cerqueira Valente, como diretor e redator, e Luiz Carlos de Oliveira Barbosa, como colunista. Antônio e Luiz contribuíram com o periódico até o final das suas vidas, sendo que suas atividades encerraram no ano de 1968 (MEDEIROS, 2007, p. 107). Todos estes religiosos foram recrutados, em 1913, por D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes, segundo Bispo de Alagoas e primeiro arcebispo de Maceió, entre 1911 e 1923, para compor o quadro de redatores do jornal.

Antônio José da Cerqueira Valente teve papel mais relevante na formação do jornal, e seus atos possuem maior destaque na historiografia alagoana. Ivanildo Gomes dos Santos narrou que o religioso desde muito cedo esteve concentrado nas ideias religiosas e nas divulgações do pensamento católico que receava o avanço das ideias comunistas no país (SANTOS, 2012, p. 106). Antônio Valente possuía posições privilegiadas na sociedade alagoana, sendo que as despesas gerais do *O Semeador*, como a compra de papel, por exemplo, foram pagas com os lucros de uma propriedade de tiragem de coco localizada na cidade de Marechal Deodoro (AL). Sua formação acadêmica em História do Brasil, filosofia e teologia sugere que sua capacidade intelectual foi amplamente utilizada nas matérias jornalísticas, dando ainda mais peso ao periódico diante da sociedade alagoana, pois se tratava de uma figura religiosa com formação educacional aprofundada (SOARES, 1981).

Em edição recente do *O Semeador* datada de 22 de março de 2013, em comemoração do centenário do jornal, foi informado que era o monsenhor Valente que escrevia e revisava boa parte dos textos do periódico, aqueles que eram de interesse da comunidade católica (*O SEMEADOR*, 22.03.2013, p.4). Foi ainda assistente social da Ação Católica durante o período de sua implantação em Alagoas. Apesar desse movimento ter sido pensado para combater o avanço do comunismo, principalmente na zona rural, também estava voltado para as questões relacionadas aos problemas enfrentados pelas camadas mais pobres da sociedade, como a falta de renda, moradia e boas condições de trabalho.

Desde sua época de estudos no Liceu Alagoano, seus pensamentos e ações eram voltados para a pregação de um nacionalismo de direita e que a escrita dos seus trabalhos “(...) predominava a ideia de união, que omitia qualquer tipo de manifestação de descontentamento interno das camadas sociais dominadas, evitando tratar das diferenças regionais, sociais ou culturais” (BITTENCOURT, 2005, p. 185). De modo geral, Valente possuía posição relevante na sociedade alagoana e esteve por boa parte da sua vida no controle do jornal católico, inserindo nele seus posicionamentos rígidos e conservadores que nunca se “dobravam aos modismos de uma época.” (SANTOS, 2012, p. 108).

Já o monsenhor Luiz Carlos de Oliveira Barbosa, escrevia algumas colunas nas edições do periódico. Medeiros ponderou que ele tinha com uma das finalidades lançar no jornal “ataques ao comunismo” (MEDEIROS, 2007, p. 107). De todos os religiosos citados, apenas Franklin Valente de Lima não possui tantas menções e destaques na bibliografia alagoana, muito provavelmente por não ter tido participação tão ativa quanto Valente e Barbosa e por não

estar vivo durante a ocasião do quadragésimo aniversário do jornal em 1953, quando os religiosos foram celebrados por suas ações em prol da Igreja.

Para Ennia Carolina da Silva Freitas, o anticomunismo na arquidiocese de Maceió era algo muito presente e estava diariamente expresso no discurso anticomunista no jornal *O Semeador* (FREITAS, 2019, p. 27). É importante ressaltar que as notícias do periódico sempre passavam pelas mãos de Antônio José da Cerqueira Valente, ou seja, os conteúdos estavam bastante alinhados com seus pensamentos. Indo nessa direção, o jornal foi um meio de informações cujas páginas estavam repletas de textos que refletiam as posições ideológicas dos seus idealizadores e eram lançadas ao público alagoano. Brandão, em artigo sobre a Análise do Discurso de corrente francesa, nos explicou que as narrativas sempre expõem às posições de quem as produz, formando um sistema de crença bastante sólido. É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. (BRANDÃO, 2005, p. 3).

As produções da igreja não eram pensadas por simples clérigos, mas sim por algumas das partes mais intelectualizadas e elitizadas da Diocese, fato este que não é surpresa, já que se trata de uma instituição que sempre foi importante intelectualmente e socialmente próxima dos setores mais ricos. A maioria dos noticiários utilizavam informações de acontecimentos de outros países e sempre faziam referências aos comunistas como os malfeitores das sociedades e fazendo as pessoas serem contra as suas ações, se convertendo em uma espécie de controle social, fato este que se adéqua ao conceito de imaginário de Bronislaw Backzo.

O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais (...). Com efeito, é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, ou melhor, para ser mais exacto, o problema da legitimação do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. (BACKZO, 1985, p. 310).

Backzo revelou as intenções dos usos do imaginário social como ferramenta e de controle. Nesse sentido, o imaginário anticomunista dos religiosos alagoanos pode ser definido com uma corrente específica que se utilizava dos eventos do seu tempo para impor sua legitimidade e poder como parte de uma estrutura religiosa fortemente inserida em uma sociedade.

Dessa forma, trataremos de analisar os discursos religiosos a partir de alguns recortes do jornal *O Semeador* com intenção de observar e descrever os efeitos que partes do clero

alagoano tentou causar na sociedade da capital e do interior e construir uma leitura crítica das notas jornalísticas, com o auxílio da historiografia. Partiremos da ideia de que os discursos religiosos possuíam desígnios mesmo que imperceptíveis à primeira vista, para, dessa forma, tecermos nossas narrativas com as críticas ao periódico.

Partindo para a análise do periódico, identificamos, em um recorte datado de 1 de julho de 1954, duas informações relevantes na primeira página do documento. A primeira se trata da notícia que mencionava uma suposta invasão comunista na Guatemala. Segundo os religiosos, o comunismo extremo estaria penetrando no país, mesmo com as ações pastorais do Cardeal Mariano Rossel, que acusavam os governantes do país de facilitar a entrada do comunismo e de se aproximarem de países cujos governos são revolucionários. (*O SEMEADOR*, 1/07/1954, p.1).

Em tempos de Guerra Fria, a Guatemala foi alvo das investidas de serviços de inteligência estrangeiros, como a CIA (*Central Intelligence Agency*), cujo objetivo foi o de derrubar o governo democraticamente eleito de Jacobo Arbenz Guzmán, considerado o primeiro golpe de Estado orquestrado na América Latina. Segundo a página virtual do Diário da Causa Operária (DCO), as acusações que foram desferidas ao governante, foi a de se aproximar dos soviéticos e de possibilitar perigos que uma reforma agrária traria ao país. (DCO, 2018).

Nos acontecimentos posteriores à Segunda Guerra Mundial, houve mudanças estruturais na política da América Latina. No Brasil, por exemplo, em 1945, ocorreu, após 15 anos, a alteração na presidência da República que era assumida por Getúlio Vargas e passou a ser exercido pelo general Eurico Gaspar Dutra. Na Guatemala, Juan José Arévalo foi eleito líder da nação. A década de 1950 no Brasil foi marcada pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitscheck e seus 50 anos em 5. Essa época também foi marcada pelo acirramento dos conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética e os países latino-americanos experimentavam políticas que ora eram democráticas, ora não.

No início da década de 1960, o Brasil experimentou um dos seus – se não o principal – momentos mais perturbadores da sua história contemporânea. Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu a presidência da República, sendo que após breve período como líder da nação, foi retirado à força por um golpe civil-militar que implantou uma ditadura que durou quase 21 anos.

O golpe não foi planejado somente pelos militares. Forças internacionais e das elites nacionais estavam dando amplo suporte apoiadas por interesses políticos e econômicos. Os Estados Unidos, assim como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, saíram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, ao derrotarem o regime nazista de Adolf Hitler, e logo se transformaram nas duas grandes potências militares do momento. Segundo Abraham F. Lowenthal, os capitalistas dos EUA e os socialistas da URSS travaram disputas, visando o domínio de certas regiões do globo, como a América Latina (LOWENTAL, s/d. p. 42-45).

Indo nessa direção, Marcelo Góes Tavares e Tasso Araújo de Brito narraram que alguns países latino-americanos foram alvos das investidas dos americanos que possuíam interesses na América Latina (TAVARES; BRITO, 2016, p. 72). Munhoz, por sua vez, analisou que os EUA apressaram a formação de alianças regionais com o intuito de combater a possível expansão soviética e, mais que isso, impedir a expansão do ideário comunista, e mesmo reformista, evitando assim que tais ideais pudessem de alguma forma ameaçar a segurança do país. (MUNHOZ, 2002, p. 43).

Tavares e Brito também descreveram que alguns países latinos, tiveram problemas envolvendo camponeses e indígenas contra as forças militares locais apoiados pelos Estados Unidos (TAVARES; BRITO, 2016, p. 73). Os problemas envolvendo os camponeses em Pernambuco e o movimento reformista iniciado por Juscelino Kubitschek e aprofundado por Jango também chamou a atenção dos americanos. Desde o Governo de JK, havia grandes crises econômicas, sociais e grandes movimentos de trabalhadores no campo e nas cidades. Esses problemas tiveram continuidade no governo de Jânio Quadros e, posteriormente, no de João Goulart.

O medo do avanço dos comunistas no Brasil foi um dos motores que impulsionaram a criação do imaginário anticomunista na imprensa brasileira, boa parte dela financiada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que, por sua vez, possuíam ligações com os EUA (DREIFUSS, 1981, p. 251). A questão da Revolução cubana, que significou a vitória de Fidel Castro sobre o regime de Batista no final dos anos 1950 e a implantação do regime socialista na ilha caribenha, também motivou os americanos a voltarem-se suas atenções para a situação da América Latina, que à época era o principal lugar de disputa da Guerra Fria. As campanhas de desestabilização promovidas por vários setores nacionais e internacionais para derrubar o governo de Goulart mostraram a fragilidade institucional brasileira no período.

Outro item presente na primeira página também chama a atenção, não por ser um noticiário, mas por se tratar de um anúncio de uma usina de canavieira localizada no município de São José da Laje (AL). O anúncio diz: “Usina Serra Grande S.A. O açúcar preferido” (*O SEMEADOR*, 01.07.1954, p.1). O fato de tal divulgação se referir a uma indústria localizada na zona rural nos faz pensar sobre o contexto social do momento, já que, em Alagoas e no resto do Brasil, estavam ocorrendo manifestações sociais, visando melhorias nos direitos trabalhistas e pela repartição mais justas das terras. Mesmo que o anúncio seja uma forma de sustentação do jornal, é interessante analisarmos as condições em que os trabalhadores do campo se encontravam dentro dos limites do trabalho com a cana-de-açúcar no nordeste brasileiro.

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a usa subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (MARTINS, 1981, p. 66).

A produção bibliográfica alagoana nos mostra as condições em que os trabalhadores do campo se encontravam nos limites da Usina Serra Grande. Socorro da Silva Onório esclareceu que tal usina pertenceu ao Coronel Carlos Lyra, sendo que, posteriormente, com o seu falecimento, a usina passou a ser administrada pelos seus filhos, Salvador Lyra e Carlos Benigno Pereira Lyra. Dito isto, é interessante exaltarmos que o modelo adotado pelo proprietário era o de troca de favores de subordinação em troca de moradias e cultivos nas terras do coronel, sendo que, partes do lucro da produção iam para o proprietário das terras. Ainda de acordo com autora, “(...) em 1955 existiam vários sitiantes que demandavam atividades agrárias no município, desde atividades agrícolas, plantações de cana-de-açúcar e criação de gado, não sendo esta última tão expressiva quanto à primeira (...)” (ONÓRIO, 2016, p. 114-115).

Dessa forma, podemos constatar que existia o fato da necessidade dos trabalhadores rurais nos afazeres da usina, mesmo sendo dificultoso devido à exploração, fato que, de certa forma, aumentava ainda mais o poderio econômico do coronel, já que a junção de grandes esforços por parte dos trabalhadores e a baixa remuneração beneficiavam o usineiro.

Para Martins, os camponeses, na década de 1950, foram alvos de interesses políticos da Igreja Católica e do Partido Comunista do Brasil, pelo fato de que aquelas massas não serem dotadas de instruções políticas (MARTINS, 1981, p. 81). Nesse sentido, o campo se tornaria um local de batalha ideológica e altamente politizado que, caso fosse conquistado, representaria o aumento das forças religiosas na zona rural.

Também, podemos considerar que os movimentos sociais do campo que aconteciam em Pernambuco, em especial no Engenho Galiléia, podem estar relacionados com as intenções da Igreja e dos setores mais ricos de Alagoas com a zona rural do Estado. Para Pablo Porfírio, Pernambuco, na década de 1950 e início dos anos 60, era um dos Estados com maior mobilização social e onde o processo revolucionário parecia mais latente (PORFÍRIO, 2008, p. 14). A problemática do engenho se deve ao fato das precárias condições de trabalho e de salários que os lidadores vivenciavam naquele momento. Devido à pobreza, os setores mais ricos, bem como as autoridades policiais exaltavam que aquela situação estava gerando um ambiente de perigo para o estado de Pernambuco.

Dessa forma, uma aliança entre católicos e os industriais da cana-de-açúcar esteve relacionada com o perigo comunista que seria causado por uma possível revolta dos trabalhadores, em Alagoas. No entanto, é muito provável que os temores da igreja e dos setores dominantes relacionados ao campo poderiam estar relacionados não com o comunismo em si, mas, sim, com a perda monetária e de poder econômico que ambos os lados poderiam sofrer em caso de sucesso das revoltas dos trabalhadores. Nesse sentido, fica óbvio os interesses da Diocese quando ela produz informações para seu público. Aliás, este é um dos muitos temas tratados por Capelato, que nos relatou que “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, duas grandes potências emergiram no cenário internacional. Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas passaram a disputar a hegemonia militar, política e econômica mundial, em um evento conhecido como Guerra Fria. Eric Hobsbawm exaltou que um dos grandes temores das pessoas que vivenciaram esse cenário, era o das batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade (HOBSBAWM, 1995, p. 178). O mundo se dividiu em dois campos poderosos: um capitalista e liderado pelos EUA e outro socialista, controlado pela URSS.

Os Estados Unidos, iniciaram intensa campanha contra o comunismo, não somente dentro dos limites do país, mas também em todo o mundo. Para isso, utilizaram diversos meios de comunicação para valorizar seus posicionamentos capitalistas e anticomunistas. Esse movimento também refletiu em toda a América Latina, e em particular no Brasil, onde vários setores conservadores passaram a identificar o comunismo como um mal que deveria ser combatido.

O surgimento do anticomunismo no Brasil data do momento pós-revolução Russa em 1917. No contexto internacional, as crises proporcionadas pelo fim da Primeira Grande Guerra Mundial e o surgimento do bolchevismo também contribuíram para que o anticomunismo tomasse grandes dimensões. A temática do anticomunismo, ao estilo Guerra Fria, sempre esteve presente na história brasileira. A ideologia está continuamente se destacando em momentos de crise: em 1935, por exemplo, na ocasião da intentona comunista, o anticomunismo foi utilizado pelas Forças Armadas Brasileiras. Mas nas décadas de 1950 e 1960, as ideias foram utilizadas com ainda mais frequência no Brasil com os cenários de instabilidade política, tornando essas décadas um terreno fértil para os ideários anticomunistas.

O anticomunismo no Brasil foi influenciado por fatores externos, que foram refletidos nos meios de comunicação dominados pelas elites. Os noticiários sobre os acontecimentos referentes aos episódios da Revolução Cubana, um desdobramento da Guerra Fria liderada por Fidel Castro, ligaram de vez os alertas dos anticomunistas brasileiros. As ocorrências na Ilha caribenha visaram, dentre outros fins, derrubar o governo ditatorial de Fulgêncio Batista, implantando um governo socialista e política e economicamente ligado a União Soviética. A Revolução Cubana teve grandes reflexos em toda a América Latina, “onde grupos de jovens lançaram-se em lutas de guerrilha uniformemente condenadas de antemão sob a bandeira de Fidel (...)”. (HOBSBAWM, 1995, p. 339).

Já internamente, houve grande crescimento dos movimentos de esquerda, como a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas no Nordeste, as organizações de trabalhadores urbanos, como a Política Operária (POLOP), contribuindo para o desenvolvimento das ideias anticomunistas no Brasil, já que tinham posições contrárias aos grupos dominantes. Como já exaltamos, em vários momentos da história nacional marcados por instabilidades políticas. Nas eleições para presidente, em 1960, a União Democrática Nacional conseguiu o feito de eleger Jânio Quadros para a presidência da República. João Goulart reelegeu-se Vice-Presidente da República, enquanto seu companheiro de chapa, o Marechal Lott, perdeu a eleição para Quadros (BANDEIRA, 1977, p. 42). Isso aconteceu porque, naquele momento, votava-se de forma separada para presidente e vice.

Jânio e Jango foram extremamente criticados devido a suas aproximações com os setores mais populares do Brasil que, naquele momento, ansiavam por mudança social (BANDEIRA, 1977, p. 40). Após fortes críticas, Quadros deixou a presidência, entrando em seu lugar João Goulart, depois de muitas resistências dos setores conservadores, como as forças

armadas. Porém, a ideologia anticomunista entrou novamente em ação. Antes de findar seu mandato, Jango foi deposto ilegalmente por um golpe planejado por civis e militares, muitos deles financiados pelos norte-americanos.

Dessa forma, são em contextos de instabilidade da política nacional e internacional que surgem no Brasil intensas campanhas contra os comunistas criadas e mantidas por vários círculos sociais. Os jornais, especialmente os alagoanos, foram importantes instrumentos de divulgação e formação de opinião que contribuíram com as campanhas anticomunistas, configurando-se numa forma de manipular a sociedade.

Ainda no *O Semeador* também podemos perceber a aproximação dos religiosos alagoanos com os acontecimentos do cenário internacional, como o da União Soviética, por exemplo. A Diocese de Maceió acreditava que os comunistas soviéticos estavam por trás dos eventos que ocorriam tanto na zona rural quanto na zona urbana do Brasil.

O anticomunismo, ao estilo guerra fria, tornou-se uma ação constante nas décadas de 1950 e 1960, constituindo-se esse em um período particularmente rico quanto à produção deste discurso. A Igreja Católica procurava tomar precauções contra a influência comunista, seja com pregações anticomunistas nos púlpitos, em jornais em documentos episcopais, seja com uma eficaz intervenção na Questão Social (MEDEIROS, 2007, p. 103).

Esse medo dos religiosos relacionado ao fenômeno do comunismo mundial vem sendo cultivado desde muito cedo

Entre 1930 e 1964, a ameaça comunista era uma das maiores preocupações dentro da Igreja. Em 1937, os bispos emitiram um documento sobre o comunismo e durante as décadas seguintes muitos documentos episcopais sobre questões sociais e políticas abordaram o assunto. Porém, seria errôneo sugerir que a ênfase na doutrina social da Igreja era simplesmente uma resposta à crescente ameaça da esquerda. A Igreja poderia ter respondido de diversas maneiras, e assim o fez. (MAINWARING, 2004, p. 56).

Uma das formas de combate ao perigo comunista adotada pelos religiosos de Alagoas foi a de analisar aquela ideologia dentro nos limites da moralidade do bem e do mal. Na Diocese de Maceió, em especial, tais representações estavam relacionadas às avaliações que os religiosos faziam das ações dos comunistas, sendo que tais ações iam de contrário aos pensamentos e posicionamentos da Igreja Católica. Em um recorte de 11 de setembro de 1954, o periódico trouxe, em sua primeira página, um artigo intitulado “O comunismo em ação” elaborado por José Lins, membro da Associação Alagoana de Imprensa, no qual ele teceu várias críticas aos comunistas, os chamando de “vermelhos”, “adeptos de Moscou”, que a ideologia

era “um mal e deveria ser enfrentado e combatido como um perigo para a humanidade”, além de serem favoráveis de criar uma “sociedade sem Deus” (*O SEMEADOR*, 11.09.1954, p.1).

O uso da palavra “Deus” sugere que os religiosos se basearam nas suas crenças cristãs para produzir seus discursos. Nesse caso, a cultura política nos ajuda a compreender o motivo pelo qual os católicos inseriram sua religiosidade em um texto político. As crenças, como analisaram Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227) contribuem para aos comportamentos dos atores sociais. Nesse sentido, em um momento em que partes da Igreja Católica estiveram inseridas num contexto fortemente tocado pela política, seus sentimentos, pensamentos e ações foram fundamentados pelos pensamentos políticos e religiosos.

Nesse caso, os católicos viam o mundo com as lentes ideológicas da política e do cristianismo e usavam esses elementos para construir seus argumentos. A Cultura Política também parte da ideologia para explicar os acontecimentos, já que ela se caracteriza de várias formas, inclusive num “conjunto de procedimentos, princípios e valores que se traduzem numa prática necessariamente ideológica, no sentido de refletir uma visão de mundo” (PENNA, 2000, p. 65).

Motta narrou que, ao longo da história, os comunistas e suas ações pelo Brasil foram tachados de muitas coisas:

A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravidão; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas. (MOTTA, 2000, p. 72)

A nota indica dois pontos interessantes. Primeiro: o fato de ter sido um membro da Associação Alagoana de Imprensa sugere que havia certa ligação entre algumas partes isoladas daquele estabelecimento e a Igreja Católica, mostrando que existia uma articulação entre alguns integrantes de ambas as instituições quanto ao combate aos comunistas. Dessa forma, as ramificações do jornal católico não estavam apenas espalhadas pela Igreja, atingiu também um setor bastante importante do jornalismo alagoano. Esse fato também nos mostra que, assim como no restante do Brasil, em Alagoas não existiam apenas o anticomunismo católico. A nível nacional existia o anticomunismo em outros setores, como o da imprensa, das forças armadas, das universidades, das classes médias etc.

Segundo: a utilização do substantivo “mal” insinua que o comunismo e suas ações deveriam ser combatidos. Mas como? E por quem? Podemos responder ambos os

questionamentos da seguinte maneira: através de ações diretas da Igreja em setores que mais delicados da sociedade, naquela época, o campo. Da mesma forma, que a Igreja como uma instituição, digamos, do bem, estaria na linha de frente no combate a ideologia considerada como maligna.

O artigo escrito por José Lins também analisou que o comunismo visava atacar os “pobres de espírito” e que o mal causado pelos comunistas poderia ser combatido por pessoas ricas de espírito, pessoas de alma nobre e bondosa. E, nesse sentido, quem poderia ser essas pessoas, se não os membros da Igreja Católica? Sendo assim, podemos dizer que os religiosos alagoanos tomaram para si o ‘nobre’ dever de combater os “moscovitas” (*O SEMEADOR*, 11.09.1954, p.1).

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. Tratar-se-ia de mais uma provação para os seguidores da palavra de Cristo, que desde a Antiguidade vinham se defrontando com uma série de adversários terríveis. (MOTTA, 2000, p. 36)

Dessa forma, o comunismo da Diocese alagoana ia além das suas paredes, chegando a pactuar com outras entidades e personagens alagoanos. Brandão, analisando a ideologia contida na linguagem discursiva, ponderou que

Por causa desse caráter dialógico da linguagem, dizemos que o discurso tem um efeito polifônico. Isto é, porque meu discurso dialoga com outros discursos, outras vozes nele estão presentes, vozes com as quais concordo (e vêm reforçar o que eu digo) ou vozes das quais discordo total ou parcialmente. Outra palavra usada para expressar esse caráter polifônico da linguagem é heterogêneo. O discurso é heterogêneo (polifônico) porque é sempre atravessado, habitado por várias outras vozes. (BRANDÃO, 2005, p. 5).

Brandão teceu sua narrativa com base nos seus estudos sobre a Análise do Discurso (AD) de corrente francesa, que buscava entender o momento político e os discursos produzidos pelas correntes de esquerda e de direita. Seguindo o mesmo caminho, Caregnato e Mutti ponderaram que a AD não trabalha necessariamente com os conteúdos dos textos, mas sim, com um sentido que não é traduzido, mas produzido (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680). A estratégia da Diocese era justamente a de causar forte impacto na imaginação da sociedade e alavancar ainda mais apoio contra o suposto avanço do comunismo em Alagoas.

Dessa forma, os religiosos alagoanos sentiram a necessidade de incrementar seus discursos a partir de outras “vozes” que estavam alinhadas com seus posicionamentos, fazendo

com que seus leitores usassem seus imaginários para avaliar a situação de acordo com os sentidos que as notícias jornalísticas produziam em suas mentes. A Igreja via o comunismo como seu inimigo moderno, considerando que o cenário do século XX, seria sua mais nova cruzada e os comunistas, os novos bárbaros. O bem e o mal já estavam definidos e em batalha dentro do campo ideológico.

A Diocese de Maceió seguiu o padrão de outras regiões do Brasil quanto ao combate aos comunistas. No Rio Grande do Sul, o anticomunismo foi formado por parte da Igreja com base em alguns personagens bíblicos que retratam o mal em referência ao comunismo e seus seguidores (RODEGHERO, 1998, p. 28). Em Pernambuco, de acordo com as narrativas de Porfírio, os camponeses eram vistos por vários setores da sociedade, inclusive pela Igreja, como os “perigosos” (PORFÍRIO, 2008, p. 71), pois traziam riscos ao estado. Na Paraíba, nas palavras de Faustino Neto, o comunismo era visto como um “mal” e a desagregação da civilização (NETO, 2008, p. 63).

Dessa forma, podemos notar que o anticomunismo católico possuía certos elementos em suas narrativas que o transformou em algo padrão no Brasil. Esse fato está relacionado com o modo pelo qual a Igreja e partes dos seus seguidores viam o mundo em relação aos acontecimentos do momento. Existiram outros tipos de anticomunismo, como os da corrente militar e empresarial, no entanto, as especificidades do anticomunismo católico contidos na historiografia e nas fontes jornalísticas, se traduzem em características únicas dentro do movimento anticomunista nacional. Tais características estão contidas na religiosidade e no uso de elementos da cultura cristã, como bem e mal, luz e trevas, Deus e Satanás (RODEGHERO, 1998, p. 27).

Após o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, a Diocese de Maceió passou a indicar aos seus seguidores em que políticos não deveriam votar nas eleições seguintes. “Não basta votar, é preciso votar bem” dizia uma frase num recorte de 14 de setembro de 1954. A locução parece ser sensata e óbvia quanto à consciência do cidadão ao confiar seu voto a determinado político. No entanto, o texto o qual a frase está inserida nos revelou que “votar bem” é não votar em políticos que possuem ligações com a ideologia comunista. O artigo do jornal também trouxe alguns pontos relacionados aos procedimentos que as famílias católicas deveriam seguir para escolher seus candidatos, pontos estes que revelam o direcionamento ideológico e conservador que a Igreja deseja nas eleições (*O SEMEADOR*, 14.09.1954, p. 1), além de indicar que a instituição estava ativa quanto às estratégias de controle social.

A década de 1950 foi uma época extremamente fértil para a criação do imaginário anticomunista em Alagoas. Notadamente, as situações internacionais, a aproximação com as elites locais e a problemática do campo no Nordeste e no restante do Brasil contribuíram para que a Diocese de Maceió construísse suas ações contrárias aos comunistas. Mas, na década seguinte, em razão dos problemas políticos e econômicos que o país vivenciava e da Guerra Fria, a produção anticomunista manteve suas operações jornalísticas, de forma mais intensificada.

O anticomunismo católico durante o governo de João Goulart

A historiografia brasileira nos mostra que o governo de João Goulart foi constantemente atacado pelos setores conservadores e anticomunistas que visavam sua desestabilização e sua saída do poder. Alguns dos argumentos criados pelos círculos sociais eram relacionados as reformas de base e seus vínculos com os trabalhadores urbanos e rurais que poderiam levar o país ao caos democrático e ao comunismo. Porém, os discursos conservadores eram diferentes da realidade.

O governo de Goulart não tomara posse para fazer uma revolução socialista. Mas podia conduzir reformas progressistas, de forma negociada, em diversas questões cruciais. Os pactos eram imprescindíveis, mas não deviam impedir avanços, desde que houvesse negociações. Tudo muito difícil. Mais difícil ainda em um contexto instável e propenso à radicalização. É o que vai ficando evidente quando entram em cena os trabalhadores do campo organizados (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 93).

Entretanto, quando nos propomos a analisar o anticomunismo durante o governo de Jango, não temos a pretensão de fazer análises profundas do seu governo, mas sim, das ações dos religiosos alagoanos para a contribuição da oposição ao comunismo durante sua gestão. Os problemas enfrentados por Goulart eram diversos e graves. A direita conservadora conspirou contra ele, usando como exemplo a situação caótica a qual o país passava como as greves nas cidades, conflitos no campo além da situação econômica complicada a qual seu antecessor, Jânio Quadros, deixou para o próximo governo. As demandas da população cresceram à medida que os movimentos sociais, de trabalhadores e estudantes, exigiam aquilo que lhes eram de direito.

A identificação de Jango com as massas, sobretudo entre 1953 e 1954, período em que foi ministro do trabalho de Getúlio Vargas e durante seu governo como presidente da República, impulsionou o golpismo dos conservadores no início do seu governo, quando os militares, empresários e outros grupos civis conspiraram para sua derrubada. Em plena Guerra Fria, os

EUA tiveram grande papel, ao apoiar tais setores contra o governo, que se radicalizaram cada vez mais. O resultado disso foi o golpe de 1964, que finalizou a experiência democrática que sofria com altos e baixos, dando início a um dos episódios mais cruéis da história brasileira.

Entre as décadas de 1950 e 1960, como já mencionado, a produção ideológica do anticomunismo, por parte dos católicos, cresceu, consideravelmente, em relação à década de 1930, período o qual detectamos o surgimento de alguns elementos anticomunistas nos jornais. Alguns fatos noticiados nos periódicos no período são referentes aos acontecimentos da revolta comunista de 1935. Apesar de parecer um tanto quanto embrionários, os noticiários já possuíam alguns traços anticomunistas que foram se desenvolvendo com tempo e os cenários históricos.

O episódio de novembro de 1935 foi mitificado e originou uma legenda negra em torno da chamada Intentona Comunista, reproduzida ao longo das décadas seguintes. Ele foi representado como exemplo de manifestação das características maléficas atribuídas aos revolucionários que, segundo as versões anticomunistas, teriam cometido vários crimes ignóbeis durante os quatro dias da revolta (estupros, assassinatos a sangue frio, roubo), considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. (MOTTA, 2015, p. 1)

No entanto, foi no cenário do governo de Jango que tais produções ganharam maior desenvoltura e sofisticação. Para Motta,

Se os anticomunistas já estavam desconfiados em relação a Quadros, a tensão chegou a níveis perigosos após os acontecimentos de agosto, responsáveis por abrir caminho à crise que explodiria nos anos seguintes. Num lance dramático e ainda pouco esclarecido, o Presidente Jânio Quadros resolveu renunciar ao cargo, no final de agosto de 1961. O episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição para o cargo, em 1955, e a reeleição, em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas. (MOTTA, 2002, p. 289)

Consideramos a década de 1930, com base nas pesquisas documentais, a primeira fase da produção anticomunista da Igreja alagoana. Como já mencionado, os religiosos já criticavam os comunistas mesmo que de forma incipiente. Na década de 1950 houve grande desenvolvimento das ideias anticomunistas dos católicos sendo aquela a segunda fase da produção ideológica. Em Alagoas, podemos dizer que a década de 1960 foi a que mais os religiosos se valeram das ações de um governante para combatê-lo, politicamente, sendo a terceira e mais intensa fase do anticomunismo diocesano no Estado quanto ao cenário internacional.

Eram nítidas as preocupações da Igreja com a política cubana após a revolução do país caribenho, no início dos anos 1960. Em um editorial de 12 de janeiro de 1960, trouxe algumas informações sobre as “Eleições sindicais de Cuba”, onde os “vermelhos” foram derrotados. Na

ocasião, os religiosos comemoram o fato de os comunistas, em função da derrota, terem sido expulsos da “Comissão Executiva da Confederação dos Trabalhadores Cubanos” (*O SEMEADOR*, 12.01.1960, p.1).

O texto foi inserido no jornal em uma época em que greves eclodiam por todo o país, motivadas pelas buscas de melhores condições de vida e trabalho. No entanto, a questão das greves foi vista pelos católicos, através do olhar conservador e ideológico, já que sempre descreviam os trabalhadores grevistas como agentes do caos e desordem, que eram manipulados pelos setores comunistas nacionais e internacionais. Basicamente, durante a década de 1960, boa parte dos movimentos urbanos e rurais que ascendiam pelo Brasil foram duramente criticados por partes dos religiosos de Alagoas, mostrando a inquietação do grupo, quanto aos movimentos que tomavam o cenário nacional.

O periódico também atribuiu alguns planos e ações aos comunistas. Em vários momentos, determinados políticos do Brasil eram considerados como uma ameaça à democracia do país, já que suas atitudes eram sempre direcionadas aos exemplos de outros personagens considerados comunistas pela Igreja, sejam eles de dentro ou de fora das terras brasileiras. Tal pensamento se configurou numa tática bastante utilizada pelos religiosos de Alagoas no combate ao comunismo. No dia 8 de fevereiro de 1963, por exemplo, o jornal trouxe uma nota que descreveu Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado do então presidente João Goulart, como um político “nefasto” além de acusá-lo de nada fazer pelo seu estado (*O SEMEADOR*, 08.02.1963, p.1).

O perigo que Brizola representava, para o clero, não se limitava apenas ao estado gaúcho, mas também a todo o território nacional, uma vez, que os católicos exaltavam Leonel como aspirante a “Fidel Castro do Brasil”, com a intenção de armar um “Paredón da morte” no país. Brizola, apesar de naquele momento ser casado com a irmã de Jango, em muitos momentos, se posicionou contra o próprio cunhado (FERREIRA, 2011, p. 350-351), no tocante as reformas de base propostas por Goulart.

As ações de Brizola renderam críticas cerradas a ele próprio e ao Presidente, a quem se acusou de tolerar ou mesmo compactuar com as posições políticas do cunhado. (...) O radicalismo de Brizola atraiu sobre si a ira dos anticomunistas, que identificaram no estancieiro gaúcho o mais provável candidato ao papel de “Fidel” brasileiro. (MOTTA, 2000, p. 312/313)

No ano de 1958, um conjunto de reformas a nível social, político e econômico estava sendo discutido pelo Partido Trabalhista Brasileiro, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, visando diminuir as desigualdades sociais no Brasil. No entanto, os debates ganharam mais

densidade quando João Goulart assumiu a presidência da República e tornou as reformas de base um dos seus principais projetos durante o seu mandato. Tais reformas, bem como outras ações de Jango, alarmaram as elites dominantes do país

Isso porque o projeto de reformas de base, inclusive os da reforma agrária e do controle da remessa de lucros, ensejou nos setores conservadores o temor de uma revolução social. Essa convicção e temor de que o Brasil poderia adotar um modelo distributivo ou até mesmo, de acordo com Florestan Fernandes, caminhar em direção ao socialismo levou-os a se organizarem para pôr fim ao governo Jango. (DELGADO, 2020, p. 134).

Essa notícia é bastante curiosa, pois o posicionamento das notícias, isto é, a diagramação, sugere que os editores do periódico trabalharam de forma a fazer ligações entre um acontecimento e outro, fazendo com que a atenção dos leitores fosse direcionada ao suposto perigo que o comunismo e os políticos brasileiros, em especial Leonel Brizola, representava para a democracia.

Sobre as estratégias de diagramação

O diagramador organiza as imagens, o título principal e secundários, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios; manipula o contraste entre o preto e o branco, considerados os principais elementos do trabalho gráfico. (...). Quanto à apresentação do jornal, cabe dizer ainda que a técnica e o conteúdo do título são muito importantes. Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extraia o máximo de efeito. (CAPELATO, 1988, p. 17).

Nesse sentido, a forma como a edição foi produzida dando mais realce à figura de Brizola como um político perigoso, bem como a aproximação da notícia com os temas relacionados a Cuba, teve a proposta de causar impacto em quem lia, causando uma situação de temor nos leitores.

As situações democráticas e políticas foram utilizadas, de forma espalhafatosa, pelos diocesanos para causar *frisson* em partes da população de orientação católica. Foi utilizando esses cenários que, por exemplo, os católicos sugeriram que a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que possuía ligações com Goulart, estava juntamente com líderes sindicais, tramando planos para “liquidar o sindicalismo democrático no país”. Ao mesmo tempo, anunciaram os planos dos comunistas para estatizar a economia e transformar o regime democrático em uma ditadura. Esse discurso ganhou volume, ainda em 1961, quando graves greves estavam surgindo em todo o país, sendo que os religiosos aproveitaram a situação para exaltar os movimentos grevistas como subversivos (*O SEMEADOR*, 08.02.1963, p.1).

Dessa forma, os religiosos pensavam seus discursos de forma a atingir certas camadas sociais que lhe eram próximas. Os conservadores e adeptos da fé cristã foram algumas das

esferas que a Igreja procurou atingir com suas notícias e textos de efeito. Foucault, explicou ao público que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo que se luta o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10). Nesse sentido, o discurso anticomunista religioso era produzido para adentrar no imaginário daqueles setores citados a fim de consolidar os valores católicos perante a sociedade alagoana além de ganhar para si o controle absoluto de partes da sociedade.

A exacerbação do discurso diocesano anticomunista, apesar de ser altamente ideológico e exagerado, foi bastante interessante quanto às táticas utilizadas no seu veículo de comunicação. Juntamente com os informes acima narrados, os religiosos também inseriram os problemas armamentistas, envolvendo Cuba e os Estados Unidos. Além disso, exaltaram que a CIA ao lado do Senado Americano, estavam tratando do caso envolvendo o país caribenho e sua situação pós revolucionária.

Os sentidos, que a junção dessas informações produz, podem variar de acordo com quem analisar as notícias. Um dos entendimentos é, sem dúvida, o fato de que se Leonel Brizola avançasse suas ideias consideradas radicais, o Brasil possivelmente correria o risco de sofrer com uma ditadura e entrar na mira dos americanos, caso o governador realizasse no país uma revolução assim como fez Fidel Castro em seu país. A comparação com o líder cubano, nesse caso, não era destituída de sentido, pois, no início da década de 1960, eram muitas as comparações entre Castro e Brizola que eram feitas. Até o próprio Fidel acreditou que Brizola poderia fazer no Brasil o que ele próprio fez em Cuba. Jorge Ferreira nos revelou que Luiz Carlos Prestes, um dos maiores líderes comunistas do Brasil em uma entrevista para a televisão no início da década de 1960, quando perguntado se Brizola poderia desempenhar o mesmo papel que Fidel, afirmou que “Creio que pode. As condições brasileiras são tais que um homem que tenha visão política, que não esteja preso por interesses a grupos monopolistas estrangeiros e ao latifúndio, pode ser o chefe da revolução brasileira” (FERREIRA, 2011, p. 289).

Por outro lado, a questão cubana não era apenas preocupação da Igreja Católica brasileira, tomando dimensões internacionais após a revolução cubana. Para Mainwaring

Os eventos em Cuba criaram a consciência de que a revolução era uma possibilidade na América Latina; de fato, durante a maior parte dos anos 60, tanto a esquerda quanto a direita superestimaram o potencial revolucionário do continente. Cuba inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços para promover uma mudança radical; outras, a adotar defesas intransigentes da ordem vigente e outras, ainda, a promover o reformismo como meio de abortar a revolução (MAINWARING, 2004, p. 64).

O pensamento dos diocesanos foi o de causar tumulto político baseado nas aproximações de políticos com países ou líderes comunistas, visando inserir e consolidar em partes da população alagoana um sentimento anticomunista católico. O comunismo internacional e as ações dos políticos brasileiros foram os dois principais ingredientes colocados dentro do caldeirão do seu periódico.

Como já esperado, João Goulart, principal liderança política entre 1961 e 1964, foi amplamente criticado pelos religiosos. Os motivos giravam em torno das supostas ligações que o presidente mantinha com os comunistas e das suas ações dentro do cargo, fatos estes que contribuíram no aperfeiçoamento do anticomunismo diocesano em Alagoas. Em 20 de janeiro de 1964, poucos meses antes do golpe civil-militar, um editorial destilou inúmeras críticas contra o presidente da República. Na visão dos religiosos, o cenário brasileiro não estava dos melhores e o presidente estava envolvido em planos para provocar um “golpe revolucionário” no país. Assim, partes da Igreja acreditavam que o Governo Federal não era contrário as ações dos comunistas no Brasil, mas sim um aliado deles. (*O SEMEADOR*, 20.01.1964, p.1).

O sinal de alerta dos religiosos estava ativado. Jango, desde que saiu da China Popular rumo ao Brasil, despertou a desconfiança da diocese de Maceió. O fato de ter visitado um país considerado comunista, e o fato de alguns setores da esquerda pedir sua posse como presidente da República, contribuíram ainda mais para o aumento dos receios dos setores conservadores.

Tanto no caso de Brizola quanto no de Jango, não restavam dúvidas: ambos eram considerados comunistas, perigosos, desestabilizadores das instituições democráticas. Não existiam espaços para analisar tais políticos de forma a conceituar suas ações. Jango, de acordo com suas propostas, não se enquadra como comunista, apesar de suas aproximações com alguns setores, mas sim como um reformista, assim como nos revelou Bandeira (1977, p.28). Já Brizola pregava que o Brasil deveria se afastar mais dos países estrangeiros, e também incentivava o nacionalismo, diminuindo dessa forma, a dependência do país em relação as outras nações.

As narrativas agressivas presentes no periódico, por vezes, pareciam até controversas. No início da década de 1960, algumas edições do documento se posicionavam a favor do avanço da volta do presidencialismo, regime este que foi substituído pelo parlamentarismo, resultando na limitação de grande parte dos poderes de Goulart.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, a presidência da República foi ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo, o segundo na linha sucessória. Na verdade, o cargo pertencia ao vice-presidente João Goulart, que na ocasião se encontrava em viagem à China Popular. Embora Mazzilli tenha-se tornado

o presidente em exercício, o poder efetivo ficou nas mãos dos três ministros militares — o general Odílio Denis, da Guerra, o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, e o almirante Sílvio Heck, da Marinha —, contrários à posse de Goulart, considerado muito próximo aos sindicatos. Outros setores, dentro e fora do governo, contudo a apoiavam. Como solução para a crise política, no dia 2 de setembro, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 4 que garantiu a posse de Goulart, mas instituiu o regime parlamentarista no país, prevendo para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade do parlamentarismo. No dia 7, Goulart foi empossado com poderes limitados, na medida em que grande parte das atribuições do Executivo passava ao Conselho de Ministros, chefiado por um primeiro-ministro (KORNIS, s/d).

Porém, na edição de 20 de janeiro de 1964, posicionou-se contra a permissão total de poderes ao presidente, sendo que o mesmo presidencialismo, que outrora defendiam, resultaria na concessão de todas as capacidades políticas de João Goulart.

No discurso anticomunista valia até destacar políticos que eram contrários ao Governo Federal e ao comunismo, como é o caso de João Calmon² mencionado na edição de 17 de janeiro de 1964. Figura de destaque na política do Espírito Santo foi exaltada pelos religiosos como um grande “leader nacional” e opositor aos “demagogos que trabalham contra a nação”. A definição de grande líder político estava à vista. Ao fazer oposição aos inimigos da Igreja Alagoana, Calmon entrou no radar da Diocese de Maceió. Além do anticomunismo, as relações entre os industriais e comerciantes permaneciam, sendo que, ao visitar a capital alagoana, foi amplamente homenageado pela “Federação das Indústrias de Alagoas”, “Federação do Comércio do Estado de Alagoas” e a “Associação Comercial de Maceió”. (*O SEMEADOR*, 20.01.1964, p.1).

Neste mesmo editorial, Francisco Julião também foi destacado pelos religiosos, mas de forma contrária a Calmon foi discutida no jornal como um atizador da violência na zona rural do estado da Paraíba. A violência naquele estado, para os religiosos, era resultado da ação dos vermelhos comandados por Moscou. Sangue, luto e fome foram algumas das palavras utilizadas pelos redatores na construção da narrativa ideológica sobre as ações dos comunistas no campo. (*O SEMEADOR*, 18.01.1964, p. 1).

Porfírio explicou que ações de Julião frente à organização dos camponeses no Nordeste ficaram bastante conhecidas durante as décadas de 1950 e 1960, no que condiz aos problemas

² De acordo com Quarti (s/d), João Calmon em 1959 com apoio de Assis Chateaubriand, comandou grande quantidade de meios de informações tais como emissoras de televisão e rádios. No ano de 1963, concretizou um dos seus desejos: a formação da “Rede da Democracia, cadeia formada por mais de cem emissoras de todos os estados do Brasil, que passou a transmitir diariamente programas políticos de ataque ao governo Goulart, acusando-o de pôr em risco o regime democrático. Nesse ano integrou o conselho administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)”.

envolvendo o Engenho Galiléia, em Pernambuco. A violência e o medo das revoluções que poderiam acontecer no Brasil constituíram, cada vez mais, o imaginário anticomunista em Alagoas. As ligas camponesas não chegaram a desenvolver atividades no território alagoano devido às fortes ações das elites locais, no entanto, o exemplo de outros estados nordestinos foi utilizado na construção das narrativas contrárias aos comunistas para expor as atividades que as ligas desempenhavam em outros Estados.

Em um editorial de 27 de janeiro de 1964, os religiosos chamaram a atenção para a união envolvendo Deus, família e Estado resultaria na paz da Nação. Por outro lado, a mesma edição se referiu ao presidente como o homem omissor ou conivente com as ações dos comunistas no Brasil, fortalecendo ainda mais a tese de que Goulart estaria mancomunado com os adeptos daquela ideologia, visando à aplicação de uma revolução comunista no país (*O SEMEADOR*, 27.01.1964, p.1).

As ideias dos católicos, relacionadas com as intenções de João Goulart, em instaurar um governo comunista no Brasil, tiveram grande crescimento em fevereiro de 1964, mostrando que as campanhas de desestabilização do governo precisavam atacá-lo cada vez mais. Da mesma forma, o fato de uma aliança entre os comunistas e Jango estava cada vez mais ganhando as páginas do periódico e, conseqüentemente, das pessoas que o liam.

A intenção dos religiosos também era essa de levar uma imagem distorcida e exagerada do governo. José Ronaldo Melo, em suas memórias, nos revelou que *O Semeador* tinha como escopo “Jogar a população católica contra o governo Jango à esquerda e ser contra qualquer tipo de reforma” (MELO, 2017). As intenções nem sempre eram exaltadas no jornal. Claro o anticomunismo religioso contra Jango tinha como propósito combater seu governo, mas as reais intenções sociais e econômicas baseadas nas elites as quais seus redatores estavam ligados, não eram representadas no jornal.

Os diocesanos se utilizaram de alguns elementos para atribuir identidades aos comunistas que contribuíram ainda mais para a disseminação do anticomunismo religioso. Nesse caso, também podemos trazer a concepção de identidade, mas especificamente, como elas são formadas pelos sujeitos em seus respectivos tempos.

(...) através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (...) Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os

“outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. (BACKZO, 1985, p. 309)

A definição de Backzo sobre identidade é a que mais se encaixa na nossa narrativa. Obviamente, o trabalho não tem a intenção de discutir conceitos, mas sim, a partir deles, buscar compreender o melhor possível às intenções dos religiosos no momento pesquisado. As palavras do autor nos revelaram que, ao mesmo tempo em que a identidade possui o poder de designar uma imagem do grupo que a produz, também tem o poder de produzir identidade para outros grupos, como os inimigos e amigos.

Além das atribuições relativas ao mal, outra identidade infligida aos comunistas que está presente numa edição de 21 de fevereiro de 1964 foi a de escravizadores e inimigos do eleitorado alagoano. As palavras de Dom Jayme Câmara foram inseridas na primeira página, onde, segundo ele, os governantes estavam prestes a entregar 70 milhões de brasileiros aos “escravizadores comunistas”. As figuras das mulheres e do “povo alagoano” também foram debatidas nessa edição, mostrando que, além dos políticos e das questões de terras, a imagem da mulher também contribuiu para a elaboração das propagandas anticomunista dos religiosos. (O *SEMEADOR*, 21.02.1964, p.1).

Contudo, a Igreja se valeu de vários elementos da época para a construção dos discursos anticomunistas nas páginas do seu jornal. Todos os dados obtidos das situações nacionais e internacionais eram materiais para a composição das suas narrativas políticas e religiosas contrárias aos comunistas e as suas ações em solo nacional e internacional. O anticomunismo católico é apenas um dos muitos que existiram no Brasil naquele momento, sendo que outras religiões como o protestantismo, tratado por Vilela (2014), e outras instituições como os militares, além dos grupos empresariais, também possuíram seus discursos anticomunistas e os colocaram em prática na sociedade brasileira.

A Igreja católica teve a grande participação no desfecho do golpe civil e militar de 1964, contribuindo para sua manutenção por algum tempo através da produção de informações que fortalecia o governo. Além disso, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade impulsionaram a queda de Jango e ascensão dos militares ao poder. As Marchas foram um desdobramento das ações conservadoras da Igreja Católica e do comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, momento em que João Goulart anunciou suas propostas reformista aos espectadores, e levou milhares de pessoas as ruas contra o governo e contra o suposto avanço do comunismo no país. Em São Paulo, por exemplo, partes da direita católica já vinham se organizando desde a posse de Goulart e em especial, a partir da gradual

radicalização do governo em meados de 1963, alcançando seu ápice após a realização do Comício das Reformas (CORDEIRO, 2021, p.5).

No entanto, com o passar do tempo e com as radicalizações do regime, os católicos passaram a desempenhar posturas contrárias aos militares após as prisões de religiosos e a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI5), que permitiu que tortura se tornasse um método de obtenção de informações. Os religiosos que outrora foram a favor dos militares, passaram a atuar contra eles – mesmo que uma parte tenha continuado omissa e apoiando o regime – e a favor da justiça social para aqueles que eram perseguidos pelos que apoiaram o horror dos governos autoritários no Brasil.

III. As vozes anticomunistas no jornal *Gazeta de Alagoas*

No segundo capítulo, percebemos as intencionalidades dos católicos na construção do discurso anticomunista religioso. Essas ações, juntamente com as de partes dos empresários, militares e grandes proprietários de terras, contribuíram mais tarde para que um grande movimento antidemocrático viesse a ocorrer no país: o golpe civil e militar de 1964.

Frações dos grandes proprietários de terras brasileiras estimularam a união entre os setores pertencentes a parte das classes médias urbanas, alguns círculos militares, do clero e industriais, que viam no comunismo um grande inimigo dos valores morais e patrióticos. A Igreja Católica era apenas uma das muitas instituições que representavam as elites e o conservadorismo em Alagoas, que contribuíram para o desenvolvimento da ideologia do anticomunismo no Estado.

R. Dreifuss nos mostrou que as ações ideológicas das elites “orgânicas” significaram a mobilização de parte dos grandes círculos econômicos brasileiros, em contrariedade aos valores progressistas durante a década de 1960, sendo que esses atos, posteriormente, se converteram em ações militares (DREIFUSS, 1987, p. 229-230). Nesse sentido, os acontecimentos militares que desencadearam o golpe de 1964 não teria sido possível sem a união das partes mais conservadoras nacionais.

O golpe refletiu, de forma consistente, os interesses daqueles que estiveram por trás da sua organização, como os empresários, os grandes bancos, militares e intelectuais, que representavam os interesses financeiros das grandes multinacionais. Esses grupos exerceram papel tão importante que, muito provavelmente, o golpe e o governo militar não teriam se sustentado sem suas participações. Dessa forma, um dos itens que estava em jogo em 1964, sem dúvida, foi o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo que os proprietários de terra se destacaram no protagonismo exercido para a reprodução de sua condição de classe e pela participação ativa e efetiva no arranjo político das frações de classe que irão conduzir o Estado autoritário. (PRIETO, 2017, p. 3).

São várias as possibilidades de análises dos jornais, em evidência maior aqueles que, de alguma forma, eram ou são ligados a grupos com ideologias e posições sociais estabelecidas. Por meio deles, podemos conhecer as lutas políticas, eventos culturais e os vários grupos sociais que compunham determinados tempos, configurando-se, dessa forma, em um excelente objeto da história e fonte de conhecimento histórico para os pesquisadores. Para Capelato,

Há muitas maneiras de se estudar a história das ideias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a linguística na análise da ideologia; outros, se preocupam com a identificação das matrizes de ideias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais; alguns escolhem a imprensa como fonte primordial para esse tipo de investigação, e há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. (...). Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais etc. (CAPELATO, 1988, p. 34).

Dessa forma, procuraremos compreender como os variados grupos sociais se manifestaram no seu tempo histórico, levando em consideração os embates entre setores conservadores e populares em Alagoas. Essa investigação será de extrema importância para darmos conta de um período e temática que ainda é um tanto quanto lacunar no Estado, embora tenha avançado nos últimos tempos. Estaremos, também, utilizando um periódico que, podemos dizer, é grande objeto para história de Alagoas e do Brasil, pois nele, podemos perceber a movimentação viva da história alagoana, constituída de interesses e ideologias e lutas sociais³.

Algumas classes sociais alagoanas possuíam alguns interesses, tais como interromper a organização dos trabalhadores urbanos e rurais e incentivar o desenvolvimento capitalista que dependesse dos interesses das grandes multinacionais e dos grandes banqueiros. Esses e outros interesses seriam protegidos pelas Forças Armadas, que desprezavam aos partidos políticos que iam de contra a todo esse modelo adotado no período posterior ao golpe civil e militar.

Em Alagoas, as violências desferidas por algumas partes dos grupos dominantes da sociedade, contra os direitos sociais foram amplos. Tavares nos explicou que

Os anos 1950 e 1960 em Alagoas e no Brasil foram marcados pela intensificação das lutas políticas, embates entre projetos conservadores com papel decisivo da União Democrática Nacional (UDN) e grupos empresariais vinculados aos interesses do capital internacional, e progressistas que aglutinavam grupos trabalhistas, comunistas e defensores da ampliação dos direitos sociais. Essa situação gerou diversos tensionamentos sociais. (TAVARES, 2019, p. 2).

Essas décadas, repletas de choques sociais entre grupos populares e da elite nacional, foram também marcadas pelos discursos anticomunistas de certos círculos sociais que viam

³ Trabalharemos melhor com o conceito de lutas sociais quando nos aprofundarmos no quarto capítulo, pois nele, identificaremos os interesses e necessidades dos grupos de trabalhadores e comunistas em Alagoas, que nos possibilitarão conhecer seus embates com os grupos conservadores trabalhados nos dois primeiros capítulos.

suas riquezas e poderes serem ameaçados por reformas que pretendiam amenizar as situações de pobreza, de parte da população brasileira. Isto é, enquanto certos círculos possuíam condições boas de vida, outros experimentavam a miséria e a falta de condições dignas de trabalho.

Neste terceiro capítulo, buscamos historicizar o periódico *Gazeta de Alagoas*, objetivando narrar às interpretações dos seus formuladores sobre as supostas ações dos comunistas. Os noticiários pesquisados publicaram informações relevantes sobre os cenários políticos de Alagoas e do resto do Brasil. Apesar das notícias serem, em sua maioria, produzidas tendo como foco o cenário nacional, é interessante notarmos as intencionalidades dos proprietários do meio de comunicação em relação ao cenário internacional. Os jornais foram consultados no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas dos anos de 1961 e 1962⁴.

O jornal tinha como finalidade produzir informações para os setores mais conservadores da sociedade alagoana, como os empresários e outros grupos econômicos do Estado. A *Gazeta de Alagoas* buscava estabelecer relações profundas com seu público, tornando as notícias jornalísticas, verdadeiras vitrines onde são exibidas notícias que melhor se enquadram nas posições socioeconômicas de quem as comprem. Nesse sentido, o jornal utilizou seus noticiários como forma para aumentar suas vendas e até mesmo para conquistar a confiança dos seus leitores

Por ser um dos (senão o maior) jornal do estado, a *Gazeta de Alagoas* estava presente nas casas de várias famílias e, certamente, influenciou boa parte da população alagoana a serem contrárias aos comunistas, sejam eles do Brasil ou do exterior. As fontes nos revelaram o grau de conhecimento dos redatores sobre o contexto internacional relacionados aos países integrantes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), noções estas que contribuíram para diversificar ainda mais os ataques daquele periódico. Tais conhecimentos, certamente foram adquiridos através das agências de notícias que difundiam informações diretamente da fonte para o meio de comunicação.

Se, por um lado, as alianças entre religiosos, políticos e alguns setores das elites econômicas de Alagoas resultaram em uma mistura que produziu o anticomunismo religioso no Estado alagoano, os fatores políticos e econômicos produziram esforços que culminaram no desenvolvimento do anticomunismo empresarial. O jornal *Gazeta de Alagoas* pertenceu ao

⁴ Devido a pandemia causada pela COVID-19, não conseguimos acessar os anos de 1962, 1963 e 1964. O IHGAL, que guarda os recortes em sua hemeroteca, não possui acervo digital do periódico e ainda não retomou as atividades devido aos decretos do Governo do Estado em relação à situação sanitária.

empresário, advogado e político alagoano Arnon de Melo, que ocupou os cargos de deputado federal e senador pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Democrata Cristão (PDC), em Alagoas, respectivamente, e foi responsável por espalhar as ideias do empresário contrárias aos comunistas em Maceió.

A UDN foi um partido da direita conservadora nacional que, no caso de Alagoas, congregou parte das elites agrárias do estado que, por sua vez, eram lideradas por Arnon de Melo, eleito para governador em 1950.

A UDN alagoana tinha a mesma concepção do diretório nacional: o partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A postura decisiva contra os trabalhadores e contra seus opositores trabalhistas e comunistas seria um traço marcante de sua atuação (COSTA, 2013, p.42).

A UDN tinha aproximação com partes dos integrantes das Forças Armadas Brasileiras, que, por sua vez, tiveram grande destaque nas páginas do *Gazeta de Alagoas*, onde manifestaram seus posicionamentos contrários aos comunistas. A União Democrática Nacional, em Alagoas, possuía também vinculações com alguns dos setores liberais e agrários do estado, fato este que definia ainda mais o caráter conservador dos seus integrantes. O periódico foi usado por Arnon como instrumento promoção da sua candidatura na ocasião das eleições para governador de 1950, quando mobilizou inovadoras estratégias de propaganda política para a época (TAVARES, 2016, p. 194).

A União Democrática Nacional, liderada por Arnon de Melo, assume o Governo do Estado em 1951, tornando-se ferrenha opositora dos comunistas, reprimindo violentamente os operários alagoanos (MOURA, 2012, p. 14). Nesse sentido, as produções jornalísticas refletiam os comportamentos conservadores e elitistas que seu proprietário manifestava nas décadas de 1950 e 1960. As perseguições se deram principalmente durante os governos de Silvestre Péricles e Arnon de Melo, sendo que o mais violentado foi o PCB do diretório de Alagoas, que controlava o jornal *A Voz do Povo*. Tavares relatou que o governo de Arnon foi marcado pela perseguição e prisão de comunistas e operários em Fernão Velho, uma das maiores vilas operárias de Alagoas, além da crescente judicialização das lutas políticas entre fábrica e operários (TAVARES, 2019, p. 3).

Esse ambiente repleto de lutas políticas, repressão e quebra de direitos sociais em Alagoas e no resto do Brasil estava ligado às ações de partes dos grupos empresariais que atendiam aos interesses do capital estrangeiro. É interessante exaltarmos que não estamos nos referindo ao empresariado alagoano de forma geral, mas apenas as Organizações Arnon de

Melo (OAM). Notamos que os discursos produzidos pelas OAM foram ampliados, quando passaram a inserir os discursos anticomunistas das Forças Armadas do Exército Brasileiro, que nos mostra a relação próxima entre as partes.

Nesse caso, existiram interações dentro do jornal entre o anticomunismo empresarial e o militar, onde seus pares possuíam concordância ideológicas e posicionamentos sociais que definiram o tipo de discurso que seria selecionado e inserido nas páginas do *Gazeta de Alagoas*. Daí o motivo da escolha do título do capítulo, as vozes dos dois setores anticomunistas presentes no periódico agiram de forma a vincular suas ideias umas com as outras, fazendo com que o discurso anticomunista se diversificasse, estabelecesse e se implantasse, de forma mais eficaz, em Alagoas.

A Análise do Discurso (AD) trabalha justamente com formas universais de analisar a materialização do discurso, ou seja, o discurso é uma das formas em que o materialismo ideológico se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias (BRANDÃO, 1994, p. 37). Nesse sentido, assim como o jornal *O Semeador*, o *Gazeta de Alagoas* também estava imbuído pela ideologia dos seus produtores. Nesse caso, assim como no jornal religioso, também devemos trazer os donos, redatores e diretores que estiveram por trás do jornal empresarial.

O jornal teve Theobaldo Barbosa como diretor, que foi eleito vereador em Maceió no ano de 1954 pela UDN, sendo reeleito quatro anos depois pelo mesmo partido. De acordo com os dados eleitorais do TSE, em 1966, foi eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), obtendo 2.775 mil votos. Foi reeleito em 1970, dessa vez levantando 5.805 votos. Na mesma eleição, Arnon de Melo foi eleito senador também pela ARENA com 100.635 votos. A ARENA foi constituída dentro do contexto da ditadura civil e militar brasileira, defendendo a máquina repressiva do Estado autoritário (SOBREIRA, 2016, p. 202)

A *Gazeta* também teve Dêvis de Melo como diretor e redator. Não conseguimos muitas informações sobre Dêvis, mas sabemos que foi chefe do gabinete civil de Luiz Cavalcante, entre 1961 e 1966. Este governo foi marcado por violência e perseguições políticas em Alagoas, e possuía certas aproximações com alguns grupos de militares e conservadores alagoanos, sendo que teve grande participação nas organizações do golpe civil e militar, bem como na sua consolidação a nível regional e nacional. Tavares, ao analisar alguns recortes do *Jornal de Alagoas*, conseguiu constatar que o governador Luiz Cavalcante, como militar e da UDN, ao apoiar as forças militares e anteriormente mobilizando a repressão contra os movimentos de

esquerda, assumia papel decisivo na execução do golpe no estado (TAVARES, 2019, p. 16). Dessa forma, as principais pessoas, que estiveram à frente do *Gazeta de Alagoas*, possuem posições conservadoras ligadas a direita brasileira que foram refletidas no periódico.

Cavalcante foi, sem dúvida, um dos maiores personagens militares do Brasil e principal articulador do golpe de Estado em Alagoas. Foi militar de carreira e, declarado anticomunista, ele estava ligado ao complexo IPES/IBAD e colocava-se numa situação de oposição ao governo Goulart (COSTA, 2013, p. 23) e suas políticas reformistas. Antes do golpe, Luiz Cavalcante representava partes dos círculos mais abastados, como usineiros, e os mais carentes da sociedade alagoana, como os cortadores de cana (COSTA, 2013, p. 24) sendo que mais tarde, nos acontecimentos posteriores ao golpe militar, as camadas mais sofridas foram vítimas de perseguições em Alagoas e no resto do Brasil.

Esses setores estiveram diretamente relacionados às lutas em prol da reforma agrária, que viam na figura de Luiz Cavalcante, um dos maiores obstáculos para a sua realização, pois seu governo representava os interesses dos setores dominantes de Alagoas ligados ao latifúndio. O ano de 1964 veio para consolidar as intenções desse político e das suas ações voltadas as elites locais.

O ano de 1964 foi decisivo nas disputas entre os grupos dominantes e os segmentos que se manifestavam a favor das Reformas de Base, entre elas a reforma agrária cujo significado representou um impasse nas disputas sociais em Alagoas. As elites dominantes que tinham no latifúndio a base estratégica do seu poder de dominação temiam uma radical distribuição de poder caso se realizasse esse programa de reformas. As constantes greves colocaram em alerta os grupos dominantes uma vez que as mobilizações de trabalhadores no campo adquiriam cada vez maior representação. (COSTA, 2011, p. 244)

Por falar em direita e violência, é interessante exaltarmos que grandes veículos de imprensa brasileira estiveram diretamente ligados ao regime militar. Nelson Werneck Sodré, com sua grande obra *História da Imprensa no Brasil*, teceu narrativas que nos mostraram os interesses dos controladores dos jornais ao apoiarem o golpe. O entusiasmo dos proprietários de periódicos estrangeiros ou ligados a grupos estrangeiros se dava, principalmente, devido aos lucros obtidos na criação de propagandas, aonde a máquina chegava a investir bilhões de dólares em publicidade (SODRÉ, 1999, p. 439).

As maiores preocupações das OAM, representadas no seu periódico, foram voltadas para as questões envolvendo a Guerra Fria, greves, comunismo internacional e as atividades sindicais, que estavam em evidência na década de 1960. Os noticiários políticos também

estavam em destaque nas páginas do jornal, dando mais ênfase ao então presidente João Goulart e seus embates com alguns setores militares da época.

É interessante mencionar algumas aproximações e diferenciações quanto aos jornais *O Semeador* e *Gazeta de Alagoas*. O primeiro estava no seio de uma instituição católica que utilizava elementos da sua religião para construir seus imaginários anticomunistas, além de se valer das questões da zona rural de Alagoas e do restante do Brasil para fortalecer seus discursos. Já o segundo, estava mais preocupado com as movimentações nos centros urbanos e as ações relacionadas aos militares. Porém, ambos se aproximavam quando o assunto era a Guerra Fria e o perigo de que os soviéticos poderiam, de acordo com suas ideias, representar ao Brasil e ao resto do mundo.

As notícias estavam sempre mencionando a crise nuclear entre Estados Unidos e União Soviética, sendo que cada potência sempre respondia as ameaças uma da outra de forma a demonstrar seu poderio militar. As preocupações relacionadas aos acontecimentos pós-revolução cubana também geravam preocupações dentro do grupo empresarial. Em uma edição, datada de 3 de setembro de 1961, quatro dias antes da posse de Jango no cargo de presidente da República, os redatores destacaram o “PERIGO FIDELISTA” que uma mensagem encaminhara pelo líder cubano Fidel Castro representava para a democracia do Brasil. (GAZETA DE ALAGOAS, 03.09.1961, p. 1). As palavras “PERIGO FIDELISTA” foram posicionadas e escritas de forma a chamar atenção do público leitor quanto a ameaça do líder cubano aos brasileiros. As letras foram produzidas, de forma robusta, e realçadas em preto, tudo isso para dar destaque a notícia em relação as demais que estavam na edição, mostrando dessa forma o valor que o redator dava ao noticiário.

Isso nos faz compreender qual ideologia as OAM compactuavam: o anticomunismo. Para Brandão, a formação ideológica de indivíduo e sua proximidade com outros indivíduos que possuem ideologia igual, contribuem para a escolha do tipo de linguagem que será usada de forma falada ou escrita, traduzindo-se em uma formação discursiva.

Cada formação discursiva reúne um conjunto de enunciados ou textos marcados por algumas características comuns (linguísticas, temáticas, de posição ideológica). A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” pelo falante a partir do lugar, da posição social, histórica e ideológica que ele ocupa. Por ex., os militantes de um mesmo partido político devem ter um ideário comum e linguagem comum; quando alguém passa a falar algo que não está de acordo com esse ideário, ele é considerado um dissidente, podendo ser convidado a sair ou mesmo sendo expulso do partido. (BRANDÃO, 2005, p.7)

Os modos pelos quais as informações eram transmitidas para o público, a partir do jornal *Gazeta*, eram bastante parecidos com os do *O Semeador*, e a finalidade era sempre a mesma quando o assunto era Cuba: combater de todas as formas possíveis os avanços dos pensamentos de Fidel Castro no Brasil. A ideia de perigo foi retirada de um jornal inglês que via com maus olhos as tentativas de aproximação do líder cubano com o Brasil. Alguns dos eventos mais significantes e traumáticos da história republicana brasileira tiveram a participação direta das elites com ações voltadas para a implantação de regimes antidemocráticos no país. Os empresários brasileiros, por exemplo, tiveram grande participação nos movimentos que levaram a instauração do regime militar em 1964, como nos mostrou Dreifuss, ao narrar sobre a participação da “elite orgânica” na política nacional nas suas campanhas para realização de ações ideológicas, sociais e político-militar (DREIFUSS, 1987, p. 231)

O discurso anticomunista militar nas páginas do jornal *Gazeta de Alagoas*

Nessa parte, teremos como norte a afirmação de Brandão de que “Nenhum discurso é único, singular, mas está em constante interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos” (BRANDÃO, 2005, p. 5) para analisarmos as vozes que estavam presentes no jornal, que, além dos membros das OAM, também contavam com as narrativas dos militares, formando dessa forma uma rede anticomunista que trocavam e sustentavam discursos entre si.

Um exemplo disso está em uma edição de 02 de setembro de 1961, onde os redatores noticiaram uma informação em que aos ministros Odílio Denys (Guerra), Silvio Heck (Marinha) e Grun Moss (Aeronáutica) se posicionaram de forma contrária à posse de Jango como presidente da República (*O SEMEADOR*, 02.09.1961, p.1). Segundo Daniel Mendonça, os ministros militares, poucos dias antes da renúncia de Jânio Quadros, lançaram um manifesto onde se posicionaram de forma contrária a posse de João Goulart no cargo de presidente de República.

O Manifesto dos ministros militares, lançado em 30 de agosto, ou seja, cinco dias após da renúncia de Jânio Quadros, representou a posição oficial dos ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, o marechal Odílio Denys, o vice-almirante Sílvio Heck e o brigadeiro-do-ar Gabriel Grun Moss. Nesse sentido, a posição dos ministros foi plenamente contrária à posse de Goulart. O conteúdo do Manifesto visa a justificar a “inconveniência” de Jango assumir a Presidência da República, a partir da construção de um argumento, tido por seus enunciadores, como de cunho legal e constitucional (MENDONÇA, 2009, p. 417).

A posição dos militares sugeria alguns desentendimentos com o então vice-presidente. Essas contrariedades não eram de outra ordem que não fossem ideológicas, mas necessariamente anticomunistas que ficaram evidentes no manifesto lançado pelos ministros militares em 30 de agosto de 1961. Penna reproduziu integralmente o manifesto, que mencionava o fato de os ministros estarem insatisfeitos com as viagens de Jango a URSS e a China Comunista, por exemplo (PENNA, 2011, p. 135-138).

As três forças militares, Exército, Marinha e a Força Aérea Brasileira (FAB), tiveram destaque nos jornais como agentes anticomunistas durante os anos 1960. Em uma edição de 06 de setembro de 1961, quase toda a primeira página foi dedicada a chegada de João Goulart à Brasília para os preparativos da sua posse como presidente da República. As notícias presentes no recorte foram as mais alarmistas possíveis, pois traziam conteúdos que afirmavam que a vida do futuro líder da nação estaria em perigo devido aos grandes movimentos militares realizados pela FAB, justamente quando estava se preparando para assumir o lugar de Jânio Quadros.

Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira reproduziram uma fala do ex-presidente Ernesto Geisel sobre algumas das ações da Força Aérea antes de Jango assumir a presidência:

Pessoalmente só tive contato com Jango quando ele chegou a Brasília, em 1961 de avião, para tomar posse. Houve naquela época alguns problemas com a Aeronáutica. Primeiro a “Operação mosquito”, cujo objetivo seria abater o avião. Depois quiseram impedir o pouso em Brasília, colocando tonéis na pista. Eu reagi dizendo: “Não permito. Já que resolveram dar posse, ele toma posse. Vamos cumprir aquilo com que nos comprometemos”. Fui ao aeroporto e esperei o avião. Recebi Jango junto como presidente Mazzilli e fomos deixá-lo na Granja do Torto (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 225).

É possível notar que os militares se viam como os indivíduos que poderiam autorizar a investidura de Goulart à presidência, quando, na verdade, a própria constituição de 1946 permitia que o vice-presidente assumisse o cargo, caso o presidente, por algum motivo, o deixasse vago. A estrutura do editorial também é muito interessante. Todas as notícias envolvendo os militares da Força Aérea estão posicionadas ao redor da página, enquanto no centro está inserida uma foto de João Goulart com a aparência abatida como o título: “Não foi marcada ainda a posse do novo presidente” (*GAZETA DE ALAGOAS*, 06.09.1961, p. 1).

Por outro lado, Jango não estava sozinho, por todo o Brasil, diversos setores sociais se manifestavam favoravelmente a sua posse como presidente da República.

Greves de trabalhadores eclodiram em vários estados do país. (...) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se pronunciavam exigindo a manutenção da ordem democrática. (...) Entidades religiosas, grupos de intelectuais, representantes dos setores do comércio e da

indústria lançavam manifestos exigindo o cumprimento da constituição. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 41-42)

Dessa forma, o desejo de que Goulart não assumisse a presidência não era unanimidade, visto que setores progressistas lutavam pela aplicação da lei naquele momento. Inclusive a própria UNE, se manifestou favorável a posse de Jango.

A formatação da página é passível de várias interpretações. Uma delas é a intenção que os redatores tinham em mostrar que Goulart estaria cercado pelos militares por todos os lados e estaria cabisbaixo por ainda não saber quando seria a sua posse. Além disso, os militares da FAB também planejaram capturar o avião em que Jango estava viajando para Brasília, de forma a impedir a sua posse. Porém, também foi informado que as forças militares agiram de forma a garantir a segurança do presidente e que as notícias exageradas só serviram para atrasar a viagem presidencial (*GAZETA DE ALAGOAS*, 06.09.1961, p. 1). Dessa forma, o editorial foi construído de forma a abalar o governo, trazendo à tona a figura de um presidente debilitado emocionalmente devido às pressões militares.

A intenção da OAM, com esse editorial, foi justamente o de promover uma ação anti-Jango, tendo como base os militares da Força aérea que, juntamente com os do Exército e os da Marinha formaram o tripé fundamental para o combate ao político gaúcho. A imagem de um político cansado e extenuado reproduzida no jornal ajudou no seu enfraquecimento perante a sociedade alagoana.

Se formos comparar outra vez as ações dos diocesanos com as dos empresários em Alagoas, podemos concluir que o primeiro grupo possuía ideários bem mais desenvolvidos e diversificados quanto aos comunistas brasileiros, além de possuírem presença mais forte quando o assunto é o anticomunismo no Estado alagoano, enquanto o grupo das OAM ainda estava amadurecendo suas ideias anticomunistas e sendo mais discreto, porém ativo quanto ao combate ao Governo Federal. Por outro lado, ambos os setores não se diferenciavam quando se trata da ideologia anticomunista e a contrariedade ao governo de Goulart.

As notícias relacionadas aos militares brasileiros contrários a Jango estavam em mais evidência nas páginas do jornal empresarial do que no diocesano, mostrando o alto investimento da OAM quanto ao desenvolvimento de informações sobre um dos grupos que mais foram contrários ao futuro presidente naquele momento.

Tendo em vista a notícia jornalística e a nota emitida pelos militares, podemos identificar o anticomunismo dos empresários e dos militares. Ambos os setores agiram de forma intensa durante a campanha de desestabilização do governo de João Goulart e contribuíram para

a sua derrubada. Ainda no recorte do jornal, também percebemos grande quantidade de noticiários relacionados ao tema militar, sejam eles brasileiros ou sobre a movimentação bélica da União Soviética. A página do jornal sugere a contrariedade dos militares a Jango com as questões e os temas bélicos que juntamente com o texto dos ministros nos revelam a intenção dos redatores em interligar um tema ao outro de forma a intensificar o combate ao vice-presidente e sua inevitável subida ao cargo de líder máximo da nação brasileira. As posições em que as notícias foram inseridas, e as formas pelas quais foram escritas, indicam as intenções dos redatores em destacar certas notícias em relação a outras, trazendo a atenção dos leitores para os textos mais realçados.

Dessa maneira, percebemos que as OAM se valeram dos discursos dos três ministros, fazendo com que ambos os pensamentos dialogassem, confrontassem o presidente da República e fossem repassados, de forma eficiente, para o público consumidor do jornal. Não foi por acaso que as OAM trouxeram para o *Gazeta de Alagoas* as posições dos militares.

Brandão nos explicou que os discursos tendem a entrar em interação com outros discursos, estabelecendo assim uma relação de aliança, de polêmica ou de oposição (BRANDÃO, 2005, p. 5) entre os diversos setores que utilizam os discursos um dos outros para buscar alcançar determinados propósitos. Nesse caso, os discursos dos militares foram utilizados no fortalecimento dos discursos das OAM, formando, assim, uma relação de trocas de falas cujo pensamento era o mesmo.

Posteriormente, os ministros se aproximaram de outros militares que estiveram diretamente ligados as ações relacionadas o golpe de 1964, e no mesmo ano, seguindo a linha do seu proprietário, a *Gazeta de Alagoas* também apoiou o movimento golpista, a ponto de não ter problemas com a repressão durante a ditadura (ZAIDAN, 2010, p. 106). Silvio Heck, por exemplo, se uniu ao general Olímpio Mourão Filho, um dos principais conspiradores militares, responsável pelos movimentos militares, em Juiz de Fora (MG), que contribuíram, de forma direta, para o afastamento de Jango da presidência da República. Odílio Denis, após a posse de Goulart, intensificou suas atividades conspiratórias, muito provavelmente por ter sido substituído do cargo de Ministro da Guerra, sendo que seu lugar foi tomando pelo general Segadas Viana. Grum Moss foi outro afastado do cargo de Ministro, porém foi ativo nos movimentos golpistas de 1964.

O jornal também citou algumas das figuras que saíram em defesa de João Goulart e da sua investidura no cargo de presidente da República. Uma delas foi o cardeal Carlos Carmelo

Vasconcelos Motta, importante figura religiosa brasileira. Em um editorial de 1º de setembro de 1961, uma notícia destacou as intenções do cardeal em se reunir com o Marechal e ministro da Guerra Odílio Denys. (*GAZETA DE ALAGOAS*, 1.09.1961, p.1)

Motta foi um religioso e intelectual que participou de momentos marcantes da história nacional, como a fundação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela formação do que hoje é a Pontifícia Universidade Católica (SP). A página virtual da Arquidiocese de São Paulo destacou algumas das realizações do cardeal:

Preocupadíssimo com a formação católica dos universitários, o Cardeal Motta criou em 18 de março de 1946 a Faculdade Paulista de Direito, núcleo inicial da Universidade Católica, que a 10 de maio de 1945 teve seu primeiro reitor nomeado, Dom Gastão Liberal Pinto e foi instalada a 2 de setembro de 1946. Em 1947, o Papa Pio XII, lhe concede o título de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no antigo convento carmelita, no bairro de Perdizes. O Cardeal Motta estimulou, em São Paulo o Movimento familiar Cristão e a Ação Católica, que ganhou grande força na década de 50 do século XX. Em 14 de outubro de 1952, foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Empenhou-se muito para concluir as obras da nova catedral, inaugurando-a, a 25 de janeiro de 1954, ainda sem as torres, durante as comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo. A catedral teve seus sinos e o carrilhão abençoados, pelo Cardeal Mota, a 6 de janeiro de 1959. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, s/d)

Esse noticiário nos revelou alguns pontos interessantes, como o caso de uma personalidade religiosa favorável a Jango ser mencionada em um jornal que se posicionava contrariamente ao líder político. O recorte também nos mostrou que as notícias envolvendo os religiosos não eram monopólio da diocese de Maceió e do seu periódico, fazendo com que as notas jornalísticas, envolvendo religiosos, tomassem mais amplitude em Alagoas, já que agora eram disseminadas por outros setores.

Todos esses fatores contribuíram justamente para dar a ilusão de que o jornal possuía posturas democráticas, quando, na verdade, suas estratégias de combate ao governo estavam bem evidentes e ativas. Também podemos afirmar que a ação de inserir um religioso na edição, dando destaque quanto ao posicionamento das fontes, realce das letras e o destaque da notícia em si, nos mostraram que os produtores da informação tinham o desejo de conceder lugar elevado a um membro conservador da Igreja Católica, além também desse valer de um discurso religioso para fortalecer seus próprios discursos.

Os militares tiveram amplo espaço nas páginas do periódico, após seu manifesto desfavorável à posse de João Goulart ser lançado. Segundo a edição do dia 3 de setembro de 1961, o Exército estaria concordante com as decisões tomadas pelos ministros especialmente, o da Guerra, sendo que a força terrestre daria apoio unânime. Tal pensamento seria um equívoco

por parte dos redatores, já que nem todos os militares compartilhavam os mesmos ideais. No entanto, os comandos militares do Amazonas e de Brasília firmaram seus compromissos favoráveis ao ministro Denys e, portanto, tomaram posições contrárias ao então vice-presidente (*GAZETA DE ALAGOAS*, 03.09.1961, p.1).

O noticiário foi pensado de forma a prender o leitor com o enunciado bem-posicionado e redigido. O texto foi posicionado a esquerda e as letras variavam entre o tamanho pequeno e médio, porém, sempre em negrito, elevando dessa forma a importância do noticiário.

Edmundo Campos Coelho afirmou que, entre as décadas de 1950 e 1960, existiram “facções” dentro do Exército, que, em alguns momentos, se opunham a certos caminhos trilhados por partes da força militar e em outros concordavam com os rumos dela. Tais facções se dividiam entre os “Legalistas” e os “Golpistas” e suas influências dependiam das posições de poder no interior da Armada.

Entretanto, uma vez firmadas estas posições na cúpula militar, o restante da organização ajustou-se por bem ou por mal à sua orientação e evitaram-se as contestações. Em 1954, 1955, 1961 e 1964, quando a divisão interna parecia irremediável e iminente um confronto entre as facções, seus líderes recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou de restabelecimento da integridade hierárquica. (COELHO, 1976, p. 114-115)

Nesse sentido, a forma pela qual os redatores noticiaram a união do Exército em torno do ministro pode ser entendida como uma ação visando aumentar ainda mais a imagem da força militar terrestre como um agente anticomunista dentro da sociedade. Outra passagem, que marcou esse recorte, foi o posicionamento das notícias sobre ala do Exército que se posicionou contra Jango, nesse caso os apoiadores do ministro da Guerra. Paralelo a isso, o “III Exército”, conhecido por ser a força militar mais poderosa do Brasil e por apoiar João Goulart e suas políticas reformistas, também foi citado, exibindo assim duas formas de ação dentro de uma mesma instituição.

A notícia sobre os apoiadores do vice-presidente estava relacionada a uma ação de proteção da fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porém, nos faz pensar sobre a atuação dos redatores quanto suas intenções nas estratégias de construção do jornal, bem como a divisão existente entre apoiadores e contrários a posse de Goulart.

Após a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 25 de agosto de 1961, os três ministros militares manifestaram-se contra a posse de João Goulart devido a suas posições políticas, consideradas de esquerda. Imediatamente, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiado pelo comandante do III Exército, José Machado Lopes, formou a Cadeia da Legalidade, dispondo-se a lutar pela posse do vice-presidente. Esta posição contou com o apoio de vários oficiais-generais que serviam em outros pontos do país. (CASTRO, s/d)

Os redatores puseram, em prática, a tática de mesclar nas primeiras páginas do jornal notícias que sobre os setores militares que eram favoráveis e contrários a posse de João Goulart como presidente da República. Várias podem ser as intenções dessas ações como a finalidade de atingir as camadas sociais que apoiavam e as que não apoiavam o presidente e, dessa forma, podiam garantir – ou não – que sua base de leitores não fosse subtraída caso publicassem apenas notícias favoráveis ou desfavoráveis ao vice-presidente. Outra hipótese seria a que os responsáveis pelo jornal ainda possuísem dúvidas sobre qual caminho seguir; o da legalidade e, dessa forma, apoiar a campanha para que Jango chegasse à presidência pelas vias constitucionais ou seguir a trilha dos setores contrários a posse e tornar-se mais uma ala pertencente aos golpistas do momento.

É impossível estudar o cenário dos anos 1960 sem mencionar a atuação das Forças Armadas do Brasil, pois elas estiveram – e ainda estão – fortemente inseridas na sociedade e na política brasileira, fazendo com que elas sempre estejam presentes nos mais variados momentos do cenário nacional:

A participação dos militares na política é fato comum na história brasileira, principalmente na República, ficando difícil estudar e compreender a história política de nosso país sem estudar os militares. Sendo essa participação inegável é importante ressaltar que não existe uma divisão entre militares profissionais e militares políticos, já que a profissão militar é em si só política. As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), além de deterem os meios de coerção legal, estão inseridas no aparelho burocrático do Estado, ficando assim, indissociável ao meio político. (PIMENTEL, 2011, p. 2)

O apoio dos grupos conservadores aos militares no Brasil foi decisivo para os eventos que levaram a instauração da ditadura no país. No caso das OAM, as ações dos redatores em lançar noticiários sobre os militares que estiveram diretamente ligados aos eventos do golpe, como uma forma de apoio ao movimento que ocorreu em 64. O apoio de civis como os empresários e jornalistas, se configurou num elemento que não pode ser dispensado caso quisermos entender a ditadura e seus desdobramentos.

As ações de propaganda e os financiamentos de campanha, muitos com verbas vindas do exterior, são alguns exemplos do pouco apreço que tinham os valores democráticos. Porém, a despeito de conspirarem, planejando a deposição de um presidente pela força das armas, os civis e militares de direita construíram um discurso para justificar seus atos antidemocráticos, recorrendo exatamente aos valores democráticos. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 294).

O poder da ideologia anticomunista, dentro das Forças Armadas, mobilizou vários setores militares para intervir tanto na questão da volta do vice-presidente ao Brasil, quanto posteriormente, quando assumiu o cargo de presidente da República. A análise dos recortes

jornalísticos sobre a participação dos militares na política nacional, dos anos 1960, constitui-se numa ferramenta para a compressão dos fenômenos que ultrapassam os limites militares e políticos, chegando também aos campos da cultura, da economia e da construção dos imaginários institucionais.

No entanto, os ideários anticomunistas nos setores militares não surgiram na década de 1960. Sua construção vem desde muito tempo e conseguiu se desenvolver como um grande agente político no cenário nacional:

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacareacanga até o Manifesto Silvio Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada (FERREIRA, 1986, p.50-51)

Os militares também utilizaram as estratégias de intimidação para impedir que Goulart chegasse à presidência da República. No dia 2 de setembro de 1961, uma edição noticiou a chegada de João Goulart a Porto Alegre, bem como uma grande agitação militar no Sul do país, onde até um porta-aviões foi deslocado para a região. (*GAZETA DE ALAGOAS*, 02.09.1961, p.1). Além disso, as notícias sobre os testes nucleares da União Soviética paralelas as informações sobre a situação brasileira também nos fazem refletir sobre as estratégias anticomunistas dos redatores, já que a URSS se constituía numa ameaça ao Brasil, pensamento este que era compartilhado com os religiosos.

As notas impactantes, e muitas vezes até exageradas, tinham por conjectura criar apreensão no público alagoano. A Guerra Fria e seus desdobramentos ocupavam cada vez mais espaços no jornal, sendo que a ameaça de uma guerra nuclear sempre era noticiada no periódico, trazendo ainda mais sentimento de temor sobre a possibilidade de uma terceira guerra mundial. Os destaques, na sua maioria, eram relacionados às experiências atômicas soviéticas e poucos eram informados da situação dos americanos sobre o assunto, embora eles também se movimentassem dentro do cenário atômico. Para se ter uma ideia, durante todo o mês de setembro apenas, no dia 15, os redatores informaram que os Estados Unidos estavam a fazer testes nucleares de grande porte (*GAZETA DE ALAGOAS*, 15.09.1961, p.1), enquanto a temática soviética possuía maiores detalhes.

Nesse caso, o discurso empresarial, voltado fortemente para os soviéticos, constituiu-se numa elaborada tentativa de interferência na posse de Jango que esteve viajando pelo Leste Europeu e pela China Popular, antes de retornar ao Brasil. As ameaças de uma guerra nuclear, com ênfase no caso da URSS, podem ter sido um elemento causador de temor numa população que havia encarado algo semelhante no período da Segunda Guerra Mundial e a ida de um vice-presidente a região foram um dos combustíveis que alimentou o motor do anticomunismo empresarial de Alagoas.

O anticomunismo militar se fortaleceu após o evento conhecido como intentona comunista em 1935. Embora o nome se refira a visão dos militares sobre o acontecimento, é dessa forma que ficou conhecida entre eles. A revolta comunista, nome de fato deste evento, ocorreu como forma de enfrentamento ao governo do presidente Getúlio Vargas e foi idealizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada pelo comunista Luís Carlos Prestes. O movimento tinha como bandeiras o nacionalismo, a reforma agrária, o combate ao fascismo e possuía orientação comunista. A agitação foi rapidamente e duramente reprimida pelas forças de segurança e sempre é usado como exemplo de combate ao comunismo, em especial pelas Forças Armadas.

No dia 03 de outubro de 1961, o jornal lançou um noticiário no qual mostraram preocupações em relação aos supostos preparativos de uma rebelião dos comunistas brasileiros. Na primeira página, os redatores deram destaque ao ex-ministro da Marinha Silvio Heck, um militar notadamente anticomunista e antijanguista, que definiu o comunismo como um “perigo” e “o grande inimigo” do Brasil. (*GAZETA DE ALAGOAS*, 3.10.1961, p.1).

Afastado da pasta da Marinha, Heck passou a desenvolver cerrada oposição a Goulart, participando de encontros antigovernamentais na casa do marechal Denis e mantendo contato com empresários de São Paulo e do Rio, que viam com desconfiança o apoio que o presidente buscava nos sindicatos e nas organizações populares. Em novembro de 1961, Heck presidiu uma reunião de empresários cariocas e paulistas no edifício Avenida Central, no centro do Rio, na qual, depois de se discutir que posição adotar perante Goulart, decidiu-se “que sem manifestações inequívocas da opinião pública, as forças armadas não se sentiriam autorizadas a intervir”. Esse grupo de homens de negócios fazia parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), organização de combate ao governo que, embora formalmente fundada em fevereiro de 1962, já atuava desde 1961. (LAMARÃO, s/d)

A criação do medo, por parte dos militares anticomunistas, certamente, foi uma das principais estratégias para que as pessoas se posicionassem cada vez mais contra os comunistas e suas ideias consideradas perigosas. Essas estratégias, por vezes, desproporcionais, juntamente com a ampla divulgação da imprensa, contribuíram ainda mais para o desenvolvimento do

anticomunismo em Alagoas. Nesse sentido, essa abordagem militar possuía dupla intenção: por um lado, a manipulação da sociedade, as partes mais conservadoras, no sentido de trazer a força dela para o combate ao comunismo, já que o discurso era o de que esta ideologia ameaçava suas propriedades e poder social. Por outro lado, outra intenção era a de dar o manto de protetores dos brasileiros aos militares e, dessa forma, justificar qualquer ação por partes deles.

Nos anos 1960, a revolta foi usada pelo então Ministro da Guerra, o General Segadas Viana, para criticar a intenção do presidente João Goulart em homenagear “as vítimas da intentona”. Podemos notar o uso do substantivo “intentona” pelos redatores, uma clara forma de se referir ao movimento através do aspecto dos vencedores e de satisfazer as intenções da luta anticomunista em Alagoas. A utilização daquela palavra em uma posição de relevo na edição se configura numa grande estratégia de garantir a atenção do público quanto à notícia. O General narrou que “o inimigo, que em 1935 ameaçou a Pátria, permanece atuante, usando novas técnicas de desagregação e se apresentando sob as mais traiçoeiras facetas”. (*GAZETA DE ALAGOAS*, 26.11. 1961, p.1).

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira lenda negra em torno da “Intentona Comunista”. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. (MOTTA, 2000, p. 105).

Foram os eventos de 1935 que consolidaram a edificação das ideias anticomunistas no Brasil, cristalizando-as, nas décadas seguintes, dentro das Forças Armadas até os dias atuais, através dos altos escalões militares, em prol da obrigação de manter firmes os valores da corporação militar a exemplo da hierarquia e lealdade.

Um elemento de destaque nas versões correntes acerca da “Intentona” é o argumento de que teria sido uma traição, ou melhor, uma dupla traição. Por um lado, os insurretos seriam traidores da corporação militar da qual eram membros e contra a qual ousaram levantar suas armas. Além de ser apresentado como uma agressão específica à instituição militar, o levante comunista, supostamente, significaria também um ataque a valores caros à corporação, os quais os revolucionários levariam de roldão se tivessem alcançado a vitória (MOTTA, 2000, p. 108).

A justificativa da agressão dos revoltosos a instituição militar configurou-se num elemento que transpassou o ano de 1935 e permaneceu por muitas outras décadas, sendo utilizada em 1964, por exemplo, para justificar o golpe militar contra o governo de João Goulart. A revolta comunista, Guerra Fria e a posse de um presidente considerado aliado dos comunistas foram alguns dos elementos desenvolvidos pelos militares e que integraram o imaginário anticomunista dos brasileiros.

Mas foi nos anos 1960 que os militares utilizaram o anticomunismo de forma mais massiva e violenta. A estrada que levou ao golpe de 1964 começou a ser trilhada com as várias tentativas de João Goulart para assumir o cargo de presidente da República, que foi deixado vago por Jânio Quadros em 1961. Setores militares fizeram de tudo para impedir sua investidura no Governo Federal. Jango possuía aproximações com alguns movimentos populares e sindicais brasileiros, o que bastou para ser taxado de comunista pelos setores conservadores da sociedade, inclusive, pelos ministros militares de Jânio que dificultaram seu acesso a presidência.

As ações dos ministros, bem como as ações de outros militares de patentes elevadas e de partes de outros grupos conservadores e elitistas da sociedade brasileira, contribuíram para a instauração do regime civil e militar que durou mais de duas décadas. As características do regime que se iniciou eram várias, mas a que predominou foi a violência, cometida pelos agentes federais do governo militar. A ditadura foi resultado dos acordos de ordem econômica e política orquestradas entre os anos de 1961 e 1962, tendo a UDN como uma – se não a maior – articuladora das relações entre Forças Armadas, a Igreja Católica conservadora, os ruralistas, a grande parte do empresariado nacional (COSTA, 2013, p. 14).

A ascensão dos camponeses, as lutas dos operários nos centros urbanos e o fortalecimento das reformas de base, no início da década de 1960, se tornaram alguns dos principais pontos a serem atacados pelos setores da linha conservadora brasileira. A reforma agrária e suas propostas de divisão das terras amedrontaram as elites agrárias, resultando numa resistência e no travamento da reforma. Com isso, os trabalhadores do campo, impacientes pelo avanço lento das melhorias sociais, iniciaram as ocupações de terras, sendo que essas ações foram duramente criticadas pelos latifundiários. Em 1963, algumas ações mais radicais em relação às reformas foram realizadas por Leonel Brizola, cunhado de Jango, por sua proximidade com os setores populares, sindicatos e movimentos sociais que se identificavam com as políticas reformistas. Sua posição em relação a Goulart foi um pouco mais radical, já

que chegou até a pedir o fechamento do Congresso Nacional e, de certa forma, forçar o presidente a governar acima das leis e da própria Constituição para concretizar as reformas de base.

Entre 1961 e 1964, várias ações de grupos conservadores feriram a democracia nacional, levando o Brasil a andar por um caminho repleto de perigos para a liberdade política e social. Todas as atividades de Goulart e de seus apoiadores eram vistas como subversivas e ameaçadoras, mas foi, no dia 13 de março de 1964, que aconteceu o estopim para que alguns grupos abastados ampliassem suas campanhas contra o governo federal. As atividades mais pesadas foram desferidas por vários quadros das Forças Armadas, sendo o principal deles, as tropas comandadas pelo então general Olympio Mourão Filho em Minas, na noite do dia 31 de março (COSTA, 2013, p. 14). Além do comício, outros movimentos com a adoção de posturas mais ferrenhas por partes dos militares, como a revolta dos sargentos em Brasília em 1963, a dos marinheiros em 64 e a presença de Goulart na reunião do Automóvel Club do Brasil no mesmo ano, entre outros eventos.

Após essas ações, a direita conservadora aumentou suas fortes investidas contra o Governo Federal, Jango se viu isolado à esquerda e à direita, sendo obrigado a sair do país. Em seu lugar, a máquina militar de triturar a democracia foi montada e funcionou, mesmo que em alguns momentos cambaleante, porém, cometendo crimes contra os direitos sociais por anos a fio. Em 9 de abril de 1964, o primeiro Ato Institucional foi posto em atividade, e contribuiu para modelar a forma pela qual os militares agiriam posteriormente.

A UNE e terrorismo nas páginas do jornal

No contexto das décadas de 1950 e 1960, a União Nacional dos Estudantes foi ativa quanto às organizações dos movimentos estudantis no Brasil. No governo de Juscelino Kubistchek, realizaram-se várias manifestações em favor da reforma universitária e contra as ações do capital estrangeiro no país, por conta das desvantagens às empresas nacionais, como, por exemplo, a Petrobrás. O nacionalismo defendido pela entidade relacionava-se ao sentimento anti-imperialista dos norte-americanos (TORRES, 2016, p. 4). Mas foi na década de 1960, sob forte polarização política, que a UNE se destacou com as campanhas para que Jango assumisse a presidência da República, em meio a radicalismos dos militares. Aldo Arantes, presidente da entidade, participou, em 1961, das Campanhas da Legalidade, ao lado de Leonel Brizola, que

empolgou o país e garantiu a posse – contestada por setores militares e conservadores – do vice-presidente João Goulart (POERNER, 2004, p. 173).

No mesmo ano em que Aldo e Brizola se encontraram, acontecia em Alagoas a criação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que marcou a intensificação do movimento estudantil no Estado. Antes disso, tinha-se no Estado a União Estadual dos Estudantes de Alagoas (UEEA), vinculada a UNE, em prol da criação de uma universidade pública, gratuita e de qualidade para a sociedade alagoana (COSTA; COSTA, 2020, p. 5-6). A UNE passou por altos e baixos em sua administração, sendo que algumas delas direitistas e da Igreja Católica (POERNER, 2004, p. 166 - 172).

O cenário nacional, após da posse Jango, estava voltado para as reformas de base, em que a União Nacional dos Estudantes participou, marcando um período intenso nas atividades política da entidade. Na administração de Arantes, a participação de membros da JUC de viés progressista, para Agatângelo Vasconcelos, foi uma reação à hierarquia da Igreja Católica, tida como demasiado conservadora pelos líderes estudantis (VASCONCELOS, s/d).

Os anseios da UNE estavam relacionados ao desenvolvimento do nacionalismo e o combate ao imperialismo (POERNER, 2004, p. 263). Além disso, a União também tinha fortes ligações com as questões sociais, como a sua participação nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, levadas a efeito pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde (POERNER, 2004, p. 182).

Em Alagoas, a UNE atuou em várias frentes, tendo a UFAL como base de apoio:

Nas suas formas de atuação, o mesmo realizava publicações de artigos em periódicos pertencentes a cada Diretório Acadêmico, também o boletim “Atualidades que interessam aos universitários”, o periódico do DCE, O Novo Sol, além da realização de greves, congressos e seminários, todas essas ações, estratégias de luta e reivindicações do movimento estudantil da UFAL (LIMA, 2013, p. 41).

Antes do golpe civil e militar de 1964, a UNE possuía pleno diálogo com o governo e faziam várias campanhas em favor da democracia, mas, em razão do seu caráter progressista e do seu apoio a Jango, foi logo vítima daqueles que eram contrários a essas ideias e suas ações.

A UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incômoda às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heróicos da luta contra o nazifascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder. (JÚNIOR, 1982, p. 74)

Em Alagoas, um dos principais grupos que foram contrários as ações da UNE, os empresários, em particular as OAM, construíram informações sobre algumas atividades dos

estudantes. Se, em 1961, os redatores do *Gazeta de Alagoas* se preocupavam com o público o qual deseja atingir, em boa parte do ano de 1962 os formuladores do periódico adotaram a estratégia de combater a esquerda na política nacional, de forma mais direta. As críticas começaram quando a sede da União Nacional dos Estudantes, localizada no Rio de Janeiro, foi atacada por elementos terroristas. Apesar de a princípio não revelarem a posição ideológica dos agressores, os jornalistas se mostraram preocupados com os acontecimentos que poderiam derivar daquele episódio além de ainda não terem posicionamentos claros a respeito dos acontecimentos (*GAZETA DE ALAGOAS*, 09.01.1962, p.1).

Para se ter uma ideia de como eram confusos os argumentos dos redatores, foi informado no jornal que seria possível que os próprios adeptos da UNE fossem os responsáveis pelos ataques. Por outro lado, ainda de acordo com o editorial, existia a possibilidade de que dentro da organização existissem elementos comunistas infiltrados que deram início aos atentados.

Nota-se que, de uma forma ou de outra, a União Nacional dos Estudantes estava no seio das ações “terroristas”, seja por ação direta ou indireta ao abrigar comunistas em seu prédio (*GAZETA DE ALAGOAS*, 09.01.1962, p.1). De certa forma, os redatores podem ter utilizado a estratégia de parecer neutros perante os acontecimentos ou então deixar seus posicionamentos subentendidos, para que os leitores usassem a imaginação para formar suas opiniões.

Brandão, ao narrar sobre os sentidos que o discurso pode produzir, nos relevou que

Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não. Nem sempre digo tudo que penso, deixo nas entrelinhas significados que não quero tornar claros ou porque a situação não permite que eu o faça ou porque não quero me responsabilizar por eles, deixando por conta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos, subentendidos. Isso é muito comum, por exemplo, nos discursos políticos, no discurso jornalístico, e mesmo nas nossas conversas cotidianas (BRANDÃO, 2005, p. 3).

As informações jornalísticas contidas no recorte nos revelam o posicionamento que os redatores tomaram diante da situação. A atuação dos comunistas na UNE, bem como a importância da organização para a política que vem desde muito antes dos anos 1960.

É possível afirmar que no início dos anos de 1940, a UNE foi considerada como um palco de atuação importante para os comunistas e expressão significativa do anti-fascismo até 1945. Essa importância se deve ao fato de que desde a sua fundação, a UNE conseguiu manter relativa liberdade de atuação e, conforme o PCB foi sendo reorganizado, agiu para que os jovens comunistas se expressassem no seu interior. No entanto, a ação dos comunistas na entidade não foi linear, pois ainda em 1943, no VI Congresso Nacional dos Estudantes, a chapa que integrava os comunistas foi derrotada pelos estudantes liderados pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo. (MATTOS, 2017, p. 2462).

Assim como os trabalhadores do campo, os estudantes também estavam relacionados ao desenrolar dos acontecimentos do cenário internacional, como a revolução cubana, elemento que contribuiu para a elevação das narrativas anticomunistas de algumas esferas da sociedade alagoana.

É importante lembrar que a vitória dos revolucionários cubanos em 1959, constituindo posteriormente um regime de caráter socialista, repercutiu na América Latina como uma alternativa às lutas contra o imperialismo, questão em voga nas discussões teóricas promovidas por diferentes entidades sociais, inclusive a União Nacional dos Estudantes. A sucessão presidencial em 1961, na qual Jânio Quadros assumiu o poder executivo federal, aumentou ainda mais as discussões e as ações em torno das concepções nacionalistas, ou seja, anti-imperialistas. (TORRES, 2016, p. 4).

Um editorial do dia 13 de janeiro de 1962 nos mostrou que o desenrolar daquele ato de terrorismo, assim como previram os redatores, tiveram projeções maiores. As autoridades policiais juntamente com o governo do Rio de Janeiro e o Ministério da Justiça tomaram ações enérgicas frente à situação e instauraram um inquérito policial para investigar o atentado (GAZETA DE ALAGOAS, 13.01.1962, p.1). Essas afirmações são importantes, já que levando em consideração a forma com que a página foi formulada e suas informações destacadas, os redatores desejavam causar impacto na sociedade alagoana quanto às supostas ações dos estudantes.

Durante as investigações, foi descoberto que o Movimento Anticomunista (MAC) possuía quadros estudantis infiltrados na UNE, e que estes estavam diretamente ligados ao incêndio do prédio da sede. O MAC ficou bastante conhecido pelas suas posições violentas e contrárias a Goulart e suas políticas reformistas.

Motta descreveu a atuação do MAC, em 1962

No início de janeiro de 1962 foram desfechados ataques contra alvos “comunistas”: a sede da UNE foi metralhada no Rio de Janeiro e uma bomba foi jogada num escritório do jornal Última Hora. A ofensiva gerou preocupação em vários setores da sociedade e no próprio governo, que também era alvo dos anticomunistas. As instituições reagiram através da Assembleia Legislativa do Rio, que solicitou providências à polícia carioca, e do Ministério da Justiça, que determinou a realização de investigações. A pressão sobre o MAC levou à divulgação de uma versão fantasiosa sobre os eventos, com o provável objetivo de desviar as atenções e livrar os anticomunistas da pecha de terroristas. De acordo com esta versão o MAC seria uma invenção dos próprios comunistas que assim, arditamente, tentariam desacreditar o anticomunismo aos olhos da população (MOTTA, 2000, p. 196).

O terrorismo de inspiração comunista foi bastante debatido nas páginas do *Gazeta de Alagoas* e do *O Semeador*, da Diocese de Maceió. A estratégia de ambos foi claramente a de tirar vantagens de certas ações negativas atribuídas aos comunistas em Alagoas e no resto do

Brasil. Por um lado, os católicos visavam atingir as camadas religiosas mais conservadoras do Estado com seus noticiários, enquanto os empresários buscavam meios de satisfazer seus interesses por meio de discursos aparentemente neutros, mas que sempre pesavam mais para os setores da esquerda nacional e satisfaziam os interesses dos grupos dominantes.

Motta voltou a nos explicar que essa estratégia estava relacionada com a “indústria do anticomunismo” que

foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens (MOTTA, 2000, p. 202).

Levando em consideração as análises dos editoriais, podemos afirmar que havia posições diferentes dentro do corpo de redatores, sendo que um lado expunha conteúdos que causava mais apreensão no público leitor, enquanto outro buscava amenizar os ânimos, tomando a estratégia de criticar qualquer ação realizada por qualquer adepto das ideologias políticas.

Estudantes e trabalhadores rurais foram principais alvos dos setores mais conservadores da sociedade alagoana na década de 1960. No primeiro capítulo, vimos as preocupações do alto clero da Igreja Católica em relação aos problemas do campo, agora, notamos as inquietações dos empresários alagoanos nas questões relacionadas aos estudantes.

Poerner narrou que

O anticomunismo se tornava, cada vez mais, a tática propagandística dos senhores que sentiam ameaçados os seus feudos, e se acentuava a exploração política da fé religiosa das massas humildes. Empregadas domésticas e populares esfarrapados eram levados frente às câmeras de televisão para se pronunciarem contra as “reformas comunistas”. Rosários de há muito não rezados eram empunhados pelas senhoras da sociedade no combate à desapropriação de terras. De nada valiam as manifestações reformistas dos setores mais progressistas do clero. Apenas serviam para que o obscurantismo denunciasse a infiltração comunista também nas igrejas (POERNER, 2004, p. 186).

Dessa forma, tanto no caso do *O Semeador* como no *Gazeta de Alagoas* foram realizadas estratégias dentro das suas edições que confrontavam os setores menos favorecidos da sociedade. Dreifuss analisou que o IPES foi responsável direto pelas estratégias utilizadas pelas elites nacionais contra algumas esferas sociais. Nas suas palavras, os setores mais abastados do Brasil preparavam-se para operar em toda área da vida social visando a competir com os

predominantes interesses políticos, o trabalhismo e a esquerda pelo controle do Estado (DREIFUSS, 1987, p. 230).

Algumas notícias relacionadas ao IPES também integraram uma edição datada de 04 de março de 1962 e aludiam que o objetivo do IPES era colaborar com o desenvolvimento do Brasil e não causar nenhuma ruptura entre as forças políticas e econômicas do país, como a reforma agrária e outros assuntos. Para espalhar suas ideias aos brasileiros, o instituto realizou uma série de seminários em todo país que visou orientar os espectadores sobre os problemas nacionais. (*GAZETA DE ALAGOAS*, 4.3.1962, p.1). Sendo assim, a entidade possuía enorme capacidade de manipulação e de aproximação com vários setores sociais, levando, para eles, vários temas de diversos lugares do Brasil que interessavam as elites nacionais.

De público, tratava-se de uma instituição de orientação política conservadora voltada a realização de estudos e debates sobre a realidade brasileira. (...) O IPES tinha uma estrutura interna construída em torno de dez Grupos de Estudo e Ação. Os GEA operavam em áreas distintas de intervenção política, produção de propaganda e doutrinação ideológica, manipulação da opinião pública e capacidade de influência em áreas e grupos sociais específicos – nas Forças Armadas, no Congresso, na Igreja, na imprensa, ou junto às classes médias. (STARLING, s/d).

Em uma pequena nota no canto inferior direito do recorte jornalístico nos mostrou o poder da OAM, em se tratado de presença em lugares onde aconteciam grandes debates políticos na década de 1960. A organização era possuidora de um jornal que circulava no Rio de Janeiro, o *Diário Carioca do Rio* e de outro que circulava em Brasília o *DC-Brasília*. O periódico carioca foi adquirido por Arnon de Melo em 1961, mesmo ano em que se iniciaram as articulações para a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais pela camada empresarial que viam seus interesses econômicos ameaçados pela posse de Jango e suas políticas reformistas.

Notícias sobre países comunistas também estiveram presentes numa edição de 19 de janeiro de 1962 sobre o conflito envolvendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a China, onde a URSS estaria tentando se afastar dos chineses devido a problemas diplomáticos. Essa situação nos revelou que embora o anticomunismo estivesse em alta no jornal, os editores da publicação tiveram a clara intenção de fragilizar a imagem dos países comunistas e de mostrar que não eram necessariamente um grupo unido (*GAZETA DE ALAGOAS*, 19.01.1962, p.1).

Podemos narrar que o *Gazeta de Alagoas* fugia em várias ocasiões dos padrões jornalísticos brasileiros quando o assunto era esconder os problemas que os países comunistas passavam. O jornal alagoano não via problema em mostrar que China e Rússia estavam

passando por conflitos, enquanto outros veículos nacionais anticomunistas tomavam caminhos diferentes, assim como pontuou Motta.

É interessante observar que a propaganda anticomunista silenciava sobre as divergências entre os países comunistas, mantendo a imagem de que formariam um bloco coeso. Ao contrário de serem concorrentes dos soviéticos, chineses e cubanos eram apresentados como linha auxiliar para a consecução dos planos da grande conspiração mundial, cuja sede continuava em Moscou. A entrada em cena dos novos personagens não foi de molde a sugerir uma impressão mais multifacetada (e realista) do “mundo comunista”. Ao invés disso, serviu de argumento para aumentar as fobias contra o perigo externo, à medida que Cuba e China eram representadas na qualidade de executoras de uma estratégia traçada no Kremlin. A ameaça do comunismo soviético, portanto, estaria cada vez mais forte, pois os russos teriam recrutado novos adeptos para ajudá-los na consecução de seus planos. (MOTTA, 2000, p. 82)

De uma forma ou de outra, os redatores alagoanos contribuíram para que existisse dentro do estado uma espécie de ‘russofobia’ ou ‘chinofobia’ que ia aos poucos sendo implantada no dia a dia dos cidadãos, através dos veículos de imprensa. A imagem de uma Rússia nuclear e ameaçadora ao Ocidente passou a integrar o imaginário dos anticomunistas mais ferrenhos do Brasil, contribuindo, ainda mais, para a disseminação de informações que eram contrárias ao mundo soviético.

Assim como no jornal católico, a reforma agrária também foi assunto nas páginas do *Gazeta de Alagoas*, mesmo que de forma mais resumida. Embora não seja tema central desse capítulo, é interessante exaltarmos que as OAM possuíam noções da movimentação no mundo rural. Em uma edição de 14 de janeiro de 1962, foi anunciado que as ideias daquela reforma seriam levadas ao conselho de ministros até o final daquele mês (*GAZETA DE ALAGOAS*, 14.01.1962, p.1).

Por outro lado, a boa notícia sobre o andamento da melhora no setor agrário estava posicionada ao lado de uma notícia sobre trocas de mensagens de ano novo entre Brasil e Rússia e as aproximações entre ambas as nações. A forma que a nota foi produzida pode nos inserir dentro das aproximações do governo de João Goulart com os soviéticos, evento este que não foi bem-visto pelos setores mais conservadores do Brasil.

Porfírio narrou que:

Naquele ano, o governo João Goulart negociava acordos comerciais com a URSS. Os setores conservadores, notadamente por meio dos movimentos anticomunistas, denunciavam aquilo como uma tentativa de aumentar a influência comunista no país, assim como cogitavam que o governo federal pretendia adquirir armas de origem russa. (PORFÍRIO, 2008, p. 96).

Além disso, podemos afirmar que o propósito da notícia também foi o de expor o problema rural – analisado no primeiro capítulo – e os supostos avanços dos comunistas no

campo e seus envolvimento com os camponeses. Também devemos ler esse editorial como os olhos voltados para a construção do homem do campo que relacionado com a imagem da pobreza, gerou uma imagem de perigo.

Os camponeses eram o grupo social constantemente destacado como alinhado ou subversivo pela ação dos comunistas. (...) e no caso do Brasil, o Nordeste era a região que agrupava alguns dos principais aspectos impulsionadores do avanço soviético, a saber; a extrema pobreza de grande parte da população rural e urbana, a desigualdade social flagrante, notadamente, nas áreas de plantação de cana-de-açúcar (PORFÍRIO, 2008, p.69).

As questões relativas à reforma agrária não tiveram tanto espaço nas páginas do *Gazeta de Alagoas* quanto nas de *O Semeador*, mas isso não mudou o fato de que o jornal das OAM desempenhou atividades anticomunistas relevantes em Alagoas, mesmo que com temáticas diferentes das dos religiosos. Dessa forma, o anticomunismo alagoano foi construído de forma a diversificar os ataques contra os comunistas, basicamente todas as ações realizadas por eles eram de alguma forma mencionadas no jornal com a intenção de atacar a ideologia.

IV. O discurso comunista no jornal *A Voz do Povo*

Nos dois capítulos anteriores, percebemos as formas pelas quais os grupos conservadores e integrantes das elites locais de Alagoas construíram e disseminaram seus discursos anticomunistas em seus periódicos. Tais ações visavam instalar o caos na sociedade e a ampliação da luta contra o comunismo em Alagoas, acirrando ainda mais os embates entre conservadores e comunistas, além de satisfazer os interesses de ordem política, social e econômica dos grupos.

Nesse capítulo, trataremos do discurso comunista em Alagoas cristalizado no jornal *A Voz do Povo*, pertencente à divisão estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nossa intenção foi a de analisar alguns recortes jornalísticos das décadas de 1950 e 1960, buscando confrontar os pensamentos de parte da Igreja Católica e do empresariado em Alagoas que também expuseram suas ideias em seus meios de comunicação. O jornal traz consigo informações diversas, como as atividades dos trabalhadores em Maceió, cotidiano nos bairros mais humildes da capital, entre outras. Sua fundação aconteceu no dia 1º de Maio de 1946, sendo seu fundador e primeiro diretor o deputado André Papini Góes, advogado eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro.

Em decorrência da cassação do registro do PCB em 1947, o jornal funcionou até 1948, quando teve suas portas fechadas, sendo que todos os deputados comunistas alagoanos, como Moacir Andrade e o próprio Papini foram cassados. Quatro anos depois, sob direção dos senhores Osvaldo Nogueira, Jayme Miranda e Nilson Miranda, o jornal recomeçou suas atividades. Miranda, redator e principal articulador do periódico, tecia profundas críticas aos setores dominantes da sociedade. Seus trabalhos, a frente ao jornal, foram considerados subversivos, e Jayme foi preso em 12 de março de 1951. Em 1964, em decorrência do golpe e do fechamento do jornal, foi novamente detido e condenado a reclusão de um ano em Maceió.

Alguns acontecimentos da década de 1950 colaboraram para as perseguições dos comunistas brasileiros. Por conta da Guerra Fria, os acontecimentos da Guerra da Coreia trouxeram consigo ondas de perseguições aos militantes políticos do PCB, que se posicionaram contrariamente ao envio de soldados brasileiros ao conflito. A posição do PCB surgiu em um período de mudanças no partido, já que as campanhas de luta pela paz surgiram num momento de radicalização da linha política do PCB. O “Manifesto de Agosto”, de 1950, consolidou a virada do partido à esquerda, iniciada dois anos antes, com o chamado “Manifesto de Janeiro de 1948”. (RIBEIRO, 2010, p. 213). Em 1951, o jornal se manifestou depois de uma investida

violenta das forças de segurança alagoanas nas dependências do periódico. Os comunistas relataram que o “motivo do assalto às oficinas do nosso jornal foi a denúncia corajosa por nós feita a deserção de 50 praças do nosso exército que se recusaram seguir para a guerra da Coréia, quando já se encontravam em Natal para este fim” (*A VOZ DO POVO*, 18.02.1951, p. 1).

No final dos anos 1940 e início da década de 1950, os militantes do PCB passaram a fazer campanhas contra os armamentos nucleares, ainda como forma de mostrar a virada do partido para a moderação. É importante lembrar que o Partido Comunista Brasileiro foi criado em 1922, tendo como intento fazer a revolução, através de políticas e confrontos voltados para a tomada do poder, inclusive pela via armada. Em 1947, quando iniciou-se a Guerra Fria, a URSS sob liderança de Stalin, que, segundo Fernando Claudin, lançou uma “linha uniforme” para todos os partidos comunistas” (CLAUDIN, 1970, p. 21), que visava formar uma frente antiamericana, através de campanhas pela paz em todo o mundo, a fim de impor aos Estados Unidos um arranjo mundial satisfatório aos interesses soviéticos, que lhes permitisse avançar nas pesquisas nucleares, obter o controle da corrida armamentista e barrar o desenvolvimento norte-americano nesse campo (RIBEIRO, 2008, p. 262).

A Guerra da Coreia também foi marcada pelos dois campos antagônicos: Comunistas *versus* capitalistas, onde a Coréia do Norte era apoiada pelos soviéticos e a Coréia do Sul tinha os norte-americanos como aliados. Jayme Ribeiro nos explicou que, por algum tempo, os comunistas brasileiros adotaram práticas políticas moderadas frente ao governo (RIBEIRO, 2010, p. 213). Já Leôncio Martins Rodrigues argumentou que “a linha de ‘união nacional’ que o partido e seus militantes procuraram levar à prática no período da legalidade deveu-se, principalmente, a fatores internacionais durante os anos de ‘convivência pacífica’ entre a URSS e os EUA” (RODRIGUES, 1983, p. 412). Esse posicionamento pacífico mudou pelas atitudes arrojadas do então presidente General Eurico Gaspar Dutra e pela situação do plano exterior com a perseguição ao comunismo e aos comunistas (RIBEIRO, 2010, p. 214). Ainda, o Brasil iniciou laços políticos mais fortes com os Estados Unidos e o PCB com a União Soviética, intensificando o endurecimento do governo brasileiro para com os comunistas, ainda mais quando radicalizavam, cada vez mais, suas críticas ao capital estrangeiro, ao “imperialismo” e ao próprio Estados Unidos da América (RIBEIRO, 2010, p. 243), que, por sua vez, defendiam a participação dos soldados brasileiros na Guerra da Coréia.

A partir de então, alguns órgãos de segurança brasileiros partiram para a repressão generalizada aos comunistas do país.

Os órgãos de repressão política do Brasil atuaram em diversos estados da federação, infiltrando-se nos comícios, em reuniões, em assembléias, manifestações e até mesmo participando como voluntários, simpatizantes da causa pacifista do Partido Comunista Brasileiro. Os agentes repressores buscavam colher materiais necessários à comprovação das atividades comunistas para posteriormente apreendê-los, fechar seus comitês, prender seus líderes e desarticular o movimento. (RIBEIRO, 2010, p.11).

Em Alagoas, as perseguições também existiram. Durante a década de 1950 Jayme participou de diversos movimentos operários em Alagoas e teve intensa participação nos movimentos que foram as bandeiras de luta de comunistas e trabalhadores na década de 1960 (COSTA, 2014, p.6), além de ter sido considerado um dos integrantes mais importantes do PCB, nomeado secretário de organização do Comitê Central e suplente de Deputado Estadual⁵, em Alagoas. No entanto, teve seu mandato cassado em 1964, depois de várias perseguições das forças de segurança alagoanas na década anterior.

Nilson Miranda, irmão de Jayme, foi outro personagem que esteve presente nas lutas sociais em Alagoas. Também teve seu mandato de vereador cassado, com os primeiros expurgos decorrentes do golpe civil e militar de 1964. Rodrigo José da Costa, ao analisar uma entrevista que Nilson concedeu ao jornal alagoano *Desafio*, nos mostrou que o ex-vereador fugiu de Alagoas na noite de primeiro de abril de 1964, mesma data em que as forças do Estado a mando do governador Luiz Cavalcante, confiscaram e destruíram os equipamentos do jornal *A Voz do Povo*, o qual foi diretor (COSTA, 2017, p. 195).

Geraldo Majella narrou que

No dia 1º de abril de 1964 a sede do semanário foi invadida e destruída; os seus bens foram saqueados e a gráfica foi destruída. Os seus diretores foram presos. Terminou assim uma longa trajetória. A invasão foi comandada pelos delegados Rubens Quintela e Albérico Barros, e o responsável pelo ato violento foi o comandante do golpe militar em Alagoas, o governador Luiz Cavalcante. (MAJELLA, 2015)

Devido as suas atividades políticas entre 1950 e 1960, Nilson foi perseguido pelas forças policiais, sendo que, a partir de abril de 1964, começou a atuar na clandestinidade, fugiu de Maceió e, posteriormente, exilou-se na Europa, onde permaneceu por quinze anos, devido à repressão dos governos militares. Passou a concentrar seus ataques em Arnon de Melo, muito por conta do encarceramento de seu irmão, Jaime Miranda (diretor de *A Voz do Povo* de 1953 até 1964) (MOURA, 2017, p. 111).

⁵ Não conseguimos encontrar informações sobre o nome do Deputado e seu partido político.

O periódico possuía circulação semanal, com edições de quatro páginas, sendo sua periodicidade interrompida, várias vezes, devido às perseguições sofridas pelos comunistas e os ataques recorrentes a sua sede.

Mesmo nos períodos de funcionamento “normal”/“regular” o jornal precisava vencer uma série de obstáculos para circular pelas ruas e chegar aos leitores. Entre os vários percalços podem ser elencados primeiramente que, quando as edições estavam prontas, por exemplo, era montada a estratégia de vendas avulsas e distribuição aos assinantes. Os comandos de venda do jornal eram realizados aos domingos nos bairros de Maceió, e muitas vezes havia perseguição aos mesmos. (MACIEL, 2008, p.130).

Por outro lado, não eram somente as perseguições que impediam que os jornais ligados aos setores mais populares mantivessem sua funcionalidade continua. Maria Nazareth Ferreira ponderou que

Essa vida irregular devia-se às dificuldades que enfrentavam e que era de dois tipos: dificuldades financeiras, pois não havia quase publicidade e o público leitor era composto por trabalhadores de baixo poder aquisitivo, não sendo possível a sobrevivência com recursos do próprio jornal. [...] O segundo tipo de dificuldades que encontraram foi a perseguição por parte da ordem estabelecida. É muito longa a história das investidas policiais contra as singelas oficinas onde os jornais eram impressos. Nessas investidas o material era apreendido, as máquinas quebradas e o pessoal geralmente aprisionado. (FERREIRA, 1978, p. 104-105.)

Algumas edições do periódico se encontram no Arquivo Público de Alagoas (APA) que dispõem de versões digitalizadas do documento.⁶ Salientamos que a linguagem utilizada pelos comunistas alagoanos era muito diferente das usadas pelos religiosos e empresários. Os primeiros viam as manifestações dos trabalhadores como uma forma de garantir suas liberdades, sustento e busca por melhores formas de viver, enquanto os últimos viam as mobilizações populares como ameaça aos valores democráticos.

Pêcheux analisou que o discurso se desenvolve com o desenrolar das relações ideológicas da disputa entre as classes (PÊCHEUX, 1995, p. 92), em que os diversos setores sociais buscavam se sobressair, por meio das linguagens reproduzidas nos periódicos. A linguagem utilizada pelos comunistas e pelos demais grupos produtores de discursos nos dizem muito sobre eles. As formas textuais se interagem com outros aspectos, como

os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que cercam a produção de um discurso e nele se refletem; o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade. Assim, para a AD, a linguagem deve ser estudada não só em relação ao seu aspecto gramatical, exigindo de seus

⁶ No entanto, os funcionários não permitem que as digitalizações sejam reproduzidas para dispositivos, como celulares, *pen drives*, HDs etc. Conseguimos o material através do e-mail do Arquivo, visto que não foi possível pesquisar presencialmente devido à pandemia da COVID-19. O jornal contribuirá para nos permitir entender outra representação do passado, já que se trata de um órgão ligado a um partido de viés comunista

usuários um saber lingüístico, mas também em relação aos aspectos ideológicos, sociais que se manifestam através de um saber sócio-ideológico. Para a AD, o estudo da língua está sempre aliado ao aspecto social e histórico. (BRANDÃO, 2005, p. 6)

Nesse sentido, os discursos criados pelos comunistas estavam relacionados ao modo pelos quais eles enxergavam o cenário alagoano e brasileiro, bem como os personagens que o integravam. Alguns pontos importantes que estão contidos nas diversas edições do periódico *A Voz do Povo* que serão de grande valor para a escrita do trabalho.

- Mobilização e greves de trabalhadores urbanos e rurais em Alagoas;
- Condições de vida de trabalho em Maceió;
- Campanhas pela conservação e conquista de novos direitos;
- Informações sobre a elevação do custo de vida dos trabalhadores;
- Violência e perseguição aos trabalhadores e comunistas.

Sendo assim, uma das principais características do PCB alagoano entre as décadas de 1950 e 1960 foi sua forte presença na defesa aos trabalhadores e as populações carentes do Estado. Em termos de política, foi um dos (se não o principal) concorrentes dos conservadores e da Igreja Católica em Alagoas, quando o assunto é a busca pela organização dos trabalhadores, devido suas fortes campanhas sindicais, que lhe permitia exercer uma hegemonia entre os sindicatos de trabalhadores urbanos no estado, além do papel preponderante assumido na formação dos organismos sindicais rurais, a partir de 1963 (COSTA, 2019, p.1).

Aquelas décadas marcaram forte progresso na economia local, com o desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar e da indústria têxtil, embora a primeira tenha se destacado mais. O desenvolvimento desses setores produtivos trouxe consigo algumas mazelas, tais como as desigualdades sociais e uma grande onda migratória, além de mudanças estatais com uma nova atitude do Estado em relação a esta economia local buscando assumir um papel ativo de planejador desta economia (COSTA, 2011, p. 234).

Esse avanço desenvolvimentista industrial também gerou o avanço no controle do Estado por parte dos empresários ligados aos setores têxteis e do açúcar, que passaram a adentrar cada vez mais na vida pública alagoana.

Efetivamente, com a consolidação desse setor produtivo, os empresários da agroindústria canavieira ocuparam o proscênio, não apenas da vida econômica, mas também da vida social, intelectual e política do estado e passaram a exercer sobre a estrutura do Estado em Alagoas um imenso controle (COSTA, 2011, p. 235).

Ao mesmo tempo, houve, no Brasil e em Alagoas, o amadurecimento dos setores mais populares ligados aos movimentos trabalhistas que vinham lutando pelas causas dos trabalhadores entre as décadas de 1950 e 1960, tendo como destaque os operários urbanos das indústrias têxteis, mas também segmentos organizados em seus respectivos sindicatos como os rodoviários e os portuários (COSTA, 2011, p. 235). O PCB teve papel fundamental nesse período ao lado dos movimentos dos trabalhadores.

Mas as ações do PCB alagoano não se iniciaram naquelas décadas. Em 1947, por exemplo, havia vários núcleos do partido espalhados por Alagoas. Golbery Lessa nos mostrou um levantamento feito pela Delegacia de Ordem Política e Social no final dos anos 1940, que mostrava a organização nuclear e celular do PCB. Os principais núcleos ficavam em Maceió, e possuía vinte e seis células, em Rio Largo, com duas células e Penedo, com seis células. Havia outros núcleos menores espalhados pelo Estado, como em São Miguel dos Campos e Arapiraca (LESSA, 2011, p. 93-94). Todas essas células possuíam nomenclaturas com nomes de pessoas, datas, profissões e lugares importantes para os comunistas e estavam localizados em municípios que possuíam indústrias, como as de tecidos, charutos, fumo, manteiga.

Esses dados demonstram uma notável presença do PCB nos setores mais ativos da classe trabalhadora da época. Há uma capilaridade significativa em Maceió e em algumas cidades do interior. O número de militantes calculado pelo delegado chega a aproximadamente 2.300, mas não sabemos se o policial está considerando como militantes os filiados ou todas as pessoas que participavam ativamente das células. (LESSA, 2011, p. 95).

Os estudos de Golbery Lessa ainda apontam que, no final da década de 1940, os comunistas do PCB não tinham muitos olhares para a zona rural de Alagoas, pois a população do campo ainda era, em sua maioria, analfabeta e impossibilitada de votar. Esse fator veio a ser modificado nas décadas de 1950 e 1960, quando a população rural passou a representar uma grande força política, que atraiu a atenção dos conservadores e comunistas, como analisado no primeiro capítulo. Além disso, é interessante destacar a força de alguns dos integrantes do PCB em Maceió, pois este foi o principal núcleo do partido e seus adeptos possuíam muita experiência na vida política que contribuíam para o fortalecimento do partido.

Moacyr Rodrigues de Andrade, eleito deputado estadual em 1947, era secretário de organização do núcleo da capital (junto de Manoel Ramos e Benedito de Oliveira Costa), tinha 36 anos, e sua militância nos anos 30 havia lhe trazido prisões no Rio de Janeiro e exílio na Rússia. Vicente Ribeiro Cavalcante, antigo cabo do 20º Batalhão de Caçadores de Maceió, participante da Intentona Comunista e preso político em Fernando de Noronha durante cinco anos, era o secretário de divulgação do núcleo de Maceió e não poderia ter menos de 33 anos. José Maria Cavalcante, militar da mesma unidade de Vicente Ribeiro Cavalcante, também participante do movimento de 1935

e igualmente preso durante cinco anos na citada ilha, exercia cargo na direção estadual e tinha 36 anos. Ezequiel Simplício Miranda, um dos três responsáveis pela Secretaria de Massas e Eleições, era veterano de 1935 e também fora preso durante cinco anos em Fernando de Noronha; não poderia ter menos de 33 anos. (LESSA, 2011, p. 97)

Embora Lessa tenha citado poucos integrantes da direção do PCB na capital alagoana, podemos notar o grande valor político de todos, além é claro das experiências históricas pelas quais todos passaram que pôde ter agregado valor durante seu tempo como dirigente do núcleo. As experiências vividas pelos integrantes, durante o movimento de 1935 e na área militar, contribuíram para a estabilidade do partido, durante os tempos de crises e de ataques por parte dos conservadores locais, com a organização das ideias e ações dos comunistas.

Porém, entre 1947 e meados da década de 1950, o PCB alagoano passou por uma conjuntura política desfavorável. Em 07 de maio 1947, seu registro fora cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o jornal do partido sofrera com os ataques do governador Silvestre Péricles e a máquina repressiva sob seu comando. Para Lessa, foi a cassação do mandato do PCB

que abriu a possibilidade de o governador Silvestre Péricles perseguir “legalmente” os comunistas: o jornal do partido foi empastelado, as células foram fechadas, várias prisões arbitrárias efetivaram-se e, em outubro do mesmo ano, os três deputados eleitos pelo partido foram presos sob as acusações mais inverossímeis. (LESSA, 2011, p. 98)

Tais perseguições foram causadas por vários motivos, dentre eles, o contexto da Guerra Fria, além da disputa pelos operários entre os comunistas e os simpatizantes do varguismo, como o próprio governador do Estado.

Anderson Moura viu o governo de Péricles da seguinte maneira:

O mandato de Silvestre Péricles foi extremamente “confuso”, sem uma linha política muito clara e definida. Somando-se a isto a conjuntura em que governou, o resultado não foi dos melhores: sua gestão é conhecida pela violência política e física, pela truculência e a língua afiada do governador, conhecido como um homem folclórico e furioso, e pelos ares de insegurança instaurado. (MOURA, 2012, p. 51)

Por outro lado, também tivemos a figura de Muniz Falcão que causava desconfiança nos conservadores alagoanos, devido suas aproximações tidas com suspeitas.

Na ótica da direita ultraconservadora alagoana, Muniz Falcão tinha todos os predicados para ser perseguido politicamente. O primeiro motivo era a sua origem familiar. Falcão não era alagoano (nasceu em Araripina, em Pernambuco), não vinha de uma família tradicional e ainda veio para Alagoas para trabalhar na DRT, exercendo sua função com distinção. Para completar, teve grande destaque durante a gestão Silvestre Péricles, aproximando-se politicamente do ex-governador. Ou seja:

veio para o estado trabalhar em um órgão mal-visto pelas elites e teve apoio de um grande inimigo político dos udenistas. (MOURA, 2012, p. 72)

Muniz, realmente, era uma figura que chamava a atenção dos setores da direita alagoana, pelos fatos narrados por Moura e também quando concorreu com o Major Luiz de Souza Cavalcante, então candidato da União Democrática Nacional (UDN) ao governo de Estado. O bloco de Muniz Falcão fazia parte de uma coligação que agregava outros partidos defensores do projeto do Nacional Desenvolvimentismo que tinha no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o seu maior representante (COSTA, 2011, p. 237). Dessa forma, é possível notar de onde aos conservadores viram as ameaças que Muniz poderia representar. Ser ligado a um partido que defendia alguns ideais progressistas, tais como as reformas de base e ser ligado a Silvestre Péricles considerado rival pela UDN alagoana, contribuíram ainda mais para Falcão ser perseguido pelas elites alagoanas.

De certa forma, Muniz Falcão também possuía alguma simpatia dos comunistas, inclusive, uma edição do jornal *A Voz do Povo* pregou a união e o fim das diferenças de pensamentos entre dos partidos da esquerda alagoana em prol de melhorias que poderiam beneficiar a população, como a reforma agrária. No mesmo noticiário foi informado que sem a união dos partidos, dos trabalhadores e da população geral, Muniz Falcão não poderia “levar a prática sua plataforma de governo” (*A VOZ DO POVO*, 28.10.1956, p. 1).

Toda essa atenção voltada ao governo foi pelo fato de o mesmo estar passando por uma crise política, sendo inclusive deposto após um processo de impeachment ilegal no ano de 1957, que, depois de julgado, foi cancelado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na primeira edição do ano posterior ao processo de impedimento de Muniz, uma edição do *A Voz do Povo* comemorou a decisão do Supremo e condenou desonestidade da oposição, afirmando também que “a vontade do povo será respeitada” e reafirmou a importância da massa trabalhadora na defesa do governador e da continuação do seu mandato voltado para os movimentos populares (TENÓRIO, 2007, p. 207). Claro que entre o início da crise no PCB e o governo de Muniz Falcão, muita coisa aconteceu, dentre elas um intenso e famoso tiroteio na Assembleia Legislativa Estadual, causado pelas oposições e apoiadores do impeachment.

Poderíamos traçar mais panoramas sobre a ligação do PCB com políticos que eram próximos aos trabalhadores, mas essas breves considerações nos ajudam a compreender o cenário o qual os comunistas e seu jornal estiveram inseridos: cheio de perseguições as camadas populares, as ideias progressistas e ao PCB, que representava uma ameaça aos setores mais abastados de Alagoas. Mas quais seriam essas ideias? Como elas se materializavam no

periódico *A Voz do Povo*? Essas ideias eram realmente perigosas? Somente a análise do jornal nos mostrará os pensamentos e discursos dos comunistas alagoanos e nos dará o poder de fazer uma comparação entre os demais discursos presentes nos capítulos anteriores.

O jornal *A Voz do Povo* e seu discurso voltado aos trabalhadores

Diferentemente dos outros jornais analisados, este jornal possuía uma proposta voltada aos trabalhadores e os setores mais humildes de Alagoas. Durante a década de 1960, foram várias as notícias exaltando as dificuldades que algumas cidades do estado passavam em decorrência da falta de investimentos no setor trabalhista. Sempre que possível, as páginas jornalísticas citavam figuras de destaque na sociedade brasileira que eram favoráveis as causas dos trabalhadores, como forma de reforçar ainda mais o posicionamento do jornal e do partido.

Os trabalhadores de Alagoas, durante o início da década de 1960, estavam presenciando um período de intensos embates políticos e sociais. Grande parte da massa operária estava fortemente ligada ao PCB alagoano, seja de forma oficial ou não e significou uma forte oposição ao então governador do Estado, Luiz Cavalcante, político da União Democrática Nacional, e aos setores igualmente conservadores da sociedade alagoana. Assim como os trabalhadores de todo o Brasil, os alagoanos passaram a representar uma forte presença política, assumindo certo protagonismo no cenário local, quando em setores da economia de Alagoas como a indústria têxtil, petroquímica e os trabalhadores dos portos, os trabalhadores tiveram papéis importantes nas lutas em defesa das reformas de base.

Em 1963, trabalhadores alagoanos viveram intensas lutas sociais e políticas na zona rural, onde os comunistas, o governo estadual e a Igreja Católica disputaram o controle dos Sindicatos Rurais no interior do Estado (COSTA, 2013, p. 91). Os fortes embates entre o PCB e elites se acirram, enquanto a atividade dos trabalhadores urbanos crescia, no contexto das reformas de base propostas por João Goulart (COSTA, 2013, p. 91). Os meses de junho e julho daquele ano foram os mais intensos com greves de vários setores, momento em que os trabalhadores reivindicavam melhores salários ao governador.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi um grande articulador das ações dos trabalhadores, não somente em Alagoas, mas no Brasil inteiro. Uma grande ação do CGT foi a de unir os vários setores do trabalho, visando, dentre outras coisas, a ampliação das conquistas dos operários e interferência dos sindicatos nas decisões políticas relacionadas à classe, fazendo

com que os trabalhadores fossem melhor representados nas decisões burocráticas relacionadas aos seus trabalhos.

O CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo era não apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil. (NEGRO; SILVA, 2003, p. 72).

Além das campanhas, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o CGT também teve papel decisivo no movimento que aprovou a investida de Jango ao cargo de presidente da República e na luta pela retomada dos poderes presidenciais de João Goulart. É interessante destacar dois pontos importantes. Primeiro, em 1961 o governador Luiz Cavalcante tomou posição oposta a posse de Goulart, contrariando algumas lideranças estudantis e sindicais de Alagoas. Segundo, dois anos depois, Cavalcante juntamente com os trabalhadores e o PCB manifestaram-se favoráveis ao plebiscito que restaurou os poderes presidenciais de João Goulart, mas isso se tratava de uma estratégia de tentativa de obtenção de poder, já que Luiz Cavalcante, como uma grande parcela da UDN no resto do país, apostava na necessidade de restaurar o presidencialismo para que, nas eleições de 1965, tentassem repetir o êxito eleitoral de Jânio Quadros em 1960 (COSTA, 2013, p. 7).

Não é de se estranhar a presença do CGT nos grandes acontecimentos do início dos anos 1960. Para Lucília Delgado, aquela organização surgiu num contexto repleto de acontecimentos que demandavam uma entidade que estivesse ligada fortemente aos trabalhadores.

O CGT surge como fruto de uma conjuntura de grande instabilidade política e social, caracterizada por amplas mobilizações populares e por propostas de modificações profundas na estrutura política e econômica do país. Decorreu também do processo anterior de luta sindical desenvolvido pelos trabalhadores das mais diferentes categorias profissionais desde a década de 40. Os obstáculos à formação e sedimentação do CGT junto aos trabalhadores são diversos, não apenas advindos de sua limitação legal, como também provenientes da forma de atuação das lideranças. (DELGADO, 1986, p. 39-40).

Um exemplo da ação do CGT, em Alagoas, está em um noticiário do dia 29 de setembro de 1963, onde os comunistas narraram as causas das diversas greves dos trabalhadores que estavam acontecendo por todo o Estado. Para eles, a paralisação dos operários dos portos e de outras categorias estava relacionada à elevação do custo de vida, que trouxe como consequência o aumento de vários produtos essenciais, como o “arroz, açúcar, xarque (sic), manteiga, leite,

roupas e calçados” (A VOZ DO POVO, 29.09.1963, p. 3). Esse aumento teve como consequência greves que, segundo o jornal, estava ligado a alguns setores que exploravam os operários.

São as greves, portanto consequência da situação anormal que atravessamos. Valem-se os trabalhadores deste direito líquido para quebrar a resistência de seus exploradores e vêm obtendo significativas vitórias, embora representem meros paliativos logo cêdo anulados pela corrosão inflacionária. São êxito, porém, que, por outro lado, estimulam e fortalecem a unidade sindical e conscientizam mesmo a ínfima minoria refratária, influenciada por setores religiosos da reação que fazem a indústria do anticomunismo, fonte de degradação mas de enriquecimento fácil, como é o exemplo de conhecimento renegados vendidos e ligados ao Ibad. Nada, entretanto, tem podido amolecer o ânimo e a homogeneidade da classe operária, comandada sabiamente pelo CGT. (A VOZ DO POVO, 29.09.1963, p. 3).

E continuaram

Perceberam já que a sociedade ideal será aquela que opere a supressão radical da exploração do homem pelo homem e dos desumanos privilégios da burguesia (...). Subversivos, isto sim, são os cruéis barões do latifúndio. Os capitalistas sem entranhas. Os desprezíveis agentes dos trustes imperialistas. Os governos truculentos e fascistizoides que insistem em querer fazer da questão social “um caso de polícia”. Subversivos e exclusivos responsáveis pelo estado de miséria em que vive mergulhado o povo brasileiro (A VOZ DO POVO, 29.09.1963, p. 3).

Os militares também foram mencionados como um obstáculo aos trabalhadores. Basicamente, os comunistas possuíam um amplo senso daqueles que eram contrários aos operários de Alagoas, fato que reforça a dedicação dos jornalistas em apoiar as massas e os conduzirem para as melhorias desejadas.

Por exemplo, em uma edição de 21 de abril de 1963, os redatores questionaram a falta de “fiscalização trabalhista” em Penedo (A VOZ DO POVO, 21.04.1963, p. 1). Em nota, os comunistas alegaram que o general Amaury Kruel era um golpista que estava tentando desfazer o trabalho que o padre Alípio de Freitas fez com os camponeses. Freitas foi um padre português conhecido como um religioso revolucionário, seguiu algumas das recomendações do Concílio do Vaticano II com a aproximação com os mais pobres e trabalhadores do campo. Diego Pacheco e Tiago João José Alves, em um artigo intitulado “*Um padre e a revolução: uma conversa com o século XX*”, narraram algumas considerações sobre Alípio durante sua passagem pelo Brasil:

rompeu com a hierarquia da Igreja e empenhou-se na candidatura de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. Nas andanças pelo Brasil, passou pelas favelas cariocas e pelas prisões políticas antes mesmo da ditadura. No movimento camponês conheceu Francisco Julião e junto com ele fundou as Ligas Camponesas. Em Santa Catarina, palestrou em diversas cidades nos meses que antecederam o Golpe Civil e Militar de 1964, onde, junto com o deputado Paulo Stuart Wright e a Frente de Mobilização Popular, difundiu a necessidade das reformas estruturais do Estado brasileiro. (PACHECO; ALVES, 2017, p. 184)

Então, para os comunistas, um padre que fazia parte de uma instituição que os criticavam, ia de contra a tudo que a Igreja católica, principalmente a alagoana, promovia, já que a quebra da hierarquia e a aproximação com as ligas camponesas no Nordeste era uma das motivações que os religiosos alagoanos usavam para combater o comunismo no Estado. Isso se configura em mais um exemplo de como a Igreja Católica não era totalmente conservadora, já que existiam vários grupos e religiosos que possuíam pensamentos diferentes dos grupos anticomunistas.

Outrossim, os comunistas elogiavam o padre, pois, deixou de lado sua nacionalidade portuguesa e naturalizou-se como brasileiro, fato este que para os redatores é motivo de “honra para o Brasil (A VOZ DO POVO, 21.04.1963, p. 1). Por ser um sacerdote simpatizante com os setores mais progressistas brasileiros, logo causou *frisson* nos setores dominantes do país. Em estudo realizado sobre a presença do padre Alípio em Estância, interior de Sergipe, Railton Souza Santos nos explicou que

É oportuno observar a reação provocada pela presença do referido padre em Sergipe. Um exemplo disso é a atitude do presidente da Associação Sergipana de Imprensa, Milton Filho, em uma nota publicada pelo jornal *Fôlha de Lagarto*, em outubro de 1963, em que coloca-se totalmente contra a presença do padre Alípio de Freitas em Sergipe. Na tentativa de desqualificá-lo, o apresenta com um ser extremamente subversivo, comunista perigoso. “Deixa de ser, assim, um real sacerdote de Igreja Católica e com as suas pregações subversivas, pode e deve ser taxado de Sacerdote do Diabo”. (SANTOS, 2019, p. 6)

Em Sergipe, assim como em Alagoas, também existiram ataques aos comunistas, ou, pelo menos a aqueles que eram vistos como comunistas. Além das figuras religiosas como Alípio, algumas autoridades políticas também foram perseguidas. Rosana Oliveira da Silva pontuou que existiram alguns conflitos internos dentro da Igreja naquele estado que acirravam os desentendimentos entre as partes conservadores e progressistas (SILVA, 2018, p. 18).

Alípio era visto por uns como o protetor dos trabalhadores e mais pobres e, por outro, como sacerdote subversivo, que não fazia jus a sua instituição, sendo ligada a figura do diabo. Os comunistas alagoanos sabiam das dificuldades que era ser apoiador dos trabalhadores. O próprio Jayme Miranda participou de alguns movimentos operários em Alagoas, então, seria muito importante prestar apoio as personalidades que possuíam ideais parecidos, já que havia setores religiosos, empresariais e militares fortalecidos e que eram desfavoráveis aos pensamentos comunistas que necessitavam de uma frente forte para lhes fazer oposição.

Como forma de ajudar ainda mais os trabalhadores, o jornal *A Voz do Povo* também recorreu à principal figura defensora dos trabalhadores: o presidente João Goulart - bem-visto

por parte dos comunistas e mal-visto pela direita nacional. Em uma edição de 4 de agosto de 1963, os jornalistas publicaram uma nota em que os trabalhadores petrolíferos de Alagoas cobravam do Governo Federal algumas melhorias para as suas atividades. Para a categoria, a visita de Jango ao Nordeste e suas lutas em prol das reformas de base eram fundamentais no combate a “carestia de vida” e para a “consolidação das liberdades democráticas” da região (*A VOZ DO POVO*, 04.08.1963, p. 3).

A categoria de trabalhadores do petróleo em Alagoas estava passando por dificuldades ainda durante o governo de Luiz Cavalcante, governador conhecido por usar a força do Estado para reprimir fortemente os operários de vários setores.

Os trabalhadores alagoanos, estando formalmente ligados ao PCB ou não, viveram um período de intensa atividade no início da década de 1960 depois de vivenciarem conquistas importantes no tocante a direitos trabalhistas na década anterior. Organizados em sindicatos, tornaram-se um obstáculo para o governador Luiz Cavalcante, assim como para o bloco político que este último representava. Em consonância com a mobilização dos trabalhadores do resto do país, os trabalhadores alagoanos exerciam um protagonismo cada vez maior nos destinos políticos e sociais daquele período (COSTA, 2013, p. 82).

Esse fato nos mostra quão profunda era a relação do PCB com os trabalhadores rurais e urbanos, sendo que a precariedade nas condições de trabalho e de vida, foi um dos fatores em comum entre os trabalhadores em petróleo e os do campo. Mas foi a zona rural que se destacou com mais frequência nas páginas do periódico. Por exemplo, em uma edição de 18 de agosto de 1963, os comunistas lançaram uma notícia com a seguinte manchete: “Os comunistas e as reformas de base” onde deram destaque para a “reforma agrária e medidas parciais em benefício dos camponeses”. (*A VOZ DO POVO*, 18.08.1963, p. 3). Para os redatores, somente a realização de uma reforma agrária completa promoveria o desenvolvimento da vida econômica dos trabalhadores rurais.

A reforma agrária tem como objetivo fundamental de eliminação do latifúndio e o fortalecimento da economia camponêsa, sob formas individuais ou associadas, bem como iniciar o estabelecimento da propriedade estatal na agricultura, tornando dêsse modo a terra acessível a todos os que nela trabalham, em particular os camponeses sem terra ou com pouca terra. Somente uma reforma agrária radical poderá eliminar os entraves no desenvolvimento das forças produtivas no campo, aumentar rapidamente a produção de alimentos e matérias-primas e criar condições para a elevação da produtividade da agricultura, a melhoria do nível de vida das massas camponesas e a expansão do mercado interno (*A VOZ DO POVO*, 18.08.1963, p. 1).

Esse pensamento conflitava com os do governador Luiz Cavalcante. Embora em seu governo tivessem ocorrido movimentos que beneficiaram alguns grupos rurais, como o projeto de assentamento de famílias de trabalhadores rurais nos municípios de Maceió e Rio Largo

(MEDEIROS, 2007, p. 137), sua gestão foi contrária as posições mais radicais dos grupos da esquerda, como essa posição adotada pelo PCB.

Com seu discurso e práticas acerca da reforma agrária Luiz Cavalcante atacava em cheio o governo federal ao transmitir à opinião pública a ideia de que a realização da reforma agrária não seria um problema, nem seu governo se opunha à mesma. O problema estaria colocado na maneira como o governo Goulart pretendia realizá-la, de forma radical e fora da lei. A preocupação de Luiz Cavalcante com a reforma agrária advinha sobretudo da necessidade de controle sobre o movimento social do campo. (MEDEIROS, 2007, p. 137)

As ações de Cavalcante em repassar terras para família na zona rural podem ser vistas com uma forma de controle social, tal como fazia a Igreja Católica ao inserir seus contingentes cristãos no campo para fazer oposição ao avanço do comunismo. As complicações sociais na zona rural no Nordeste, certamente, foram percebidas pelo governador que reconhecia a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas que dela decorriam, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual (COSTA, 2011, p. 241). Costa vê outra tática do governo, que, ao distribuir estrategicamente as terras

Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana. Seguindo o mesmo princípio de controle o governo incentivou a organização de sindicatos rurais que poderiam, caso fossem de alguma forma controlados, representar uma alternativa às Ligas Camponesas que ganhavam projeção em estados vizinhos como Pernambuco. (COSTA, 2011, p. 241-242).

As estratégias do governador foram duas, pois, ao mesmo tempo em que repassa alguma terra as famílias como forma de obter apoio político e não desgastar sua imagem frente as camadas mais populares, também era rígido quanto a uma reforma agrária radical, como propunha os comunistas e era desfavorável ao modelo reformista proposto por Goulart. Dessa forma, Luiz Cavalcante angariava também o apoio das elites ligadas a produção da cana-de-açúcar que via suas terras salvas, e, assim, ganhava apoio político de partes de grupos diferentes, porém importantes naquele momento.

Não obstante, Cavalcante também foi acusado de estar ligado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Os comunistas, em mensagem para o presidente Jango, exaltaram que

Em nome dos trabalhadores e Alagoas, representando 21 sindicatos, reivindicam do presidente da República, o aparelhamento urgente da Delegacia Regional do Trabalho, colocando-se à sua frente homens identificados com os problemas dos trabalhadores, apoio decisivo do Governo da União para a Sindicalização Rural no

Estado de Alagoas, reprimido policialmente por um governo IBADIANO e revisão urgente dos níveis de salário mínimo na região. (*A VOZ DO POVO*, 04.08.1963, p. 3).

Para Dreifuss, o IBAD foi um centro político estratégico formado por grupos empresariais e associações de classe

sob uma liderança sincronizada comum formulando "um plano geral", a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica, multifacetada contra o bloco histórico-populista. (DREIFUSS, 1987, p. 229)

Dessa forma, a estratégia do PCB alagoana era demonstrar que entendiam como operava a relação entre o IBAD, governantes e elites econômicas locais, para, dessa forma, buscar melhores entendimentos e formas de combater essa união por meio do seu jornal e uma possível aliança como o Governo Federal. O modo pelo qual Luiz Cavalcante agia com as famílias as quais repassava as terras, e sua posição contrária à reforma agrária, não era por acaso, mas sim, uma forma de integração com os pensamentos do IBAD. Para Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, o IBAD

por meio de sua revista e de outros meios de comunicação, divulgava mensagens fortemente anticomunistas, criticando também a atitude moderada da imprensa contra o “esquerdismo”, (...). O IBAD agiria em conjunto como Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, praticamente desde a sua fundação, em novembro de 1961, com ramificações pelo território nacional, entre setores empresariais, políticos e militares. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 67)

Outrossim, em uma nota jornalística do dia 8 de setembro de 1963, foi analisada a insatisfação dos comunistas e do vereador Jorge Lamenha em relação as ações do IBAD e do governador Luiz Cavalcante.

O vereador Jorge Lamenha criticou veementemente o IBAD, afirmando que o mesmo não passa de uma máquina de corrupção que operando em nosso país, se caracteriza por sua atuação anti-comunista e anti-democrática. Acusou como representante do IBAD em Alagoas o governador Luiz Cavalcante, que com o dinheiro recebido financia policiais e capangas para usá-los como instrumento de opressão, como demonstra a prisão (...). E frisou, que “este órgão que não é nem brasileiro nem democrático, e sim dos monopólios norte-americanos, corrompe não só elementos de altos postos políticos como também a uma minoria estudante, de caráter anti-comunista, anti-democrática e divisionista”. (*A VOZ DO POVO*, 08.09.1963, p. 1).

Os comunistas também criticavam a forma como o governador repassavam as terras para as famílias. Eles viam essa ação, como uma forma apenas de colonizar as terras, e não de propor algo mais profundo e permanente. As terras repassadas eram públicas e não propriedades

privadas que não possuíam mais serventia para seus proprietários e por isso caíram na improdutividade. Nesse caso, para os redatores, seria preciso

Iniciar a reforma pelas áreas mais próximas dos centros urbanos e das principais vias de comunicação, onde a maioria das terras já se acham apropriadas, mal aproveitadas ou exploradas em condições de baixa produtividade. Quanto as terras de domínio público, aquelas que forem efetivamente cultivadas por posseiros, devem ser entregues gratuitamente a êstes e expedidos seus títulos de propriedade no mais breve prazo. (A VOZ DO POVO, 04.08.1963, p. 1).

Por outro lado, os comunistas também não eram totalmente favoráveis as ações ou futuras ações de João Goulart. Apesar de lançarem uma notícia solicitando que o presidente ajudasse os trabalhadores alagoanos, os redatores também criticaram a aproximação de Jango com alguns setores mais conservadores e que eram contra as ideias do PCB. Essa posição ficou ainda mais explícita em um noticiário de 29 de setembro de 1963, onde a coluna “Alertar as Ações Populares” acusou que algumas ações do governo federal precipitaram algumas crises no movimento sindical alagoano.

Esganam-se os arautos da reação repressora contra o movimento sindical operário-camponês empenhado nas lutas salariais contra a inflação esfomeadora. Deitam falação contra as entidades representativas dos trabalhadores, dos estudantes, dos nacionalistas e democratas como o C.G.T, a U.N.E, F.P.N. Berram punição máxima para os revoltosos manifestantes de Brasília. Flagra-se o “complot” terrorista do IBAD montado em São Pulo e Guanabara com ramificações para todo o país. Apesar das confissões abertas e medidas punitivas dos governantes a serviço do imperialismo como Ademar de Barros, Lacerda, Virgílio Távora e Luiz Cavalcanti, o Presidente João Goulart vacila e concilia como os jurados inimigos dos trabalhadores e da causa da democracia e da emancipação nacional. (A VOZ DO POVO, 29.09.1963, p.1).

Assim, podemos perceber que o PCB alagoano criticava a ambiguidade das ações de Jango, que ora era visto como um político que poderia conduzir os trabalhadores do campo para a tão sonhada reforma agrária e conseqüentemente para o melhoramento da renda e qualidade de vida, ora era visto como aquele que fazia pactos com outros políticos que eram contrários a realização da reforma agrária, inclusive aquela pensada pelo presidente e criticada por Luiz Cavalcante, governador aliado dos setores mais conservadores de Alagoas e inimigo dos comunistas.

Outrossim, as intenções dos comunistas era a de inserir cada vez mais os trabalhadores como agentes do desenvolvimento no Estado de Alagoas e transformá-los em modelos de ação consciente no Nordeste e no resto do Brasil. O título de uma notícia intitulado “Política de Desenvolvimento do Nordeste” anunciou que

Tendo em vista as desigualdades regionais do desenvolvimento econômico e social e, em particular, a gravidade da situação do Nordeste, é necessário empreender um

programa efetivo para a solução desse problema de interesse nacional. O programa de desenvolvimento do Nordeste deve ser orientado no sentido de fixar os camponeses nordestinos nas zonas úmidas e férteis, inclusive nas bacias beneficiadas pela açudagem, através da reforma agrária, e de promover a industrialização da região com base em recursos nacionais, mediante a iniciativa e apoio da União. (*A VOZ DO POVO*, 18.08.1963, p. 2).

O subdesenvolvimento do Nordeste constitui num problema ao desenvolvimento do Brasil desde o século XX até os dias atuais. Ao longo das décadas, vários planos para o desenvolvimento da região foram traçados, sendo que foram criadas várias políticas que visavam diminuir as desigualdades da região. Na década de 1950, com forte crescimento da indústria brasileira no Centro-sul, surgiu, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (CAVALCANTE; FEITOSA, 2019, p. 230), cujo objetivo era o de identificar os problemas que travavam o desenvolvimento social e econômico da região. O grupo foi criado, em caráter de urgência, pelo Governo Federal e liderado por Celso Furtado, que fazia parte da diretoria do BNDE, para sistematizar uma estratégia de ataque à problemática questão regional (GUMIERO, 2014, p. 10). Furtado foi um grande economista que se dedicou, dentre outras coisas, a compreender como acontece o desenvolvimento de países e regiões enquanto outros permanecem no subdesenvolvimento.

Para Celso Furtado, o sistema de desenvolvimento econômico constitui num processo de integração e reprodução de novas técnicas que poderiam influenciar nas formas pelas quais seriam feitas modificações nas estruturas relacionadas ao sistema de produção e distribuição. Para Furtado, “o desenvolvimento econômico é o processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte a uma dada sociedade” (FURTADO, 1964, p. 61)

O relatório desenvolvido pelo GTDN identificou que existia um desenvolvimento acelerado do Centro-Sul enquanto o Nordeste andava a passos lentos, causado disparidades entre renda e bem-estar entre ambas as regiões. Outro problema estava quanto à absorção de mercadorias. Segundo o relatório, o Nordeste consistia num mercado de maiores proporções para o Centro-Sul; em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra (GTDN, 1959, p. 25).

Dentre outras soluções para o avanço da economia do Nordeste, o GTDN propôs a criação de uma autarquia diretamente ligada à Presidência da República, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para, deste modo, auxiliar no desenvolvimento industrial com integração ao mercado nacional e levar novas tecnologias que contribuiriam para o melhoramento da indústria, gerando competitividade com o Centro-Sul. É

interessante analisar que, antes do surgimento da SUDENE, já existia uma instituição que colaborava para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste (BNB) que foi criado por Lei Federal em 1952, apesar de sua importância, prestou, a princípio, nos limites geográficos da seca, assistência na forma dos instrumentos estabelecidos para a política de crédito. (CAVALCANTE; FEITOSA, 2019, p. 230)

Diante do quadro de baixo desenvolvimento industrial e da concentração de renda nas mãos de proprietários de terras ligados ao negócio açucareiro, seriam necessários investimentos para elevar o nível de renda regional e promover a diversificação da produção agrícola nordestina, a fim de gerar empregos e condições propícias para o bem-estar da região. Para Rafael Gumiero, ao longo das décadas de 1950 e 1960, vários “Planos Diretores” foram traçados para avaliar e buscar soluções para o problema do Nordeste, que iam desde projetos de infraestrutura até planos para o desenvolvimento da saúde e educação (GUMIERO, 2014, p. 13-14)

A partir de 1964, em decorrência do golpe civil e militar, a SUDENE foi anexada ao Ministério do Interior, sendo seus recursos e ações enfraquecidos afastando-se do modelo proposto por Celso Furtado com a centralização de poderes nas mãos da Presidência da República (COLOMBO, 2013, p. 155). A violência desencadeada pelo golpe de estado contribuiu para que o idealizador da SUDENE saísse do Brasil.

Por outro lado, os enfrentamentos entre comunistas e políticos conservadores subiram de nível, já que as agressões aos trabalhadores do campo em Alagoas começaram a ficar mais evidentes. O jornal *A Voz do Povo* passou a publicar uma série de noticiários nos quais foram denunciados os ataques a José Pedro de Lima, “líder camponês” e “Presidente do Sindicato Rural de União dos Palmares e Santana do Mundaú” (*A VOZ DO POVO*, 04.08.1963, p. 3). O espancamento aconteceu momentos antes de uma reunião oficial do “Serviço de Orientação Rural (SORAL). O SORAL foi fundamental na sindicalização no estado e de formação de lideranças rurais (MEDEIROS, 2007, p. 99), além de realizar a educação do trabalhador rural alagoano, a liderança sindical, que deveria aprender ideias cooperativistas nem como entender a dinâmica das concepções políticas do PCB e das Ligas Camponesas (COSTA, 2013, p. 25.)

Na nota é denunciado um político udenista por participar de tal ato de violência. Em uma nota intitulada “Trabalhadores protestam contra espancamento do Líder Sindical” foi noticiado que

O bárbaro espancamento, lamentavelmente foi comandado por um Deputado Estadual, o Sr Antonio Gomes de Barros, que assim age contra as garantias

individuais, denegrindo o mandato que lhe confiou o povo e os camponeses de União dos Palmares. Solidarizando-se com o companheiro espancado, os dirigentes das Entidades abaixo nomeadas, conclamam os estudantes, os trabalhadores e o povo da brava terra alagoana, cerrarem fileiras em defesa do direito de sindicalização rural e pela Reforma Agrária a fim de que nossa Pátria conquiste a sua emancipação econômica, livre dos grilhões dos latifundiários, espancadores e falsos políticos, traidores dos mandatos pela vontade do povo.

Sindicato dos Traba. da Ind. do Açúcar. Est. de Alagoas – Antônio Vitorino da Silva, Presidente.

Pelo C.C.T. – Alan Rodrigues Santos

Sind. Cond. Veic. Rod. – Rubens Colaço Rodrigues, Presidente.

Sind. de I. de saúde – João Araújo, Presidente.

Sindicato do Petróleo – José Gonçalves Lima.

Sindicato Ferroviários – José Gomes da Silva.

Sindicato de Fernão Velho – José Conrado Alves. (*A VOZ DO POVO*, 04.08.1963, p. 3).

Simultaneamente a esse acontecimento, Alagoas estava vivenciando uma grave onda de greves em alguns setores importantes da economia que, insatisfeitos, se manifestaram em favor de melhorias e lançaram contra o governo Estadual.

Entre os meses de junho e agosto de 1963, os trabalhadores do Porto de Maceió, protagonizaram uma das mobilizações mais significativas do período. Em 07 de junho, os portuários alagoanos deflagraram uma greve em face da negativa do governador em atender suas reivindicações de aumento de salário entre outros benefícios. (COSTA, 2013, p. 9)

Em noticiário de 18 de agosto de 1963, em Maceió, durante a greve dos portuários, houve forte embate entre as forças de segurança do Estado e os operários, que mesmo com a repressão, se mantiveram firme nos seus protestos. Na ocasião, a polícia alagoana usou “fuzis e metralhadoras” para afugentar os grevistas que ali se encontravam. Os comunistas do PCB saíram em defesa dos trabalhadores, e utilizaram seu periódico para denunciar à população as atrocidades vivenciadas pelos operários. (*A VOZ DO POVO*, 18.08.1963, p. 1).

Em 1964, as greves e os discursos em defesa dos trabalhadores continuaram. Em um noticiário do dia 18 de janeiro daquele ano, os comunistas destacaram algumas vitórias e inícios de movimentos de trabalhadores insatisfeitos com seus salários. Na nota, foi destacada a greve de mais de “50 mil camponeses” alagoanos que buscavam o pagamento do 13º salário e eram explorados por seus patrões. O CGT esteve diretamente ligado aos movimentos dos trabalhadores durante o evento, além de criticar o governo estadual de ser o responsável pela situação dos operários. A nota relatou que a movimentação da

(...) Federação dos Trabalhadores Rurais de Alagoas, ao lado do CGT a fim de exigirem dos patrões o pagamento do 13º mês aos trabalhadores rurais que nenhuma usina de ALAGOAS pagou. (...). Mais de 50 mil camponeses agrícolas, verdadeiros escravos de usineiros e latifundiários irão à greve para receberem o 13º mês se salários e o pagamento do salário mínimo que não vem efetuando graças à inércia da Delegacia

do Trabalho e às violências policiais que são praticadas contra os camponeses (...). O governador Luiz Cavalcante será o responsável pela vida dos camponeses, uma vez que os latifundiários irão sem dúvida procurar massacrar mais uma vez (...) (A VOZ DO POVO, 18.01.1964, p.1).

Durante aquele ano, além dos trabalhadores rurais, também houve greves iniciadas pelos trabalhadores em combustíveis e, em poucos dias, o movimento passou a contar com o apoio do CGT e de alguns sindicatos, como por exemplo, o dos Trabalhadores do Petróleo e o dos Jornalistas (COSTA, 2013, p. 14). As questões relacionadas ao petróleo brasileiro e sua exploração pelas indústrias internacionais eram bastante evidentes, principalmente, a partir do governo de João Goulart. Moniz Bandeira nos relatou que uma das grandes estratégias do governo de Jango foi a aproximação de forma mais efetiva com os trabalhadores, inclusive, aqueles ligados ao setor de combustíveis e demais trabalhadores urbanos e rurais, “segmentos das classes médias e setores frágeis e descontentes da burguesia nacional, que rezingavam contra o capital estrangeiro” (...) (BANDEIRA, 1977, p. 148).

O descontentamento de Goulart e dos trabalhadores com a exploração do capital estrangeiro, em particular o norte-americano, resultou numa série de medidas que beneficiou a Petrobrás, que passou a deter “o monopólio das importações de petróleo” que eram dominadas pelas grandes corporações americanas “que transferiam recursos do país para o exterior” (BANDEIRA, 1977, p. 149). Esses e outros acontecimentos causaram revoltas nos trabalhadores alagoanos que lançaram greve contra os interesses estrangeiros.

A greve dos trabalhadores em óleos, minerais, combustíveis das distribuidoras, concessionárias dos trustes norte-americano da Atlantic, Texaco, Shell, Standard et caterva, pendurou durante nove dias consecutivos de brava resistência até terminar vitoriosamente sexta-feira última com a conquista das justas reivindicações levantadas contra a espoliação das agências imperialistas. (...) Em nosso Estado, apesar das intimidações da polícia do governo a serviço dos trustes e da capitulação vergonhosa do agente da Atlantic diante da repressão policial que tentou no penúltimo dia da greve, expor a vida da população nos arredores dos tanques abertos sob coação por pessoas não especializadas, os grevistas não cederam coesonados em seu sindicato até receberem a notícia da vitória das suas reivindicações mais sentidas. (A VOZ DO POVO, 18.01.1964, p. 1).

Nota-se que os comunistas ligaram a exploração das empresas petrolíferas a dois agentes do estado de Alagoas: o governo e a polícia. O primeiro, representado por Luiz Cavalcante, sempre foi descrito pelo jornal como um agente do IBAD a serviço dos americanos, e o segundo, como a força repressora que atacavam os trabalhadores a pedido do governo do Estado.

O início de março de 1964 foi assustador para aqueles que zelam pela democracia como elemento essencial para todos. Costumamos ler, ouvir e assistir bastante conteúdo sobre como

os militares amparados pelos civis, sejam empresários, religiosos e até estrangeiros que planejaram e colocaram em prática um plano golpista. No entanto, os comunistas desconfiaram que não somente a direita nacional tinha mentalidade golpista naquele momento. O próprio PCB alagoano não descartava a possibilidade de que Jango poderia estar tramando um golpe sem a participação do povo. Pouco depois do Comício da Central do Brasil, um dos últimos atos públicos democráticos de Jango, onde ele chamou a atenção da direita nacional ao tocar em assuntos sensíveis, como a aprovação das reformas de base.

Nestes últimos dias os boateiros apareceram com a novidade velhíssima de que o presidente João Goulart iria dar um golpe na ocasião da realização do comício da última sexta-feira. Sem dúvida nenhuma, quem gostaria de dar um golpe seriam os velhos golpistas, a começar por Lacerda, Armando Falcão e outros animais. Mas se Jango tiver com a mosca azul do golpe, pior para ele, porque a classe operária, os camponeses e toda as demais forças progressistas da Nação não podem permitir quartelada de quem que seja, sem a participação do povo. (*A VOZ DO POVO*, 15.03.1964, p. 1).

Representantes do PCB, CGT e outras organizações mal-vistas pelos conservadores estiveram presentes no comício em apoio ao presidente.

Em seu discurso, Jango criticou a “indústria do anticomunismo” e a campanha movida pelos autointitulados “democratas”, contrários à participação popular nas decisões do país, e afirmou a necessidade de ampliação da democracia, com a elegibilidade de todos os alistáveis – analfabetos e subalternos militares incluídos –, discretamente denotando seu compromisso em legalizar o PCB novamente. (MELO, 2014, p. 2)

No final, os militares foram os golpistas. Sob o véu do anticomunismo, eles iniciaram o golpe em 31 de março e concretizado em 1º de abril de 1964. As edições disponíveis no Arquivo Público são poucas, sendo que a de 15 de março de 1964 foi a única daquele mês. Não sabemos o motivo da ausência das demais edições, porém, a página digital do Arquivo Nacional expôs que “Sua última edição foi publicada em 1º de abril de 1964 quando ocorreu o empastelamento do jornal e a queima dos seus exemplares por forças policiais e/ou paramilitares”. Sendo que “O acervo foi recolhido pelo antigo diretor do Arquivo Público de Alagoas, Prof. Moacir Medeiros de Santana, que evitou que fossem queimados os exemplares apreendidos pela DOPSE-AL após o fechamento/empastelamento da redação desse jornal em 1964.” (ARQUIVO NACIONAL, s/d).

Os comunistas cumpriram a missão de defender os trabalhadores do campo e das cidades, promovendo sua organização, denunciando as irresponsabilidades dos seus patrões quanto ao não cumprimento dos seus deveres. Os trabalhadores, uma classe tão cara aos progressistas e tão subestimada pelos conservadores, foram amplamente comentados nas

páginas do periódico na década de 1960. Nesse mesmo período, foi notória também a imagem de Luiz Cavalcante, ora contra ora favorável aos operários como forma de estratégia política. Ao apoiar as forças regionais nos eventos anteriores e posteriores ao golpe, confirmou sua posição contrária a João Goulart, cujo projeto reformista o incomodava.

CONCLUSÃO

Encerrando essa dissertação, acreditamos ter alcançado o objetivo de narrar alguns momentos da luta política em Alagoas, buscando evidenciar as estratégias, ações e pensamentos de alguns setores conservadores da sociedade alagoana, pautadas no discurso anticomunista, em disputa com o discurso dos próprios comunistas. As classes sociais possuíam posições que divergiam entre si, proporcionando debates políticos e ideológicos no Estado.

O anticomunismo produzido pelos setores conservadores da sociedade brasileira terminou em várias tentativas de golpes contra as instituições democráticas do Brasil, sendo que, em determinados momentos, como em março de 1964, essas tentativas se converteram em movimentos que derrubaram governos e colocaram fim nos períodos de democracia, trazendo tempos difíceis, no tocante às questões sociais.

O posicionamento da Igreja Católica nos acontecimentos posteriores ao golpe militar de 1964 não podem ser pensados sem levar em consideração suas atitudes anteriores, cujas atitudes políticas na ação social católica e na criação de discursos anticomunistas institucionais contribuíram para o engajamento de boa parte da população conservadora que viam ameaças nos governos progressistas, especialmente o de João Goulart. A mesma coisa aconteceu com a imprensa, que desenvolveu seus discursos anticomunistas também com base em seus posicionamentos políticos, sociais e econômicos também se converteram em ameaças aos momentos democráticos.

O tema do anticomunismo em Alagoas, ainda que tenha avançado muito, ainda precisa se desenvolver mais e ser mais bem explorado, visto que ainda existem muitas fontes históricas de vários períodos diferentes a serem analisadas, visando a produção de mais trabalhos acadêmicos. Através dessas análises, novas visões e novas metodologias poderão ser aplicadas com a intenção de produzir mais conteúdos sobre a temática.

Fazer um trabalho com esse objeto é delicado e, ao mesmo tempo, prazeroso, pois temos o cuidado social de produzir um texto que narra os acontecimentos e disputas em determinados tempos históricos que muitos terão acesso, também existe a satisfação de fazer parte daqueles que estudam e escrevem sobre Alagoas e seus acontecimentos dentro da história. O trabalho como um todo tem um peso social pensado de forma coletiva.

Foi durante a graduação no curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, em Palmeira dos Índios que esse tema ganhou força, enquanto na UFS, durante o curso de mestrado durante as orientações, o objeto ficou ainda mais interessante de se trabalhar, resultando num

trabalho de monografia e na presente dissertação. Ambas as instituições, através dos seus professores, contribuíram para meu desenvolvimento como ser humano e pesquisador, reforçando ainda mais a responsabilidade social de escrever sobre o tema.

Ao longo do texto, desenvolvemos argumentos que explicaram modos pelos quais partes da Igreja Católica e do empresariado alagoano construíram seu anticomunismo e o utilizaram para aguçar as lutas sociais no Estado. Partindo do contexto os qual estiveram inseridos, como a guerra fria e seus desdobramentos pelo mundo, ambos os setores se alinharam ideologicamente com outros círculos sociais civis e militares que foram responsáveis por movimentos autoritários e antidemocráticos.

O anticomunismo institucional contribuiu para o alastramento e incorporação de um imaginário pela sociedade que proporcionou, diante de uma suposta ameaça comunista mundial, um acolhimento positivo das ideias dos grupos. Os comunistas foram representados por partes da Igreja como pessoas perigosas, violentas, ou seja, versões extremadas que, de certa forma, dificultaram o avanço das ideias comunistas em Alagoas.

Porém, é importante levar em consideração a diversidade de posições políticas dentro da Igreja, mesmo que o círculo anticomunista tenha se sobressaído. A esquerda católica teve papel importante no auxílio dos trabalhadores e na formação dos sindicatos rurais, mesmo sob vigilância das partes conservadoras da sociedade, até mesmo as católicas. Essa esquerda Católica e progressista se chocou diretamente com as elites ligadas ao setor elitista alagoano. Medeiros (2007, p. 146) nos explicou que os setores conservadores da Igreja, juntamente com o então governador Luiz Cavalcante e os representantes da agroindústria do estado, promoveram o cerco e repressão dos movimentos progressistas, tais como a JAC e a JUC. Aliás, a participação dos quadros da esquerda católica em Alagoas nos movimentos sociais merece um trabalho exclusivo, onde seja demonstrado suas ações, posições e lutas sociais.

Porém, nesse trabalho, tivemos o interesse no posicionamento oficial da Igreja que se manifestou através do seu discurso anticomunista no jornal *O Semeador*. Não conseguimos detalhar de forma mais profunda a diversidade de posições políticas entre os católicos, pois até o momento não temos certeza sobre os debates internos entre as partes eclesiais, visando uma tomada de rumos semelhantes ou até mesmo uma tentativa de coexistência de posições ideológicas pacífica.

Sabemos, através da obra *O homo inimicus* de Fernando Medeiros, que os integrantes dos movimentos progressistas católicos foram reprimidos, mas não sabemos das possíveis negociações internas entre progressistas e conservadores

Outro tema que possibilita a produção de futuros trabalhos é a permanência do discurso anticomunista da Igreja Católica em Alagoas nos anos seguintes ao golpe de 1964. Algumas indagações poderiam ser respondidas, tais como: qual o principal alvo dos anticomunistas depois do governo de Jango? Em que se baseou o anticomunismo durante o regime militar? Seria importante pensar nesses questionamentos para entendermos que o anticomunismo, a partir da década de 1930, sempre esteve presente na história brasileira, até mesmo, atualmente.

A eleição de políticos conservadores, especialmente a partir de 2018 e as suas falas podem se tornar um objeto para compor futuros trabalhos acadêmicos, mostrando que o tema do anticomunismo se tornou um fenômeno de longa duração.

Partes do empresariado alagoano agiram de maneira semelhante aos religiosos. Seus discursos se mesclaram com outros discursos e produziram anticomunismo. Assim como os católicos, os redatores do *Gazeta de Alagoas* conseguiram trazer os debates políticos e anticomunistas para seu jornal, fortalecendo dessa forma os seus discursos.

Nesse sentido, a temática dessa dissertação não se esgota, pois ao compararmos um círculo social com o outro, abrimos possibilidades para que novos setores possam ser estudados e novas metodologias sejam aplicadas visando preencher as lacunas do discurso anticomunista em Alagoas, ao passo que, ao longo do texto, se propõe comparações entre um grupo e outro, inclusive, os grupos comunistas.

A bandeira do anticomunismo deve ser encarada como uma forma de alcançar objetivos sociais e políticos dentro de uma sociedade. Apesar de, às vezes, serem tratados com exageros, os comunistas e suas ideias eram considerados uma ameaça às elites econômicas. Basta pensarmos, por exemplo, nas propostas das reformas de base de Jango e os partidos políticos que as apoiavam, a exemplo do PCB e as perdas de ordem social e econômica que seriam causadas aos círculos mais ricos.

Daí o motivo de parte dos empresários brasileiros, em particular os alagoanos, se articularem contra o comunismo, agindo com convicções ideológicas que visavam interromper os processos de mudanças sociais, políticas e econômicas que poderiam afetar os valores tradicionais. Para isso, alguns grupos utilizaram a força para alcançar suas metas, a exemplo do

governador Luiz Cavalcante, um dos representantes das elites locais e um dos apoiadores do golpe de 1964.

Por outro lado, os comunistas sempre se posicionaram a favor dos trabalhadores, como, por exemplo, investindo na formação dos operários do campo, ação que foi fundamental para que conseguissem se afastar das garras exploradoras dos seus patrões para que se aproximassem das melhores condições de vida e trabalho.

Através dos capítulos deste trabalho e das referências utilizadas, podemos concluir que os cenários das décadas de 1950 e 1960 foram tempos férteis para a produção do anticomunismo em Alagoas e em todo o Brasil. Os conservadores atingiram os progressistas e os comunistas de forma avassaladora através de atos violentos e antidemocráticos, tudo isso sob a bandeira do anticomunismo. Embora a esquerda tentasse se manter firme através das suas ações de ajuda aos trabalhadores, a direita buscou sempre o caminho da repressão, fazendo com que os comunistas tomassem cada vez mais cautela em seus atos.

Alagoas, com esse embate ente conservadores comunistas, entrou na rota das conspirações que culminou no golpe civil-militar de 1964. Os redatores católicos e do setor empresarial nunca tentaram esconder seus perfis anticomunistas e suas aproximações com setores que apoiaram o golpe. O conjunto conservador em Alagoas foi tão forte que o estado foi um dos primeiros do Brasil a reconhecer o golpe (MOURA, 2012, p. 184).

Resta-nos, por fim, esperar os novos desafios da vida acadêmica, pois, como dito, o tema está longe de se esgotar. A temática também precisa evoluir mais em Alagoas onde os arquivos guardam boa parte da história do anticomunismo no Brasil. Há novos estudos para serem feitos, novos pormenores sobre a temática para serem analisados que certamente resultará em bons frutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sávio. **Raízes do Comunismo em Alagoas**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/raizes-do-comunismo-em-alagoas.html>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.
- ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**. Ano XX – Nº 2 – Abr./Maio/Jun., 2011.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, p. 349-363, 1998.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analizando o discurso**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2005.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. **A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC**. Est. econ. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul-set., 2009.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**: Florianópolis, out.-dez., 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Rev. Hist.** São Paulo, n. 180, fev-jul., 2021.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra:** Plano e Cotidiano Operário no Sertão. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Rodrigo José da. “Repressão e resistência dos movimentos sociais em Alagoas (1961-1964)”. **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 4. Maceió: UFAL/CPDHis, 2011, pp. 234- 247.

COSTA, Rodrigo José da. **O PCB, o sindicalismo e os movimentos sociais em Alagoas (1980 – 1990).** Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553255431_ARQUIVO_ANPUH2019.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

COSTA, Rodrigo José da. **Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961-1964).** Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364841991_ARQUIVO_RodrigoCostaANPUH.pdf. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

COSTA, Regina Couto da; COSTA, Laís Miranda Crispim. Atuação do movimento estudantil da Universidade Federal de Alagoas no processo de redemocratização do Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964:** memória, história e historiografia. Tempo [online]. v. 14, n.28, p.123-143, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

DIAS, Reginaldo Benedito. DA ESQUERDA CATÓLICA À ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA: A AÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA DO CATOLICISMO. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 1, n. 1, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FALCÃO, Muniz. **Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1959.** Maceió: Imprensa Oficial, p. 4-6, 1959.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart:** uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964:** O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e inseriu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil – 1880-1920**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango**: As múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein; JÚNIOR, Dilton Lopes de Almeida. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: ALGUNS SILENCIAMENTOS E UM AFOGAMENTO. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2017/Paola%20Berenstein%20Jacques%20e%20Dilton%20Lopes%20de%20Almeida%20Junior.pdf>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

JÚNIOR, Antônio Mendes. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As Dimensões Subjetivas da Política**: Cultura Política e Antropologia da Política. Estudos Históricos, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Michelle Reis de. **Em cruzada contra “a besta do apocalipse”**: Patrulha Nacional Cristã e a campanha anticomunista no jornal Gazeta de Alagoas (década de 1960). Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435602861_ARQUIVO_Textocompleto-MichelleMacedo.pdf. Acesso em: 10 de mai. de 2021.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964). **Cabanos - Revista de História**, v. 1, p. 129-144, 2008.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil**: 1916 – 1985. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **A ação da juventude comunista no movimento estudantil universitário brasileiro entre as décadas de 1920 e 1960**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3769.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2020.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Igreja Católica em Alagoas**: por uma nova cultura política a partir da base. Disponível em:

http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475274209_arquivo_igrejacatolicaemalagoas-porumanovaculturapoliticaapartirdabase.pdf. Acesso em: 06 de fev. de 2021.

MENDONÇA, Daniel. **O golpe civil-militar de 1961**: Crítica a uma explicação hegemônica. Política e Sociedade, UFSC, v. 8 n. 14, p. 409-446, 2009.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MUNHOZ, Sidnei J. **Ecos da emergência da guerra fria no Brasil (1947-1953)**. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 41-59, 2002.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOLASCO, Amanda Carvalho *et al.* Serviço social em Alagoas: o protagonismo da Escola de Serviço Social Padre Anchieta. In: COSTA, Gilmaisa Macedo da; SOUZA, Reivan Marinho de. **Curso de Serviço Social 50 anos em Alagoas**: Educação, direitos e emancipação humana. Maceió: EDUFAL, 2008.

PACHECO, Diego; ALVES, Tiago João José. Um padre e a revolução: uma conversa com o século XX. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 37, p.183-211, ago., 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

PENNA, Lincoln de Abreu. **A República dos Manifestos Militares**. Rio de Janeiro: e-papers, 2011.

PENNA, Lincoln de Abreu. **A Cultura Política Comunista no Brasil**: 1950-1964. Mimeo. 1996.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. **O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil**: uma análise historiográfica. Revista História em Reflexão, Dourados Vol. 5 n.10, jul/dez., 2011.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Jayme. O PCB e a guerra da coreia: memória, história e imaginário social. **História e Perspectivas**, Uberlândia (42): 207-231, jan.-jun., 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Ação Popular**: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. A. (orgs). *História do marxismo no Brasil*, V. 5. Campinas, Unicamp, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul. (1945 – 1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Raílton Souza. **DE “ILUSTRE” A “SACERDOTE DO DIABO”**: a reação da imprensa sergipana diante da presença do padre Alípio de Freitas em Sergipe (1963-1964). Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565291574_ARQUIVO_RailtonSouza-ANPUH.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964-1969. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

SOUZA, Fabiano Farias de. Conjuntura política e econômica no Brasil (1950-1964): terreno fértil para o golpe de 1964. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.2, n.1, p.189-204, 2013.

SOUZA, Ney de. Ação católica, militância leiga no Brasil: MÉRITOS E LIMITES. **Revista de Cultura Teológica**, v. 14, n.55, abr.-jun., 2006.

TAVARES, Marcelo Góes. **Nas trilhas da exceção, os rastros da violência**: o golpe civil-militar de 1964 em Alagoas e a perseguição contra operários. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais#M>. Acesso em: 17 de out. de 2020.

TAVARES, Marcelo Góes.; BRITO, Tasso Araújo de. Entre medos, sepultamentos e disputas na história: o autoritarismo e cultura política no Brasil e América Latina. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v.4, n.3, p. 69-82, fev., 2016.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do Populismo**: o impeachment de Muniz Falcão. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TORRES, Carla Michele Ramos. **A União Nacional dos Estudantes**: História, educação e política no Brasil na década de 1960. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo-1_carla-michele-ramos-torres.pdf. Acesso em 18 de ago. de 2020.

DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS E TESES

COSTA, Francymáikel Alves de Oliveira. **Recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2013.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. Dissertação (mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2013.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais. PUC, São Paulo-SP, 1986.

FREITAS, Ennia Carolina da Silva. **Igreja, anticomunismo e a ditadura civil-militar em Alagoas: a atuação de Dom Adelmo Cavalcante Machado frente à Arquidiocese de Maceió (1955-1976)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História. Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2019.

GOMES, César Leandro Santos. **“Por mercê de Deus e da Santa Sé”**: as representações do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2019.

GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

MELLO. Paulo Décio de Arruda. Alagoas: **Sindicatos Rurais e Dominação**. 1990. 202 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2000.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2012.

MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961)**. 1 recurso online (366 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2017.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco Recife-PE, 2013.

ONÓRIO, Socorro da Silva. **Mobilidade territorial da força de trabalho**: a vez dos trabalhadores supranumerários de São José da Laje, Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curso de Geografia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2016.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação**: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/tese_marlucia_paiva.pdf. Acesso em: 22 de ago. de 2020.

PORFIRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Pernambuco em perigo**: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2008.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. **O saber histórico escolar no Liceu Alagoano**: o ensino de História do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2012.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: A aliança renovadora nacional (arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2016.

TAVARES, Marcelo Góes. **Do tecer da memória ao tecido da história**: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2016.

VILELA, Marcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970**: diálogos entre religião e política. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2014.

Eloy Zaidan, Tiago; Antônio Mondaini de Souza, Marco. **O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia imprensa Alagoana**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SITES

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota**. Disponível em: <http://arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/cardeal-dom-carlos-carmelo-de-vasconcelos-motta>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

BENEVIDES, Maria Vitória. **UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

CASTRO, Celso. **Os militares e o governo João Goulart**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

DCO. **Dia 19 de junho de 1954**: a Guatemala sofre o primeiro golpe de estado da CIA na América Latina. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/diarias/dia-19-de-junho-de-1953-a-guatemala-sofre-o-primeiro-golpe-de-estado-da-cia-na-america-latina/>. Acesso em: 12 de mai. de 2020.

KORNIS, Mônica Almeida. **Parlamentarismo: sim ou não?** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

LAMARÃO, Sérgio. **SILVIO DE AZEVEDO HECK**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-de-azevedo-heck>. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

MAJELLA, Geraldo. **O jornal comunista A Voz do Povo**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-jornal-comunista-a-voz-do-povo.html>. Acesso em: 21 de mar. 2021.

PAULA, Christiane Jalles de. **O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em 26 de jul. de 2020.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. **Governo JK e suas realizações**. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/governo_jk.htm. Acesso em: 13/08/2021.

STARLING, Heloisa. **Golpe militar de 1964**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: 16 de jul. de 2020.

TSE. **Resultado Eleições 1954 Alagoas**. Disponível em: <https://www.tre-al.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados>. Acesso em 04 de out. de 2020.

VASCONCELOS, Agatângelo. **O movimento estudantil nos primórdios da UFAL**. Disponível em: <https://alagoasreal.blogspot.com/2011/05/o-movimento-estudantil-nos-primordios.html#gsc.tab=0>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

FONTES ORAIS

MELO, José Ronaldo Batista. **Entrevista realizada por Pedro Samyr de Souza Barros em 03 de jan. de 2016**. Transcrita por Pedro Samyr de Souza Barros com duração de 1h25min.

PERIÓDICOS

50 MIL camponeses de Alagoas irão à greve pelo 13º. mês de salário. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 jan. 1964, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

AFASTEMOS as divergências que nos separam. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

A INFILTRAÇÃO comunista na Guatemala. *O Semeador*, Maceió, 1 jul. 1954, p. 1 (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

AS GREVES e suas causas. *A Voz do Povo*, Maceió, 29 set. 1963. p.3. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ALERTAR as ações populares. *A Voz do Povo*, Maceió, 29 set. 1963. p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ATENTADO contra a séde da U.N.E. pode transforma-se me séria crise. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 9 jan. 1962, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

CARDEAL Motta fara apêlo ao mal Denys. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 1 set. 1961, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

CIRCULAÇÃO e diagramação do Jornal O Semeador em suas várias fases. *O Semeador*, Maceió, 2 mar. 1963, p. 4. (Órgão de Comunicação da Arquidiocese de Maceió).

COMUNISTAS estariam armazenando armas para promover rebelião. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 out. 1961, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

DERROTADOS os comunistas nas eleições sindicais de Cuba. *O Semeador*, Maceió, 12 jan. 1960, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

EUA reiniciarão testes atômicos. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 set. 1961, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

EXÉRCITO coêso em tórno do Ministro da Guerra. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 set. 1961, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

GOLPE de Jango e invenção da reação. *A Voz do Povo*, Maceió, 15 mar. 1964. Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

GRANDE numero de vitimas da sangrenta luta no interior da Paraíba ataçada pelo comunista deputado Julião, leader dos camponeses, dá uma penosa idéia do mal que procuram fazer na zona rural os vermelhos teleguiados de Moscou. Sangue, luto e fome: o fruto da ação dos comunistas na zona rural. *O semeador*, Maceió, 18 jan. 1964,p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

IBAD em Alagoas deve ser fechado. *A Voz do Povo*, Maceió, 8 set. 1963, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

IMINENTE a ruptura entre URSS e a China Comunista. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 19 jan.1962, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas)

“IPES” quer somar sem dividir todas forças. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 4 mar. 1962, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

JOÃO Goulart chegou a Brasília cercado de tôdas as garantias. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 6 set. 1961, p.1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

MENSAGEM dos trabalhadores alagoanos ao presidente João Goulart em Recife. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 ago.1963, p. 3. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

“MENSAGEM” de Castro deve ser entregue ao Itamarati. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 set. 1961, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

MINISTROS militares renovam seu véto à posse de Goulart. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 2 set. 1961, p.1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

NA CANDELÁRIA, por ocasião da cerimônia litúrgica das Cinzas, proferiu o Cardeal Dom Jayme Câmara esta frontal acusação ao Governo da República: << Aqueles que nos governam estão entregando 70 milhões de brasileiros aos escravizadores comunistas>>. Medite nestas palavras a mulher alagoana, o eleitorado Alagoano, o povo de Alagoas. *O Semeador*, Maceió, 21 fev. 1964. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

NÃO foi marcada ainda a posse do novo presidente. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 6 set. 1961, p.1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

NOVA força naval enviada ao Sul. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 2 set. 1961, p.1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

O COMUNISMO em ação. *O Semeador*, Maceió, 11 set. 1954, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas)

OS CATÓLICOS e as eleições. *O Semeador*, Maceió, 14 set. 1954, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

OFICIAS da FAB teriam pretendido aprisionar avião que conduzia JG. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 6 set. 1961, p.1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

OS JORNAIS do sul do país afirmam em sua grande maioria que a situação do Brasil se encontra em penosa dificuldade, dado o interesse do Sr. João Goulart, em quem não se pode confiar, de dar um golpe revolucionário na democracia brasileira. Peçamos a Deus nos guarde dos máus brasileiros. *O Semeador*, Maceió, 20 jan. 1964, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

O SR. Leonel Brizola que nada fez de construtivo no seu nefasto governo no Rio Grande do Sul, vem felizmente encontrado grande barreira contra sua missão de demolidor das instituições do país. S. Excia. aspira ser o Fidel Castro do Brasil, onde deseja armar o ‘Paredon’ da Morte. *O Semeador*, Maceió, 8 fev. 1963, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

PENEDO sem fiscalização trabalhista. *A Voz do Povo*, Maceió, 21 abr. 1963, p.1 (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

PLANO comunista para liquidar o sindicalismo democrático no país. *O Semeador*, Maceió, 8 fev. 1963, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

POLÍTICA de Desenvolvimento do Nordeste. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 ago. 1963, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

PRESIDENTE da República prestará homenagem às vítimas da Intentona. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 26 nov. 1961, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

PROTESTOS de massas contra o espancamento do líder camponês José Pedro de Lima. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 ago. 1963, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

REAÇÃO enérgica do governo para impedir o terrorismo. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 13 jan. 1962, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

REFORMA agrária e medidas parciais em benefício dos camponeses. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 ago. 1963, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

REFORMA agrária será levada ao Conselho ainda este mês. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 jan. 1962, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

SOBRE a democracia cristã. *O Semeador*, Maceió, 27 jan. 1964, p. 1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

TERROR policial não intimida os portuários. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 ago. 1963, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

TERIA havido movimento na FAB contra posse de Jango. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 6 set. 1961, p.1. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas).

TRABALHADORES protestam contra espancamento do líder sindical. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 ago.1963, p. 3. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

VITORIOSA a greve dos trabalhadores em combustíveis. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 jan. 1964, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).